



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

BACHARELADO EM SEGURANÇA PÚBLICA E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS

CAMPUS ESCOLA SUPERIOR DE BOMBEIRO MILITAR

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – 2026

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
1.1. Identificação do curso.....	6
2. DIMENSÃO HISTÓRICA.....	7
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	10
3.1. Legislação Suporte ao Projeto Pedagógico.....	12
3.2. Justificativa.....	14
4. CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS.....	16
4.1. Concepção.....	16
4.2. Finalidades.....	17
4.3. Objetivo Geral.....	18
4.4. Objetivos Específicos.....	18
5. METODOLOGIA E AVALIAÇÃO.....	19
5.1. Metodologia.....	19
5.2. Avaliação.....	20
6. PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL.....	22
7. INTERNACIONALIZAÇÃO.....	23
8. ESTRUTURA CURRICULAR.....	25
8.1 Currículo Pleno.....	28
9. DISTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO EM ATIVIDADES E COMPONENTES CURRICULARES AO LONGO DO CURSO - MATRIZ CURRICULAR.....	35
9.1 Disciplinas.....	35
9.2 Estágio Curricular Obrigatório.....	43
9.3 Atividades Curriculares de Extensão.....	43
9.4 Trabalho de Conclusão de Curso.....	44
9.5 Atividade Acadêmica Complementar.....	44
10. RESUMO DA OFERTA.....	45
11. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	1
11.1 Disciplinas Obrigatórias.....	1

11.2 Plano De Implementação Da Nova Matriz Curricular.....	73
11.3 Estágio Supervisionado.....	75
11.4 Trabalho De Conclusão De Curso (TCC).....	76
11.5 Atividades Acadêmicas Complementares (AAC).....	78
11.6 Atividades Curriculares de Extensão (ACE).....	79
12. RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PPC.....	82
12.1 Recursos Físicos, Bibliográficos e de Laboratórios Existentes.....	82
12.2 Quadro de Servidores.....	83
12.2.1 Coordenação de Curso.....	83
12.2.2 Núcleo Docente Estruturante.....	83
12.2.3 Corpo Docente.....	85
13. REFERÊNCIAS.....	89
14. ANEXOS.....	91
ANEXO A	
REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS	
BOMBEIROS MILITARES.....	91
ANEXO B	
REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	98
ANEXO C	
REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS	
BOMBEIROS MILITARES.....	110
ANEXO D	
REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACE).....	118

1. INTRODUÇÃO

O Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR) é uma instituição pública permanente, essencial à segurança pública e à proteção da sociedade, cuja missão institucional compreende a preservação da vida, do meio ambiente e do patrimônio, por meio da prevenção, do atendimento a emergências e da gestão de riscos e desastres. Nesse contexto, a formação de seus Oficiais constitui elemento estratégico para o cumprimento eficiente e responsável dessa missão, exigindo processos formativos alinhados às demandas contemporâneas, aos referenciais de qualidade do ensino superior e às diretrizes institucionais da Corporação.

O Curso de Bacharelado em Segurança Pública e Resposta a Emergências é ofertado pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) por intermédio da Unidade Especial da Escola Superior de Bombeiro Militar (ESBM/CBMPR). Esta parceria consolida a integração entre a expertise técnico-operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná e o rigor acadêmico da UNESPAR, atendendo às diretrizes da Universidade. A formação acadêmica dos oficiais é, portanto, regida pelas normas da educação superior da UNESPAR, assegurando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em um ambiente de excelência acadêmico-militar.

Tendo como principal objetivo a preparação do futuro Oficial Bombeiro Militar, contemplando a formação técnica, científica, ética, administrativa e operacional necessária ao exercício das funções de comando, chefia, direção e atuação operacional. O presente Projeto Pedagógico do Curso expressa a concepção formativa adotada pelo CBMPR, bem como os fundamentos, objetivos, organização curricular, metodologias, formas de avaliação e demais elementos que estruturam o processo de ensino-aprendizagem do Curso.

A elaboração deste documento insere-se em um movimento institucional de revisão, atualização e aprimoramento dos processos formativos do Corpo de Bombeiros Militar do

Paraná, com o objetivo de adequar o Curso de Formação de Oficiais às transformações sociais, tecnológicas, normativas e operacionais que impactam diretamente a atividade bombeiro militar. Esse processo buscou fortalecer a identidade do Curso, assegurar coerência pedagógica e promover a articulação entre formação acadêmica, prática profissional e valores militares.

Para a construção do presente Projeto Pedagógico, foram desenvolvidas ações coordenadas envolvendo setores de ensino, coordenação do Curso, instrutores, docentes e instâncias colegiadas da Corporação, possibilitando um processo coletivo de reflexão e tomada de decisões pedagógicas. As discussões abrangeram aspectos como os objetivos do Curso, o perfil do ingressante e do egresso, a organização curricular, as metodologias de ensino, os estágios, as atividades complementares e o Trabalho de Conclusão de Curso, sempre orientadas pelas diretrizes institucionais e pelas necessidades operacionais do CBMPR.

O processo de elaboração contou com reuniões técnicas e pedagógicas, análises de documentos normativos internos e externos, bem como com a avaliação de experiências anteriores do Curso de Formação de Oficiais. Essas etapas permitiram identificar desafios comuns, potencialidades e oportunidades de aprimoramento, culminando na consolidação de uma proposta pedagógica alinhada às exigências da formação do Oficial Bombeiro Militar na atualidade.

O presente Projeto Pedagógico está organizado em seções que apresentam os fundamentos legais e institucionais do Curso, seus objetivos, o perfil profissional pretendido para o egresso, a estrutura curricular, os componentes curriculares, as metodologias de ensino, os processos de avaliação, os estágios supervisionados, as atividades acadêmicas complementares e o Trabalho de Conclusão de Curso, além das disposições finais. Dessa forma, o documento constitui-se como instrumento orientador do processo formativo,

assegurando unidade, coerência e qualidade à formação dos Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

1.1. Identificação do curso

ITEM	DESCRIÇÃO
Curso	Bacharelado em Segurança Pública e Resposta a Emergências
Ano de implantação	2026
<i>Campus</i>	Escola Superior de Bombeiro Militar (Rodovia BR 277, km 72, São José dos Pinhais)
Centro de área	Ensino Bombeiro militar
Carga horária (Relógio)	2.979 horas
Habilitação	Bacharelado
Regime de matrícula a	Seriado anual com disciplinas semestrais
Período de integralização	2 anos
Turno e quantidade de vagas	Integral - Número de vagas: variável ¹ de acordo com edital do concurso.

¹ A oferta de vagas para esse curso é anual, e depende de realização de concurso público vinculado à autorização do Poder Executivo do Estado do Paraná. Especificamente, a disponibilidade de vagas está vinculada à demanda de oficiais para o preenchimento das vagas do Quadro de Oficiais Combatentes do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná – fator este variável conforme quantidade de pedidos de reserva remunerada, baixas, desligamentos ou criação de vagas. Além disso, a aprovação do concurso público – e consequente contratação dos aprovados – também está correlacionada ao princípio da legalidade, no que tange à responsabilidade fiscal do poder executivo quando da contratação de pessoal – tema este regulado por tema próprio.

2. DIMENSÃO HISTÓRICA

A criação do **Curso de Bacharelado em Segurança Pública e Resposta a Emergências** da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), ofertado, até então, na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), decorre de um processo institucional iniciado em março de 2020, por meio do Ofício nº E00239/2020, encaminhado pelo Comandante da APMG à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, com o objetivo de instituir um curso superior voltado à formação de oficiais bombeiros militares, com perfil acadêmico-profissional compatível com as demandas contemporâneas da Segurança Pública.

O trâmite administrativo culminou na aprovação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) por meio de Resolução do CEPE/UNESPAR, autorizando a implantação do curso a partir de 2021, em regime seriado anual e período integral. O curso foi concebido para atender à necessidade de sistematização da formação dos futuros oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, alinhando-se às diretrizes da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública e à Portaria de Ensino da Polícia Militar do Paraná (Portaria nº 330/2014), que, à época, estabelecia os fundamentos do ensino policial militar no Estado.

A proposta original passou por sucessivas validações internas, envolvendo pareceres da Divisão de Ensino da APMG, da Câmara de Ensino da UNESPAR e de instâncias superiores da Universidade, consolidando a natureza acadêmica do curso, sem prejuízo de sua especificidade como formação profissional de Estado, voltada às atividades de prevenção, resposta e gestão de emergências.

Com a implantação inicial em 2021, observou-se, de forma célere, a necessidade de atualização das matrizes curriculares, em razão de transformações sociais, tecnológicas e operacionais que impactaram diretamente a atuação dos corpos de bombeiros militares.

Ainda em 2020, antes mesmo do ingresso das primeiras turmas, foi conduzido processo de revisão curricular, conforme registrado nos PPCs, com o objetivo de adequar conteúdos às novas dinâmicas e técnicas de resposta a emergências, reforçando o caráter evolutivo, responsivo e prospectivo do curso.

Posteriormente, em 14 de dezembro de 2022, ocorreu a emancipação administrativa e institucional do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná em relação à Polícia Militar do Paraná, marco que repercutiu de forma significativa na estruturação da formação dos futuros oficiais bombeiros militares. A partir desse processo, tornou-se necessária a readequação do currículo, com maior ênfase nas características, atribuições e competências específicas do oficialato bombeiro militar, diferenciando-se de forma mais clara do modelo de formação policial militar.

Nesse contexto, nos anos de 2022 e 2023, foram promovidas novas alterações no Projeto Pedagógico do Curso, formalizadas nos processos autuados sob nº 20.003.041-9, que resultaram na integração e redistribuição de cargas horárias, atualização de ementas e adequações metodológicas, sem acréscimo da carga horária total. Tais modificações foram fundamentadas em pareceres técnicos das Câmaras Técnicas do CBMPR, da Escola de Formação de Oficiais (EsFO) e posteriormente aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNESPAR, por meio da Resolução nº 021/2023 – CEPE/UNESPAR, aplicável aos ingressantes a partir de 2023.

O novo PPC promoveu a adequação da carga horária total para 2.979 horas e instituiu ajustes pedagógicos voltados ao fortalecimento da integração entre teoria, prática, pesquisa e extensão, bem como à consolidação de conteúdos diretamente relacionados às missões constitucionais do Corpo de Bombeiros Militar, tais como prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento, atendimento pré-hospitalar, defesa civil e gestão de riscos e desastres.

O processo de modernização incluiu, ainda, a adequação do curso às exigências da



curricularização da extensão, conforme previsto na Resolução nº 38/2020 – CEPE/UNESPAR. A partir dessa diretriz, mais de 10% da carga horária total do curso passou a ser composta por atividades extensionistas, distribuídas em projetos de extensão, práticas supervisionadas e componentes curriculares dedicados à interação com a comunidade, reforçando o compromisso institucional com a formação cidadã e com a dimensão social do conhecimento técnico-profissional dos futuros oficiais bombeiros militares.

Ao longo de suas diferentes versões (PPCs de 2021, 2023, 2024 e 2026), observa-se um movimento contínuo de aperfeiçoamento do curso, marcado pela ampliação da integração curricular, pela atualização metodológica e pela consolidação de uma identidade formativa própria do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná. Dessa forma, a trajetória histórica do curso evidencia seu compromisso com a excelência acadêmica, com a profissionalização do oficialato bombeiro militar e com a permanente adequação às demandas contemporâneas da Segurança Pública e da gestão de emergências no Estado do Paraná.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

O Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná tem como finalidade preparar profissionais aptos a intervir nas múltiplas conjunturas que caracterizam a realidade contemporânea da segurança pública, da proteção civil e da gestão de emergências. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso estabelece, como diretriz norteadora, a formação integral do Oficial Bombeiro Militar, alicerçada em sólida fundamentação teórica e prática, contemplando dimensões técnicas, científicas, éticas, jurídicas, sociais, psicológicas e administrativas, indispensáveis ao exercício das funções de comando, gestão e atuação operacional.

A formação do Oficial Bombeiro Militar exige o domínio de conhecimentos complexos e interdisciplinares, uma vez que sua atuação envolve a preservação da vida, do patrimônio e do meio ambiente, bem como a coordenação de equipes em cenários críticos, frequentemente marcados por risco elevado, imprevisibilidade e pressão decisória. Assim, o Curso de Formação de Oficiais do CBMPR busca atender às exigências impostas pela sociedade contemporânea, que demanda profissionais altamente capacitados, dotados de competências técnicas, liderança, equilíbrio emocional, responsabilidade social e compromisso com o interesse público.

Além da atuação operacional, espera-se que o Oficial Bombeiro Militar esteja habilitado para o exercício de funções administrativas, de planejamento, de gestão de recursos humanos, materiais e financeiros, bem como para o assessoramento técnico e estratégico nos diversos níveis da Corporação e da Administração Pública. Para tanto, o processo formativo deve possibilitar ao Cadete múltiplas oportunidades de contato com a realidade institucional e operacional, por meio da integração entre atividades acadêmicas, práticas profissionais, estágios supervisionados e vivência da rotina militar.



Conforme já estabelecido em projetos pedagógicos anteriores do Curso de Formação de Oficiais, a formação profissional do Oficial Bombeiro Militar deve reforçar o embasamento técnico e científico necessário ao exercício da função, sustentado por uma base teórica consistente e por atividades práticas sistematizadas. Essas atividades não se limitam ao simples registro de informações, mas constituem instrumentos essenciais para a construção de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores próprios do cotidiano das organizações militares e do serviço público de emergência.

A oferta do Curso de Formação de Oficiais pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná justifica-se, ainda, pela necessidade permanente de formação e renovação de quadros qualificados para atuar na segurança pública estadual. O crescimento populacional, a expansão urbana, o aumento da complexidade das edificações, das atividades industriais e agrícolas, bem como a intensificação dos riscos tecnológicos, ambientais e climáticos, impõem desafios crescentes à atuação do Corpo de Bombeiros Militar, exigindo Oficiais cada vez mais preparados técnica e gerencialmente.

Nesse contexto, destaca-se também a importância da formação de profissionais capacitados para atuar nas organizações públicas, independentemente da esfera de vinculação, acompanhando a evolução dos sistemas administrativos e operacionais e contribuindo para a profissionalização da gestão pública. A transformação eficiente de recursos públicos em serviços de qualidade à sociedade requer não apenas compromisso institucional, mas, sobretudo, competência técnica, capacidade de articulação e tomada de decisão fundamentada.

A reestruturação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais emergem, portanto, da necessidade de alinhamento às diretrizes institucionais do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, às normativas educacionais vigentes, às demandas operacionais contemporâneas e às expectativas da sociedade paranaense. Esse processo envolve a revisão da matriz curricular, dos planos de ensino, das metodologias, dos

regulamentos de estágios, das atividades complementares e do Trabalho de Conclusão de Curso, visando ao aprimoramento contínuo da qualidade do ensino.

Dessa forma, a formação de Oficiais Bombeiros Militares de excelência exige a articulação permanente entre saberes teóricos e o exercício da prática profissional. O Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, enquanto instituição pública essencial à proteção da sociedade, assume o compromisso de promover uma formação sólida, ética e socialmente referenciada, capaz de preparar líderes para enfrentar os desafios presentes e futuros da atividade bombeiro militar, o que justifica plenamente a presente proposta pedagógica.

3.1. Legislação Suporte ao Projeto Pedagógico

Legislação Federal

- Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB, que define as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, e suas alterações;
- Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação, do MEC;
- Decreto nº 5.154/2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da LDB;
- Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007 que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências (no caso dos bacharelados e licenciaturas);
- Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública, Coordenação: Andréa da Silveira Passos... [ET AL.]. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014;
- Lei Federal no 9.394, de 20 dez. 96, Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e

Legislação Estadual

- Lei Estadual nº 1.943, de 23 jun. 54, Código da Polícia Militar do Paraná.
- Decreto Estadual no 3.549, de 15 fev. 01, Regulamenta a duração do Curso de Formação de Oficiais.
- Portaria no 243, de 26 fev. 08, Normas Técnicas para Avaliação do Rendimento da Aprendizagem na Polícia Militar do Paraná (NOTARA);
- Portaria do Comando-Geral no 330, de 14 mar. 14, Portaria de Ensino da PMPR (PE);
- Diretriz no 002/2015 - PM/3, estabelece os procedimentos a serem adotados nos estágios operacionais e administrativos do Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares.
- Lei Estadual nº 21.828, de 13 de dezembro de 2023, altera dispositivos da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954, que institui o Código da Polícia Militar do Estado.
- Lei Estadual nº 22.206, de 29 de novembro de 2024, dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

Legislação da Unespar

- Estatuto da Universidade Estadual do Paraná.
- Regimento Geral da Universidade Estadual do Paraná.

- RESOLUÇÃO 024/2016 – CEPE/UNESPAR Aprova o Regulamento de Execução e Supervisão das Atividades de Ensino de Graduação da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR.
- RESOLUÇÃO Nº 009/2020– CEPE/UNESPAR Aprova o Regulamento de Pesquisa da UNESPAR.
- RESOLUÇÃO Nº 031/2024 – CEPE/UNESPAR Aprova o novo Regulamento da Curricularização da Extensão na Universidade Estadual do Paraná e dá outras providências.

3.2. Justificativa

A Segurança Pública constitui eixo estratégico das políticas governamentais contemporâneas, demandando instituições tecnicamente qualificadas e alinhadas às transformações sociais. Nesse contexto, o Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR) desempenha papel essencial na formulação e execução de políticas públicas voltadas à prevenção e resposta a situações de emergência, abrangendo atividades de combate a incêndio, busca e salvamento, atendimento pré-hospitalar e ações de defesa civil.

A partir da Lei Estadual n.º 20.225/2020, que promoveu a emancipação administrativa do CBMPR em relação à Polícia Militar, a Corporação consolidou-se como instituição autônoma do Sistema Estadual de Segurança Pública. Tal marco reforçou a necessidade de formação superior específica, fundamentada em bases científicas, doutrinárias e normativas próprias, capazes de sustentar a complexidade crescente das atribuições institucionais.

Considerando o cenário atual, caracterizado pela diversificação das demandas operacionais e pelo emprego das forças estaduais de segurança em ambientes cada vez mais complexos, torna-se imperativo que o bombeiro militar detenha domínio pleno de técnicas, táticas, legislações e regulamentos que orientam a atividade fim. A profissionalização, neste sentido, não se restringe ao aspecto prático, exigindo sólida formação teórica que assegure a

prestação de um serviço tecnicamente qualificado e socialmente responsável.

É nesse contexto que se insere o Bacharelado em Gestão e Resposta a Emergências, cujo objetivo central é qualificar recursos humanos para o exercício das atividades típicas das carreiras do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, em consonância com o previsto na Constituição Federal (art. 144), na Lei Federal nº 13.675/2018 (que institui o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP) e na legislação estadual correlata.

A formação, desenvolvida na Escola Superior de Bombeiro Militar, no campus Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), integra diferentes áreas do conhecimento e promove o desenvolvimento de competências técnico-profissionais, socioculturais e cidadãs, acompanhando a dinâmica social e a constante atualização doutrinária da segurança pública. O ambiente acadêmico-militar favorece a articulação entre teoria e prática, estimulando a capacidade crítica, a atuação ética e o aprimoramento contínuo.

A oferta do curso ocorre anualmente, com número de vagas definido por decreto governamental, conforme planejamento estratégico do Governo do Estado e das corporações militares. O ingresso se dá por concurso público e a exigência legal para o cargo é possuir bacharelado em qualquer área de graduação.

4. CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

A Escola Superior de Bombeiro Militar (ESBM) constitui a instituição responsável pela formação, capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPPR), desempenhando papel estratégico no desenvolvimento técnico, científico e operacional das carreiras de oficiais e praças. Como órgão de ensino especializado, integra o Sistema de Educação de Segurança Pública do Estado, observando as diretrizes legais e pedagógicas que norteiam a formação do militar estadual.

No âmbito da formação inicial, a ESBM é responsável pela qualificação dos futuros oficiais bombeiros militares, estruturando o percurso acadêmico-profissional que fundamenta o exercício das funções de comando, gestão de emergências, tomada de decisão e liderança operacional. A Escola também desenvolve cursos voltados às carreiras de praças, compreendendo capacitações para ingresso, formação técnica-operacional e processos de ascensão profissional.

Além da formação básica, a ESBM executa cursos de especialização, aperfeiçoamento, habilitação, atualização e capacitação técnica, destinados ao desenvolvimento contínuo dos operadores de segurança pública. Essa estrutura permite o aprimoramento sistemático das competências profissionais ao longo de toda a carreira, consolidando um modelo educacional que articula teoria, prática, pesquisa aplicada e extensão institucional.

4.1. Concepção

O ensino bombeiro militar pauta-se por um processo formativo contínuo, progressivo e permanentemente atualizado, estruturado de modo a integrar conhecimentos multidisciplinares, doutrina operacional e valores éticos próprios da carreira militar. Tal dinâmica busca responder às transformações sociais, tecnológicas e ambientais, garantindo a formação de profissionais capazes de atuar em cenários de crescente complexidade nas



áreas de combate a incêndio, busca e salvamento, atendimento pré-hospitalar, defesa civil e gestão de emergências.

Nesse contexto, o Curso de Bacharelado em Segurança Pública e Resposta a Emergências, ofertado pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), por meio da Unidade Especial da Escola Superior de Bombeiro Militar do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (ESBM/CBMMPR), tem seu acesso realizado exclusivamente por concurso público. Para o ingresso no cargo de cadete bombeiro militar, exige-se formação em nível superior, com titulação de bacharelado. O curso possui duração de dois anos letivos, desenvolve-se em regime de dedicação exclusiva e apresenta estrutura curricular organizada em regime seriado semestral.

A rotina acadêmica compreende atividades distribuídas de segunda a sexta-feira, em período integral, com cinco horas-aula no turno matutino e cinco horas-aula no turno vespertino, das 7h30min às 18h00min, com intervalo de almoço das 12h00min às 13h30min. A carga horária totaliza 2.979 horas, abrangendo componentes curriculares das áreas fundamental, profissional e complementar, em consonância com as peculiaridades do ensino bombeiro militar e com as exigências normativas da formação superior.

4.2. Finalidades

A concepção apresentada busca assegurar uma formação sólida, integrada e contínua para os futuros oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, articulando fundamentos científicos, doutrinários e operacionais. Pretende-se desenvolver profissionais capazes de atuar com competência técnica, disciplina consciente, liderança e responsabilidade social nas diversas áreas da gestão e resposta a emergências. A proposta formativa visa alinhar teoria, prática e pesquisa aplicada, garantindo atualização permanente diante das demandas sociais e tecnológicas. Além disso, objetiva fortalecer valores éticos,

espírito de corpo, respeito às normas institucionais e compromisso com a missão constitucional do CBMPR, promovendo uma formação superior de excelência, orientada à eficácia, à eficiência e à efetividade do serviço prestado à sociedade.

4.3. Objetivo Geral

- Qualificar recursos humanos para o desempenho das atividades típicas da carreira de Oficial Combatente do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, desenvolvendo competências técnico-profissionais, gerenciais e humanísticas necessárias à atuação no campo da gestão e resposta a emergências.

4.4. Objetivos Específicos

- Formar profissionais em segurança pública com domínio teórico e prático, desenvolvendo competências essenciais ao exercício de suas funções institucionais;
- Fortalecer o espírito de corpo, o compromisso institucional e a valorização da carreira militar, promovendo a formação integral da personalidade do discente;
- Consolidar no futuro oficial o respeito à lei, à ordem jurídica, aos direitos humanos e aos princípios éticos e institucionais que regem a atividade bombeiro militar;
- Desenvolver competências indispensáveis à atuação profissional, tais como: condicionamento físico compatível com a função operacional; disciplina consciente; valores éticos e morais; iniciativa; autodomínio; espírito de liderança; capacidade de trabalho em equipe; compromisso com a missão constitucional do CBMPR; eficácia, eficiência e efetividade no desempenho funcional.

5. METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

Esta seção apresenta os fundamentos pedagógicos que orientam o processo formativo do Curso de Bacharelado em Gestão e Resposta a Emergências da UNESPAR – Unidade Especial ESBM/CBMPR. Abrange duas dimensões estruturantes: 5.1 Metodologia, que descreve os pressupostos teóricos, as estratégias de ensino e a dinâmica das atividades acadêmicas; e 5.2 Avaliação, que explicita os critérios, instrumentos e procedimentos adotados para aferição da aprendizagem, considerando o Regimento Geral da UNESPAR e as particularidades do ensino bombeiro militar.

5.1. Metodologia

A metodologia adotada no curso fundamenta-se em abordagens sócio-interacionistas, inspiradas em autores como Vygotsky, que compreendem o aprendizado como resultado da interação dinâmica entre o discente, o docente e o meio sociocultural. Nesse paradigma, o conhecimento é construído progressivamente por meio da mediação pedagógica, da experimentação prática e da participação ativa dos estudantes em situações reais e simuladas de aprendizagem.

A formação bombeiro militar, por sua natureza, articula dimensões cognitivas, operativas e atitudinais, conforme preconizado pela Matriz Curricular Nacional da SENASP, integrando teoria, pesquisa aplicada e atividades práticas desenvolvidas em ambientes instrucionais, laboratórios especializados e cenários operacionais controlados. As ações formativas buscam superar a dicotomia “individual x social”, valorizando o trabalho cooperativo, a resolução de problemas, o compartilhamento de experiências e o desenvolvimento de competências essenciais à gestão e resposta a emergências.

O corpo docente atua como mediador do processo de aprendizagem, estimulando a reflexão crítica, a capacidade de análise, a tomada de decisão e o desenvolvimento da

autonomia intelectual. Para isso, utiliza metodologias ativas, como estudos de caso, instruções práticas, oficinas técnicas, simulações, projetos integradores e atividades de campo, favorecendo a transposição do conhecimento teórico para situações concretas do ambiente operacional.

A organização curricular estrutura-se em três áreas formativas complementares sendo fundamental, profissional e complementar.

Em consonância com as diretrizes da formação superior e da educação bombeiro militar, a metodologia prioriza o foco no processo de aprendizagem, o desenvolvimento de redes de conhecimento, a integração institucional e o uso de diversas modalidades de ensino, assegurando um percurso formativo contínuo, progressivo e alinhado às demandas contemporâneas da segurança pública.

5.2. Avaliação

O processo avaliativo do curso segue as orientações do Regimento Geral da UNESPAR, especialmente no que se refere à verificação da aprendizagem, critérios de aprovação, registros acadêmicos, frequência mínima e recuperação de estudos. A avaliação é contínua, processual e formativa, considerando o desempenho global do discente ao longo das atividades teóricas, práticas e aplicadas.

Conforme as normas da UNESPAR, a aprovação depende do cumprimento da frequência mínima de 75% e da obtenção da média mínima estabelecida pelo sistema acadêmico institucional. A partir dessas diretrizes gerais, o curso adota procedimentos próprios da formação bombeiro militar, observando os requisitos de desempenho técnico-operacional, postura profissional, disciplina consciente e condutas compatíveis com o exercício das funções do CBMPR.

A avaliação contempla instrumentos diversificados, tais como provas teóricas, trabalhos acadêmicos, atividades práticas, simulações, projetos, relatórios, desempenho em



instruções operacionais e observação sistemática da evolução das competências. Nos componentes práticos e operacionais, considera-se ainda a capacidade de tomada de decisão, o domínio técnico, a segurança na execução e a aplicação adequada dos protocolos institucionais.

A classificação final, seguindo o modelo do ensino superior e as especificidades do ensino militar, integra aspectos cognitivos, operativos e atitudinais, assegurando uma avaliação integral do discente e garantindo que sua trajetória formativa contribua para o desenvolvimento pleno das competências exigidas para o exercício da função de Oficial Combatente do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

6. PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL

O Curso de Bacharelado em Gestão e Resposta a Emergências da UNESPAR – Unidade Especial ESBM/CBMPR – pretende formar um profissional capaz de atuar com excelência técnica, ética e responsabilidade social no âmbito das funções típicas do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná. Para isso, espera-se do egresso:

- Comprometimento com os princípios éticos, a missão constitucional do CBMPR, a preservação da vida, do patrimônio e do meio ambiente, bem como com a gestão responsável dos recursos públicos e a atuação cidadã no contexto da segurança pública.
- Compreensão do papel institucional do bombeiro militar no Sistema Estadual de Segurança Pública, das bases doutrinárias da gestão de emergências e dos fundamentos legais, organizacionais e operacionais que orientam a atividade.
- Compreensão das dinâmicas sociais, ambientais e humanas que permeiam os cenários de risco, das interações entre sujeito, sociedade e Estado, e das exigências emocionais, cognitivas e comportamentais próprias da atuação em eventos críticos e situações de alta complexidade.
- Domínio do conhecimento técnico-operacional, científico e metodológico necessário à gestão e resposta a emergências, incluindo tomada de decisão, comando e controle, liderança, análise de riscos, aplicação segura de técnicas especializadas e utilização adequada de tecnologias de suporte à operação.
- Apropriação de competências cognitivas, operativas e atitudinais que permitam atuar com autonomia intelectual, disciplina consciente, equilíbrio emocional, raciocínio crítico, trabalho em equipe, comunicação eficiente e conduta ética, preservando a segurança própria, da equipe e da população atendida.

7. INTERNACIONALIZAÇÃO

A internacionalização, no âmbito do Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares (CFO), é compreendida como um processo deliberado de incorporação de dimensões internacionais, interculturais e globais às atividades de ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as políticas institucionais da UNESPAR e com as diretrizes nacionais da educação superior.

Em conformidade com o entendimento da UNESCO, reconhece-se que as instituições de educação superior possuem responsabilidade social no desenvolvimento do conhecimento por meio da cooperação internacional, da circulação de saberes e da busca por soluções comuns para desafios globais, especialmente aqueles relacionados à segurança, à proteção da vida, ao meio ambiente e à resposta a emergências.

No contexto do CFO, a internacionalização ultrapassa a noção restrita de mobilidade acadêmica, assumindo caráter formativo, cultural e estratégico. Busca-se ampliar o acesso da comunidade acadêmica a conhecimentos, normas, protocolos, pesquisas e boas práticas internacionais aplicáveis à segurança pública, à gestão de riscos, à prevenção e ao enfrentamento de incêndios, desastres e emergências, sem prejuízo da valorização do conhecimento técnico, científico e normativo produzido no âmbito nacional.

As ações de internacionalização do curso fundamentam-se, prioritariamente, na perspectiva da Internacionalização em Casa (IeC), em consonância com as orientações do INEP/MEC para cursos que apresentam especificidades institucionais e operacionais. Entre as principais estratégias adotadas, destacam-se: a utilização de referências bibliográficas estrangeiras nos planos de ensino; a indicação de autores e pesquisadores internacionais de relevância para as áreas de atuação do Corpo de Bombeiros Militar; o estímulo à produção científica e técnica em idiomas estrangeiros; a participação de docentes e discentes em



eventos acadêmicos internacionais; a realização de atividades acadêmicas, palestras ou eventos interculturais; e o desenvolvimento de projetos de cooperação acadêmica com instituições estrangeiras, sempre que compatíveis com a natureza do curso.

A internacionalização contribui diretamente para o perfil do egresso, ao favorecer o desenvolvimento de competências como pensamento crítico, capacidade de análise comparada, visão sistêmica, responsabilidade social, ética profissional e competência intercultural. Tais competências são essenciais à atuação do oficial bombeiro militar em contextos complexos, interinstitucionais e, eventualmente, em operações de cooperação técnica, intercâmbio de conhecimentos ou missões conjuntas com organismos nacionais e internacionais.

A gestão das ações de internacionalização ocorre de forma articulada com os órgãos institucionais competentes, especialmente o Comitê de Internacionalização da UNESPAR (COMINT) e o Escritório de Relações Internacionais (ERI), assegurando a difusão de informações, oportunidades e iniciativas junto ao colegiado do curso, ao corpo docente e ao corpo discente.

Ressalta-se que a internacionalização não se configura como valorização acrítica do conhecimento estrangeiro em detrimento da produção nacional. Ao contrário, constitui-se como estratégia de integração entre saberes locais e globais, promovendo ambientes de troca, aprendizagem, respeito intercultural e aprimoramento contínuo da qualidade da formação do oficial bombeiro militar, em consonância com os princípios da educação superior, da segurança pública e da proteção da sociedade.

8. ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura dos núcleos de formação foi elaborada de acordo com as diretrizes curriculares do curso e as legislações complementares. A carga horária do curso, conforme determina a Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007 que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula.

A carga horária das atividades sob orientação, como Trabalho de Conclusão de Curso, Estágio Supervisionado, Atividades de Extensão, Atividade Esportiva Especializada e Atividades Científicas, Culturais e Militares são executadas em horas. A descrição dessas atividades encontram-se nos ANEXOS A, B, C e D deste PPC.

As aulas das disciplinas serão ofertadas em horário programado e/ou por metodologia de ensino à distância e/ou presencialmente em horário regular de aulas.

As disciplinas em horário programado dependem da organização pelos instrutores junto aos Cadetes de cronograma de atividades dentro do calendário acadêmico para o ano letivo.

As disciplinas na modalidade de Educação a Distância (EaD) serão ofertadas por meio da Plataforma Moodle, em conformidade com o calendário acadêmico institucional. Adicionalmente, disciplinas de natureza predominantemente teórica poderão desenvolver parte de suas atividades de forma on-line e síncrona, com a participação de instrutores que, eventualmente, desempenhem suas atividades profissionais no interior do Estado, garantindo a continuidade do processo formativo e a otimização dos recursos humanos disponíveis, sem prejuízo da qualidade do ensino.

As disciplinas ofertadas presencialmente, em horário regular de aulas, serão ministradas preferencialmente de segunda-feira a sexta-feira, conforme o calendário acadêmico institucional. Em razão da natureza específica do Curso de Formação de Oficiais

Bombeiros Militares, poderão ser previstas, em caráter excepcional e devidamente justificadas, atividades acadêmicas nos finais de semana, feriados e no período noturno, quando necessárias ao cumprimento dos objetivos formativos do curso, sem prejuízo do disposto nas normas institucionais vigentes.

A natureza do ensino bombeiro militar apresenta características próprias, decorrentes de sua vinculação às atividades essenciais de segurança pública e de defesa civil. Trata-se de um modelo formativo que não está plenamente contemplado pelas Diretrizes Nacionais de Educação, uma vez que as regulamentações emanadas do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), possuem caráter orientador e referencial, mas não se configuram como normas cogentes do sistema de ensino superior.

No âmbito interno do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, o processo educativo pauta-se por diretrizes institucionais específicas que regulam a formação, a capacitação e o aperfeiçoamento dos bombeiros militares. Embora a Portaria de Ensino nº 330/2014, do Comando-Geral da PMPR, tenha historicamente estruturado o ensino militar estadual, a emancipação administrativa do CBMPR conferiu autonomia para a adaptação de sua matriz pedagógica conforme as peculiaridades da atividade bombeiro militar.

Tradicionalmente, o ensino militar estadual organiza-se em três áreas formativas:

- a) **Ensino Fundamental**, voltado ao desenvolvimento das bases humanísticas, científicas e culturais;
- b) **Ensino Profissional/Operacional**, destinado ao domínio técnico-operacional necessário ao exercício das atribuições típicas da atividade bombeiro militar;
- c) **Ensino Complementar**, que integra competências transversais e conteúdos que ampliam a formação do profissional.

Para fins de compatibilização com as exigências da educação superior, as disciplinas do curso foram redistribuídas de acordo com a estrutura acadêmica da PROGRAD/UNESPAR

e alinhadas à Matriz Curricular Nacional para as Ações Formativas dos Profissionais de Segurança Pública (SENASP, 2014). Esse documento estabelece um núcleo comum, equivalente à formação geral, e uma parte específica, correspondente aos componentes que qualificam o discente para o exercício das funções estratégicas de sua carreira.

No Curso de Bacharelado em Segurança Pública e Resposta a Emergências, as disciplinas classificadas como “Profissional/Operacional” concentram-se nos conteúdos essenciais à atuação como oficial do Corpo de Bombeiros Militar, com ênfase na gestão de emergências, no comando operacional, na liderança e na administração institucional.

Embora a Resolução CNE nº 2/2007 estabeleça que cursos com carga horária mínima de 2.700 horas possuem limites mínimos para integralização de 3,5 (três e meio) ou 4 (quatro) anos, tal previsão admite exceções. Com fundamento no art. 2º, inciso IV, do referido normativo, o CBMMPR justifica a integralização em dois anos letivos, considerando as particularidades de sua formação profissional, marcada pela dedicação exclusiva, carga horária ampliada, atividades curriculares em período integral (manhã e tarde), instruções noturnas, estágios supervisionados, práticas operacionais, projetos de extensão e atividades realizadas inclusive aos finais de semana.

Assim, a redução do tempo de integralização não representa diminuição da qualidade pedagógica, mas reflete a intensidade, continuidade e especificidade do ensino bombeiro militar, características próprias de uma formação que exige elevada disponibilidade, disciplina consciente e dedicação integral do discente ao longo de todo o curso.

8.1 Currículo Pleno

DESDOBRAMENTO DOS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO EM DISCIPLINAS E ATIVIDADES CURRICULARES				
NÚCLEO DE FORMAÇÃO	TIPO ¹	DISCIPLINA	H/A ²	H/R ³
I - Estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares	DIS	Física	30	25h
	DIS	Desenho Técnico	15	12h30min
	DIS	Cálculo	45	37h30min
	DIS	Química	30	25h
	DIS	Mecânica	45	37h30min
	DIS	Resistência dos Materiais	45	37h30min
	DIS	Estatística Descritiva e Inferencial	30	25h
	DIS	Mecânica dos Fluidos	45	37h30min
	DIS	Patologia das Estruturas e Materiais de Construções	30	25h
	DIS	Legislação Institucional	30	25h

¹ Tipo do componente curricular: Dis - Disciplina, AAC - Atividade Acadêmica Complementar, Est – Estágio, TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

² Definido em horas aula no padrão de 15, 30, 45, 60. Cada hora aula tem 50 minutos.

³ Definido em horas relógio. 1 (uma) hora relógio corresponde a 0,83 hora aula.



<i>DIS</i>	Direito Constitucional e Direitos Humanos	30	25h
<i>DIS</i>	Direito Administrativo Disciplinar Militar	45	37h30min
<i>DIS</i>	Processos e Procedimentos Administrativos	30	25h
<i>DIS</i>	Direito Penal e Penal Militar	30	25h
<i>DIS</i>	Direito Processual Penal e Processual Penal Militar	30	25h
<i>DIS</i>	História do CBMPR e dos Corpos de Bombeiros	15	12h30min
<i>DIS</i>	Psicologia das Emergências	30	25h
<i>DIS</i>	Ética e Cidadania	15	12h30min
<i>DIS</i>	Comunicação Social e Relações Públicas	30	25h
<i>DIS</i>	Educação Física Militar I	60	50h
<i>DIS</i>	Educação Física Militar II	60	50h
<i>DIS</i>	Educação Física Militar III	60	50h
<i>DIS</i>	Educação Física Militar IV	45	37h30min
<i>DIS</i>	Natação I	30	25h
<i>DIS</i>	Natação II	30	25h
<i>DIS</i>	Natação III	30	25h

	<i>DIS</i>	Natação IV	15	12h30min
SUB-TOTAL			930	775h
II - Aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional	<i>DIS</i>	Instrução Militar I	45	37h30min
	<i>DIS</i>	Instrução Militar II	30	25h
	<i>DIS</i>	Instrução Militar III	30	25h
	<i>DIS</i>	Armamento e Tiro Policial	30	25h
	<i>DIS</i>	Telecomunicações e Sistemas Informatizados	30	25h
	<i>DIS</i>	Eletricidade e Sistemas Elétricos	30	25h
	<i>DIS</i>	Modelagem Computacional de Incêndios e Evacuações	15	12h30min
	<i>DIS</i>	Equipamentos Motomecanizados	30	25h
	<i>DIS</i>	Introdução a Segurança Contra Incêndios	30	25h
	<i>DIS</i>	Segurança Contra Incêndios - Proteção Passiva	30	25h
	<i>DIS</i>	Segurança Contra Incêndios - Proteção Ativa	30	25h
	<i>DIS</i>	Segurança Contra Incêndios - Análise de Projetos e Fiscalizações	30	25h
	<i>DIS</i>	Climatologia e Meteorologia	15	12h30min
<i>DIS</i>	Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil	30	25h	



<i>DIS</i>	Intervenção em Emergências com Produtos Perigosos	45	37h30min
<i>DIS</i>	Manejo e Corte de Árvores	15	12h30min
<i>DIS</i>	Comando, Chefia e Liderança	30	25h
<i>DIS</i>	Doutrina de Emprego BM	30	25h
<i>DIS</i>	Gestão de Pessoas	30	25h
<i>DIS</i>	Processos de Compras Públicas	15	12h30min
<i>DIS</i>	Gestão Financeira e Orçamentária	30	25h
<i>DIS</i>	Captação de Recursos Públicos	15	12h30min
<i>DIS</i>	Gestão de Contratos e Patrimônio Públicos	30	25h
<i>DIS</i>	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	15	12h30min
<i>DIS</i>	Gestão de Projetos e Processos	30	25h
<i>DIS</i>	Sistema de Comando de Incidentes	30	25h
<i>DIS</i>	Gerenciamento de Operações de Combate a Incêndio Ambiental	30	25h
<i>DIS</i>	Gerenciamento de Operações de Busca e Salvamento em Áreas Remotas	30	25h
<i>DIS</i>	Metodologia de Ensino e Instrução	30	25h
<i>DIS</i>	Atendimento Pré Hospitalar I	45	37h30min



<i>DIS</i>	Atendimento Pré Hospitalar II	30	25h
<i>DIS</i>	Atendimento Pré Hospitalar III	30	25h
<i>DIS</i>	Atendimento Pré Hospitalar IV	30	25h
<i>DIS</i>	Teoria e Dinâmica de Incêndios	30	25h
<i>DIS</i>	Teoria e Dinâmica de Explosões	30	25h
<i>DIS</i>	Combate a Incêndio I - Materiais	30	25h
<i>DIS</i>	Combate a Incêndio II - Técnicas	45	37h30min
<i>DIS</i>	Combate a Incêndio III - Tática	60	50h
<i>DIS</i>	Combate a Incêndio IV - Estratégia	45	37h30min
<i>DIS</i>	Combate a Incêndio Ambiental	30	25h
<i>DIS</i>	Perícia de Incêndios	30	25h
<i>DIS</i>	Salvamento Veicular I	45	37h30min
<i>DIS</i>	Salvamento Veicular II	15	12h30min
<i>DIS</i>	Salvamento em Altura I - Básico	45	37h30min
<i>DIS</i>	Salvamento em Altura II - Avançado	45	37h30min
<i>DIS</i>	Salvamento Aquático	45	37h30min

	<i>DIS</i>	Salvamentos Especiais	15	12h30min
	<i>DIS</i>	Salvamento em Valas e Deslizamentos	15	12h30min
	<i>DIS</i>	Salvamento em Espaço Confinado	30	25h
	<i>DIS</i>	Salvamento em Águas Rápidas	30	25h
	<i>DIS</i>	Busca Aquática	60	50h
	<i>DIS</i>	Busca Terrestre	45	37h30min
	<i>DIS</i>	Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas	30	25h
	<i>DIS</i>	Operações Aéreas	15	12h30min
SUB-TOTAL			1680	1400h
III - Estudos integradores para enriquecimento curricular	ACE	Atividades Curriculares de Extensão	360	300h
	AAC	Atividade Esportiva Especializada	80	66h30min
	AAC	Atividades Científicas, Culturais e Militares	120	100h
	AAC	À Disposição da Coordenação*	120	100h
SUB-TOTAL			320	466h30min
IV - Estágios	EST	<i>Estágio Supervisionado</i>	360	300h
	TCC	<i>Metodologia da Pesquisa Científica</i>	30	25h



V - Trabalho de Conclusão de Curso	TCC	<i>Trabalho de Conclusão de Curso</i>	15	12h30min
SUB-TOTAL			405	337h30min
TOTAL GERAL			3335	2979h

*À Disposição da Coordenação não conta como carga horária curricular. Justificativa encontra-se no item 11.5.

9. DISTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO EM ATIVIDADES E COMPONENTES CURRICULARES AO LONGO DO CURSO - MATRIZ CURRICULAR

As cargas horárias apresentadas nos quadros a seguir estão expressas exclusivamente em horas-relógio, em conformidade com as diretrizes institucionais e com a legislação educacional vigente.

9.1 Disciplinas

DISCIPLINAS DO PRIMEIRO SEMESTRE								
CÓD.	OFERTA	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	PRESENCIAL				TOTAL
				Horário regular de aulas			Horário Programado	
				TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	ACE	
DIS	1º Sem.	Física	-----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	1º Sem.	Cálculo	-----	37h30min	0h	0h	0h	37h30min
DIS	1º Sem.	Legislação Institucional	-----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	1º Sem.	História do CBMPR e dos Corpos de Bombeiros	-----	12h30min	0h	0h	0h	12h30min
DIS	1º Sem.	Instrução Militar I	-----	12h30min	25h	0h	0h	37h30min
DIS	1º Sem.	Armamento e Tiro Policial	-----	5h	20h	0h	0h	25h

DIS	1º Sem.	Educação Física Militar I	----	0h	50h	0h	0h	50h
DIS	1º Sem.	Natação I	----	0h	25h	0h	0h	25h
DIS	1º Sem.	Telecomunicações e Sistemas Informatizados	----	10h	15h	0h	0h	25h
DIS	1º Sem.	Equipamentos Motomecanizados	----	10h	15h	0h	0h	25h
DIS	1º Sem.	Introdução a Segurança Contra Incêndios	----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	1º Sem.	Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil	----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	1º Sem.	Gestão Financeira e Orçamentária	----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	1º Sem.	Atendimento Pré-Hospitalar I	----	12h30min	25h	0h	0h	37h30min
DIS	1º Sem.	Teoria e Dinâmica de Incêndios	----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	1º Sem.	Combate a Incêndio I - Materiais	----	5h	20h	0h	0h	25h
DIS	1º Sem.	Salvamento Veicular I	----	7h30min	30h	0h	0h	37h30min
DIS	1º Sem.	Salvamento em Altura I - Básico	----	7h30min	30h	0h	0h	37h30min
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL				270h	255h	0h	0h	525h

DISCIPLINAS DO SEGUNDO SEMESTRE								
CÓD.	OFERTA	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	PRESENCIAL				TOTAL
				Horário regular de aulas			Horário Programado	
				TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	ACE	
DIS	2º Sem.	Desenho Técnico	----	0h	12h30min	0h	0h	12h30min
DIS	2º Sem.	Química	----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	2º Sem.	Mecânica	----	37h30min	0h	0h	0h	37h30min
DIS	2º Sem.	Direito Constitucional e Direitos Humanos	----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	2º Sem.	Direito Administrativo Disciplinar Militar	----	37h30min	0h	0h	0h	37h30min
DIS	2º Sem.	Psicologia das Emergências	----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	2º Sem.	Instrução Militar II	----	0h	25h	0h	0h	25h
DIS	2º Sem.	Educação Física Militar II	----	0h	50h	0h	0h	50h
DIS	2º Sem.	Natação II	----	0h	25h	0h	0h	25h
DIS	2º Sem.	Eletricidade e Sistemas Elétricos	----	15h	10h	0h	0h	25h
DIS	2º Sem.	Segurança Contra Incêndios - Proteção Passiva	----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	2º Sem.	Climatologia e Meteorologia	----	12h30min	0h	0h	0h	12h30min



DIS	2º Sem.	Gestão de Pessoas	-----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	2º Sem.	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	-----	12h30min	0h	0h	0h	12h30min
DIS	2º Sem.	Processos de Compras Públicas	-----	12h30min	0h	0h	0h	12h30min
DIS	2º Sem.	Atendimento Pré Hospitalar II	-----	10h	15h	0h	0h	25h
DIS	2º Sem.	Teoria e Dinâmica de Explosões	-----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	2º Sem.	Combate a Incêndio II - Técnicas	-----	12h30min	25h	0h	0h	37h30min
DIS	2º Sem.	Combate a Incêndio Ambiental	-----	10h	15h	0h	0h	25h
DIS	2º Sem.	Salvamento Aquático	-----	12h30min	25h	0h	0h	37h30min
DIS	2º Sem.	Busca Aquática	-----	15h	35h	0h	0h	50h
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL				337h30min	237h30min	0h	0h	575h

DISCIPLINAS DO TERCEIRO SEMESTRE								
CÓD.	OFERTA	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	PRESENCIAL				TOTAL
				Horário regular de aulas			Horário Programado	
				TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	ACE	
DIS	3º Sem.	Resistência dos Materiais	-----	37h30min	0h	0h	0h	37h30min
DIS	3º Sem.	Estatística Descritiva e Inferencial	-----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	3º Sem.	Processos e Procedimentos Administrativos	-----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	3º Sem.	Direito Penal e Penal Militar	-----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	3º Sem.	Ética e Cidadania	-----	12h30min	0h	0h	0h	12h30min
DIS	3º Sem.	Instrução Militar III	-----	0h	25h	0h	0h	25h
DIS	3º Sem.	Educação Física Militar III	-----	0h	50h	0h	0h	50h
DIS	3º Sem.	Natação III	-----	0h	25h	0h	0h	25h
DIS	3º Sem.	Modelagem Computacional de Incêndios e Evacuações	-----	12h30min	0h	0h	0h	12h30min
DIS	3º Sem.	Segurança Contra Incêndios - Proteção Ativa	-----	25h	0h	0h	0h	25h

DIS	3º Sem.	Intervenção em Emergências com Produtos Perigosos	-----	12h30min	25h	0h	0h	37h30min
DIS	3º Sem.	Comando, Chefia e Liderança	-----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	3º Sem.	Gestão de Contratos e Patrimônio Públicos	-----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	3º Sem.	Sistema de Comando de Incidentes	-----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	3º Sem.	Gerenciamento de Operações de Combate a Incêndio Ambiental	-----	0h	25h	0h	0h	25h
DIS	3º Sem.	Metodologia de Ensino e Instrução	-----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	3º Sem.	Atendimento Pré Hospitalar III	-----	5h	20h	0h	0h	25h
DIS	3º Sem.	Combate a Incêndio III - Tática	-----	10h	40h	0h	0h	50h
DIS	3º Sem.	Salvamento em Altura II - Avançado	-----	0h	37h30min	0h	0h	37h30min
DIS	3º Sem.	Salvamentos Especiais	-----	0h	12h30min	0h	0h	12h30min
DIS	3º Sem.	Busca Terrestre	-----	12h30min	25h	0h	0h	37h30min
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL				302h30min	285h	0h	0h	587h30min

DISCIPLINAS DA QUARTO SEMESTRE								
CÓD.	OFERTA	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	PRESENCIAL				TOTAL
				Horário regular de aulas			Horário Programado	
				TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	ACE	
DIS	4º Sem.	Mecânica dos Fluidos	----	37h30min	0h	0h	0h	37h30min
DIS	4º Sem.	Patologia das Estruturas e Materiais de Construções	----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	4º Sem.	Direito Processual Penal e Processual Penal Militar	----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	4º Sem.	Comunicação Social e Relações Públicas	----	15h	10h	0h	0h	25h
DIS	4º Sem.	Educação Física Militar IV	----	0h	37h30min	0h	0h	37h30min
DIS	4º Sem.	Natação IV	----	0h	12h30min	0h	0h	12h30min
DIS	4º Sem.	Segurança Contra Incêndios - Análise de Projetos e Fiscalizações	----	0h	25h	0h	0h	25h
DIS	4º Sem.	Manejo e Corte de Árvores	----	0h	12h30min	0h	0h	12h30min
DIS	4º Sem.	Doutrina de Emprego BM	----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	4º Sem.	Captação de Recursos Públicos	----	12h30min	0h	0h	0h	12h30min

DIS	4º Sem.	Gestão de Projetos e Processos	----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	4º Sem.	Gerenciamento de Operações de Busca e Salvamento em Áreas Remotas	----	0h	25h	0h	0h	25h
DIS	4º Sem.	Atendimento Pré Hospitalar IV	----	5h	20h	0h	0h	25h
DIS	4º Sem.	Combate a Incêndio IV - Estratégia	----	12h30min	25h	0h	0h	37h30min
DIS	4º Sem.	Perícia de Incêndios	----	25h	0h	0h	0h	25h
DIS	4º Sem.	Salvamento Veicular II	----	0h	12h30min	0h	0h	12h30min
DIS	4º Sem.	Salvamento em Espaço Confinado	----	10h	15h	0h	0h	25h
DIS	4º Sem.	Salvamento em Valas e Deslizamentos	----	0h	12h30min	0h	0h	12h30min
DIS	4º Sem.	Salvamento em Águas Rápidas	----	0h	25h	0h	0h	25h
DIS	4º Sem.	Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas	----	5h	20h	0h	0h	25h
DIS	4º Sem.	Operações Aéreas	----	0h	12h30min	0h	0h	12h30min
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL				222h30min	265h	0h	0h	487h30min



9.2 Estágio Curricular Obrigatório

CÓD.	ATIVIDADE	PRÉ-REQUISITO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
EST	Estágio Supervisionado	Não ter reprovado	2º, 3º e 4º semestres	300h
TOTAL				300h

9.3 Atividades Curriculares de Extensão

CÓD.	ATIVIDADE	PRÉ-REQUISITO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
ACE	Atividades de Extensão (ACE)	Não ter reprovado	1º, 2º, 3º e 4º semestres	100h
ACE	Estágios com caráter extensionista	Não ter reprovado	2º e 3º semestres	200h
TOTAL				300h

9.4 Trabalho de Conclusão de Curso

CÓD.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	PRÉ-REQUISITO	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
TCC	Metodologia da Pesquisa Científica	Não ter reprovado	2º semestre	25h
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso	Não ter reprovado	3º semestre	12h30min
TOTAL				37h30min

9.5 Atividade Acadêmica Complementar

CÓD.	ATIVIDADE	PRÉ-REQUISITO	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
AAC	Atividade Esportiva Especializada	Não ter reprovado	todos os semestres	66h30min
AAC	Atividades Científicas, Culturais e Militares	Não ter reprovado	todos os semestres	100h
TOTAL				166h

10. RESUMO DA OFERTA

COMPONENTE	PRESENCIAL							TOTAL
	Horário regular de aulas			Horário Programado				
	TEÓRICA	PRÁTICA	ACE	ACE	ESTÁGIO	AAC	TCC	
Disciplinas do Primeiro Semestre	270h	255h	0h	25h	0h	42h	0h	592h
Disciplinas do Segundo Semestre	337h30min	237h30min	0h	125h	100h	41h30min	25h	866h30min
Disciplinas do Terceiro Semestre	302h30min	285h	0h	125h	100h	41h30min	12h30min	866h30min
Disciplinas do Quarto Semestre	222h30min	265h	0h	25h	100h	41h30min	0	654h
TOTAL	1132h30min	1042h30min	0h	300h	300h	166h30min	37h30min	2979h



11. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

As componentes curriculares que integram o Curso de Bacharelado em Resposta a Emergências resultam de um processo de elaboração pautado em ampla análise documental e normativa. Sua estrutura deriva do exame aprofundado da legislação que regulamenta a formação de instrutores e profissionais da área, das Diretrizes Curriculares Nacionais aplicáveis à educação superior, bem como da literatura científica atualizada que orienta as melhores práticas pedagógicas e operacionais no campo da gestão e resposta a emergências.

Além disso, a definição das disciplinas considera de forma sistemática a experiência pedagógica acumulada pelo corpo docente, as percepções e demandas identificadas junto aos discentes e egressos, e a análise comparativa de currículos referenciais utilizados em instituições congêneres.

Nesse processo, destacam-se ainda as especificidades decorrentes da natureza militar da formação, que impõem características singulares à organização curricular, à seleção de conteúdos e às competências esperadas do egresso. Assim, o conjunto das disciplinas reflete uma síntese coerente entre os marcos legais, a produção técnico-científica, a prática institucional e as particularidades formativas inerentes ao contexto militar.

11.1 Disciplinas Obrigatórias

As disciplinas obrigatórias estão apresentadas nos quadros a seguir, indicando o nome da disciplina, a carga horária total da oferta em horas, as cargas horárias teóricas, práticas e de extensão, se for o caso, além da ementa com os conteúdos teóricos e



referências bibliográficas. A contextualização da curricularização da extensão será tratada em regulamento específico no ANEXO D deste documento.

O Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares, foi estruturado em consonância com a legislação educacional vigente e com as Diretrizes Curriculares Nacionais, assegurando a contemplação das temáticas obrigatórias por meio de componentes curriculares específicos e de abordagem transversal ao longo da formação, conforme segue:

- Educação para as Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena:

Em atendimento à Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, bem como à Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e à Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que tornam obrigatória a abordagem da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos currículos da educação nacional, o curso contempla a temática da Educação para as Relações Étnico-Raciais no componente curricular Ética e Cidadania, com carga horária de 12h30min.

Nessa disciplina, são abordados conteúdos relacionados à diversidade étnico-racial, aos direitos humanos, à formação cidadã, à ética profissional e à atuação institucional do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná em uma sociedade plural, promovendo a reflexão crítica sobre igualdade, respeito às diferenças e combate a todas as formas de discriminação no exercício da função pública.

- Educação Ambiental

Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e estabelece a educação ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, o PPC contempla essa temática de forma transversal e integrada, articulando teoria e prática profissional.



A Educação Ambiental é desenvolvida, de forma direta, nos seguintes componentes curriculares:

- Combate a Incêndio Ambiental – 25h;
- Intervenção em Emergências com Produtos Perigosos – 37h30min;
- Climatologia e Meteorologia – 12h30min.

Essas disciplinas abordam a prevenção, mitigação e resposta a desastres ambientais, a gestão de riscos, a proteção dos ecossistemas, os impactos ambientais decorrentes de incêndios e acidentes tecnológicos, bem como a influência das variáveis climáticas e meteorológicas na ocorrência e no gerenciamento de emergências, consolidando uma formação comprometida com a sustentabilidade e a preservação ambiental.

- Educação para o Trânsito

Atendendo às diretrizes que estabelecem a Educação para o Trânsito como conteúdo de abordagem transversal no ensino superior, o curso contempla essa temática em disciplinas que tratam diretamente da segurança, prevenção de acidentes e uso responsável de equipamentos e veículos institucionais.

A Educação para o Trânsito está inserida no seguinte componentes curriculares:

- Equipamentos Motomecanizados – 25h.

Neste componente, são desenvolvidos conteúdos relacionados à prevenção de acidentes, segurança viária, condução defensiva, operação segura de viaturas e equipamentos, análise de riscos e responsabilidade do agente público no contexto do trânsito, especialmente em situações de emergência, deslocamentos operacionais e atividades de apoio à população.



Dessa forma, o Projeto Pedagógico do curso assegura o atendimento às legislações educacionais vigentes, integrando as temáticas obrigatórias ao conjunto da formação acadêmica e profissional, de maneira coerente com o perfil do egresso, com as atribuições institucionais do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná e com as exigências acadêmicas da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR.

1º SEMESTRE:

DISCIPLINA: FÍSICA	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h	
C/H TEÓRICA: 25h	C/H PRÁTICA:
EMENTA: Movimento em uma dimensão. Movimento em um plano. Dinâmica da partícula. Trabalho e energia. Conservação do momento linear. Colisões. Cinemática da rotação. Dinâmica da rotação. Conservação do momento angular. Movimento unidimensional, no plano e no espaço. As leis de Newton e suas aplicações. Conceitos de trabalho, energia cinética e energia potencial. Conceituar as variáveis unidimensionais básicas da cinemática e da dinâmica de rotação dos corpos rígidos em torno de um eixo fixo.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FREEDMAN, Roger A.; YOUNG, Hugh D. Física I: mecânica . 14. ed. São Paulo: Addison-Wesley, 2013. RESNICK, Robert; HALLIDAY, David; WALKER, Jearl. Fundamentos de física: mecânica . 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. v. 1. TIPLER, Paul A.; MOSCA, Gene. Física para cientistas e engenheiros . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. v. 1.	

DISCIPLINA: CÁLCULO	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 37h30min	
C/H TEÓRICA: 37h30min	C/H PRÁTICA:
EMENTA: Sistematização dos conjuntos numéricos - Números naturais; inteiros; racionais; números reais: propriedades, relação de ordem, valor absoluto, intervalos, desigualdades. Sistema cartesiano ortogonal e funções reais de uma variável real - Definição; gráfico; operações; inversa; funções polinomiais, exponenciais, logarítmicas, trigonométricas, trigonométricas inversas, hiperbólicas. Limite e continuidade de funções reais de uma variável real - Definição; propriedades; operações; teorema do valor intermediário.	



Estudo das derivadas de funções reais de uma variável real, estudo da variação de funções por meio dos sinais das derivadas, teoremas fundamentais do cálculo diferencial, estudo das diferenciais e suas aplicações - Definição; propriedades; teorema do valor médio; diferencial.

Aplicações: máximos e mínimos de funções, estudo do gráfico de funções.

Estudo das integrais indefinidas, estudo das integrais definidas, aplicações das integrais definidas e integrais impróprias - Primitivas (integral indefinida); integração por substituição e por partes; integral definida; teorema fundamental do cálculo; teorema do valor médio para integrais; Aplicações de integral: áreas, comprimento de arcos, volume de sólidos de revolução e trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOULOS, Paulo. **Cálculo diferencial e integral**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2010. v. 1.

LEITHOLD, Louis. **O cálculo com geometria analítica**. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994.

THOMAS JUNIOR, George B.; FINNEY, Ross L. **Cálculo diferencial e integral**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ÁVILA, Geraldo. **Cálculo**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1995.

GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. **Um curso de cálculo**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. v. 1-2.

HOFFMANN, Laurence D. **Cálculo: um curso moderno e suas aplicações**. Rio de Janeiro: LTC, 1990.

STEWART, James. **Cálculo**. 6. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2009. v. 2.

SWOKOWSKI, Earl W. **Cálculo com geometria analítica**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994. v. 1.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h

C/H TEÓRICA: 25h

C/H PRÁTICA:

EMENTA:

1. Redação de documentos oficiais

Documentação Técnica: Instrução de comunicação oficial – Composição da ICO; Técnica de elaboração de documentos; Emprego de abreviaturas, tramitação e prazos de documentos; Fecho, assinatura e identificação de signatário; Arquivamento e eliminação de documentos; Boletim; Cautela, circular, diretriz e guia; Despacho, instrução, manual, memorando e norma; Ofício; Ordem e portaria; Parte; Requerimento; Língua portuguesa – Qualidades de uma redação; Pronomes de tratamento; Atas e relatórios; Emprego da vírgula; Emprego de conectivos; Crase; Acordo ortográfico; Ortografia e acentuação; Concordância e regência.

2. Legislação Federal

Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018 - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Civil, e Sistema Nacional de Segurança Pública; Lei Federal nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023 - Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares; Decreto Federal nº 4.346 – Regulamento Disciplinar do Exército.

3. Legislação Estadual

Lei Estadual nº 1.943/1954 - Código da Polícia Militar do Paraná; Lei Estadual nº 5.940/1969 - Lei de Promoção de Praças da PMPR; Lei Estadual nº 5.944/1969 - Lei de Promoção de Oficiais da PMPR; Lei 22.206/2024: Dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná; Lei Estadual 22.261/2024: Institui o Corpo



de Militares Temporários; Lei Estadual nº 22.234/2024: Cria os Quadros de Oficiais Especialistas no âmbito da PMPR e CBMPR; Lei Estadual nº 21.761/2023: Institui o Programa Bombeiro Integrado; Decreto Estadual nº 7337/2017: Institui o Regime de Força-Tarefa para resposta a desastres no Paraná; Decreto Estadual nº 11.126/2014: Dispõe sobre a execução do Programa Bombeiro Comunitário; Decreto Estadual 12904/2022: Estabelece o processo de transição da desvinculação do CBM, da PMPR (Emenda Constitucional nº 53/2022); Decreto Estadual nº 3589/2023

4. Portarias do Comando-Geral

Documentos gerais de Comando e Direção da Corporação; Regulamento do Emprego Operacional; Delegação de competência para autorização dos deslocamentos no âmbito do CBMPR; concessão de Licença Capacitação no CBMPR; procedimentos relativos aos pedidos de condecorações e de promoção por bravura. Outras normativas consideradas importantes pelo instrutor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. **Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002.** Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

SILVA, Sérgio Nogueira Duarte da. **O português do dia a dia: como falar e escrever melhor.** Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

NICOLA, José de; TERRA, Ernani. **1001 dúvidas de português.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SACCONI, Luiz Antonio. **Não erre mais.** 31. ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DO CBMPR E DOS CORPOS DE BOMBEIROS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 12h30min

C/H TEÓRICA: 12h30min

C/H PRÁTICA:

EMENTA:

Criação do Corpo de Bombeiros no Brasil. Criação do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná. Evolução histórica do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná e o contexto político-econômico-social paranaense. Domínio da história hodierna do CBMPR (histórico do serviço de guarda-vidas, proteção/defesa civil e atendimento pré-hospitalar, mudanças na articulação do CB – nova LOB). PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO CBMPR.

Grandes incêndios e ocorrências de maior relevância da história Brasileira e local.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARNEIRO, David. **O Paraná na história militar do Brasil.** Curitiba: Travessa Editores, 1995.

ROSA FILHO, João Alves da. **Combate do Irani.** Curitiba: Associação da Vila Militar, 1998.

ROSA FILHO, João Alves da. **Campanha do Contestado.** Curitiba: Associação da Vila Militar, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. **Histórico da defesa civil.** Disponível em: <https://www.integracao.gov.br>. Acesso em: 8 fev. 2020.

ERVEN, Herbert Munhoz Van. **Bombeiros do Paraná: histórico do Corpo de Bombeiros do Paraná.** Curitiba: Edição do autor, 1954.



MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.
NUNES, José Luiz Alves. **1963: o Paraná em chamas**. Londrina: Edição do autor, 2013.
PARANÁ. **Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954**. Código da Polícia Militar do Paraná. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, 5 jul. 1954.
ROSA FILHO, João Alves da. **Epopéia da Lapa**. Curitiba: Associação da Vila Militar, 1999.

DISCIPLINA: INSTRUÇÃO MILITAR I	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 37h30min	
C/H TEÓRICA: 12h30min	C/H PRÁTICA: 25h
EMENTA:	
<p>Preceitos de ética militar, valores militares. Princípios de consciência e conduta profissional. Conceitos de hierarquia, disciplina, crimes e transgressões disciplinares, punições disciplinares.</p> <p>Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial das Forças Armadas: Honras e sinais de respeito; continência de tropa e da sentinela; toques, hino nacional e símbolos; honras militares e cerimonial militar; bandeira nacional, bandeiras, estandartes, flâmulas Cerimônia de hasteamento e arriamento. Compromissos.</p> <p>Ordem Unida: Conceituações Básicas. Objetivos da OU. Termos militares específicos empregados na ordem unida; Definições Básicas; Comandos e Meios de Comando; Voz de advertência e voz de execução. Apresentação individual; Continência individual e em tropa com correção - atitude, gesto e duração; Procedimentos adequados ao dirigir-se aos superiores e subordinados; Instrução Individual Sem Arma: Generalidades. Posições com e sem cobertura. Passos. Marchas. Voltas a Pé Firme e Em Marcha; Instrução Coletiva: Generalidades. Tipos de formações de tropa segundo os parâmetros regulamentares. Cobrir e Perfilar. Deslocamentos. Desfile da Tropa (Generalidades. Componentes. Demarcação. Distâncias. Continência da Tropa). Mudanças de Direção. Mudanças de Formação. Continência em Marcha;</p> <p>Comandos de toques de corneta empregados nas solenidades militares; Símbolos da Corporação; Hinos e canções militares;</p> <p>Instrução individual e coletiva com o Espadim Dom Pedro II: Histórico do Espadim. Apresentação do Espadim. Generalidades. Posições. Cobrir e Perfilar. Deslocamentos e Voltas. "Movimento ESBM". Teto de Aço;</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
<p>BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. Manual de Campanha EB70-MC-10.308: Ordem Unida. 4. ed. Brasília: EGGCF, 2019. 267p.</p> <p>BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas: R-2. Brasília: EGGCF, 1997. 73p.</p> <p>PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Vade Mecum de Comunicação Social e Cerimonial da Polícia Militar do Paraná. Curitiba: Portaria do Comando-Geral nº 447, 2011. 127p.</p> <p>BRASIL. Decreto Federal nº 88.777, de 30 de setembro de 1983 – Aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200);</p> <p>BRASIL. Lei Federal nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 – Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais e dá outras providências - Brasil;</p> <p>Decreto Federal nº 4346, de 26 de agosto de 2002 (Regulamento Disciplinar do Exército). BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. ESTADO-MAIOR.</p>	



Decreto Estadual nº 5075, de 28 de dezembro de 1998 - Regulamento de ética profissional dos militares estaduais, integrantes da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Paraná.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. Manual de Toques do Exército - C 20-5 - 1ª Edição, 1998.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. Manual De Campanha – Inspeções, Revistas e Desfiles – C 22-6 - 3ª Edição, 1998.

CUNHA, Irineu Ozires. **Regulamento disciplinar do exército**: parte geral. 3. ed. Curitiba, PR: Optagraf, 2018. 218 p.

CUNHA, Irineu Ozires. **Regulamento Disciplinar do Exército brasileiro**: comentado segundo a doutrina, jurisprudência e Constituição Federal de 1988, parte especial. Curitiba: Optagraf, 2010. 460 p.

CUNHA, Irineu Ozires. **Regulamento disciplinar do exército comentado**. Curitiba: AVM, 2004. 147 p.

DISCIPLINA: ARMAMENTO E TIRO POLICIAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h

C/H TEÓRICA: 5h

C/H PRÁTICA: 20h

EMENTA:

Armamentos orgânicos utilizados na PMPR e CBMPR; características básicas; princípios de funcionamento dos armamentos orgânicos da Corporação; Manejo correto; reconhecimento e solução dos acidentes e incidentes de tiro; regulamentação sobre o registro e porte de arma na corporação; prática de tiro.

Internalizar as regras de segurança para o manejo, transporte e guarda das armas de fogo e munição. Compreender os conceitos relativos ao tiro de Instrução. Compreender os fundamentos básicos do Tiro de Precisão com as armas de porte e portáteis orgânicos da Corporação. Adquirir proficiência quanto à “precisão” e “regulação” do tiro com armas de porte e portáteis. Praticar o Tiro de Instrução com as armas de porte e portáteis, com a finalidade de preparar o homem para a perfeita aprendizagem e execução do “Tiro de Combate” a níveis básicos e intermediários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério do Exército. **Nomenclatura padrão geral de armamento e munição (T9-200)**. Brasília, DF.

BRASIL. **Exército Brasileiro. Escola de Material Bélico. Apostilas do estágio de manutenção de armamento**. Brasília, DF: Ministério do Exército, [s.d.].

PARANÁ. **Polícia Militar do Paraná. Diretoria de Ensino. Manual básico do soldado**. Curitiba: PMPR, [s.d.].

SANTOS, Iranil; SANTOS, Itamar. **Manual de iniciação ao tiro**. [S.l.: s.n.].

SANTOS, Iranil; SANTOS, Itamar. **Manual técnico de armamento**. [S.l.: s.n.].

TAURUS ARMAS S.A. *Revólver Taurus calibre .38*: **Manual técnico C 23-37**. Brasília, DF: Ministério do Exército, [s.d.].

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério do Exército. **Acidentes e incidentes de tiro e avarias (T 9-210)**. Brasília, DF: Ministério do Exército, [s.d.].



BRASIL. Ministério do Exército. **Manual de campanha: tiro das armas portáteis**. Brasília, DF: Ministério do Exército, [s.d.].
OLIVEIRA; GOMES; FLORES. **Tiro de combate policial: uma abordagem técnica**. RGS: Gráfica e Editora São Cristóvão, [s.d.].

DISCIPLINA: Educação Física Militar I	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 50h	
C/H TEÓRICA: 0 H/A	C/H PRÁTICA: 50h
EMENTA: Desenvolvimento da capacidade aeróbica geral; introdução ao treinamento neuromuscular e à agilidade; fortalecimento da resistência muscular localizada de membros superiores e do CORE; adaptação progressiva ao exercício físico estruturado, estabelecendo a base física necessária ao acompanhamento das atividades físicas e operacionais do curso. Preparação para a corrida de 12 minutos, flexão na barra, flexão de braço no solo, shuttle run e abdominal remador.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: EXÉRCITO BRASILEIRO. Manual de campanha C 20-20: treinamento físico militar . 3. ed. Brasília, DF, 2002. GAYTON, Arthur C. Fisiologia Humana . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. McARDLE, William D. et al. Fisiologia do exercício . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: COOPER, Kenneth H., Capacidade Aeróbica . 2. ed. Rio de Janeiro: Fórum, 1972. FLECK, Steven J.; KRAEMER, William J. Tradutor RIBEIRO, Jerri Luiz. Fundamentos do Treinamento de Força Muscular . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. GAYA, Adroaldo C. A.; et. al. Bases e Métodos do Treinamento Físico-Desportivo . Porto Alegre: Sulina, 1979.	
DISCIPLINA: NATAÇÃO I	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA: 25h
EMENTA: Aplicação prática das técnicas de natação a partir dos fundamentos e regras dos estilos crawl e peito, buscando adaptar os alunos para a iniciação na natação, com o objetivo de prepará-los para as disciplinas profissionalizantes de busca aquática e salvamento aquático.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FOX, Edward. Bases Fisiológicas da Educação Física e dos Desportos . Rio de Janeiro: Guanabara, 1991. MACHADO, David Camargo. Metodologia da Natação . São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1978. MAGLISCHO, Ernest W. Nadando ainda mais rápido . São Paulo : Manole. 1990. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MARTINS, Flávio Eurico Silveira. Ensino da Natação para principiantes . São Paulo: MEC, 1979.	



DISCIPLINA: TELECOMUNICAÇÕES E SISTEMAS INFORMATIZADOS	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h	
C/H TEÓRICA: 10h	C/H PRÁTICA: 15h
EMENTA:	
<p>Fundamentos das comunicações e tipificação de ocorrências - meios de comunicação, ondas de rádio, faixas de frequência, rádio propagação, emissão e modulação, sistema-rádio, fundamentos para operação e tipificação de ocorrências. Exploração das comunicações - regras de exploração rádio-telefônicas, manutenção das comunicações, código "Q" e alfabeto fonético internacional, software de despacho e segurança das comunicações (CAD). Perfil e papel do telefonista de emergência. Protocolo para atendimento a emergências médicas. Protocolo para emergências de bombeiro. Simulados de chamados.</p> <p>Tecnologia da Informação, bancos de dados, redes de computadores, Intranet, Internet, segurança lógica da Informação e crimes digitais. Inovação em TIC para segurança pública. Sistemas de informação utilizados pelo Corpo de Bombeiros do Paraná.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
<p>AGUIAR, Eduardo J Slomp. Cartões de Despacho – Edição 2017. Curitiba: 2017.</p> <p>CEPIK, Marco. Inteligência e políticas públicas: dinâmicas operacionais e condições de legitimação. Security and Defense Studies Review. Rio de Janeiro</p> <p>DAVENPORT, Thomas H; ABRÃO, Bernadette Siqueira, Trad. Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 2003.</p> <p>IFSTA. Telecommunicator. 1st edition. Fire Protection Publication. EUA, Ohio: 2006.</p> <p>FURTADO, Vasco. Tecnologia e Gestão da Informação na Segurança Pública. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.</p> <p>SÃO PAULO. Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo. MTB 13 – Comunicações Operacionais.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
<p>BEUREN, Ilse Maria. Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial. 2 .ed. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848 - Código Penal. Rio de Janeiro, 1940.</p> <p>BRASIL. Lei nº4.117 - Código Brasileiro de telecomunicações. Brasília,1962.</p> <p>BRASIL. Exército Brasileiro. Portaria nº 127-DECEX - Aprova as Normas para a Construção de Currículos. 2. ed. Brasília, 2014.</p> <p>BRASIL. Exército Brasileiro. Manual do Instrutor: manual técnico T 21-250. 3. ed. Brasília, 1997.</p> <p>BRASIL. Exército Brasileiro. Exploração em Radiofonia: manual técnico C 24-9. 3. ed. Brasília, 1995.</p> <p>BRASIL. Exército Brasileiro. Emprego das Comunicações: manual técnico C 11-1. 2. ed. Brasília, 1997.</p> <p>BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Matriz Curricular Nacional (MACUNA). 1. ed. Brasília, 2014.</p> <p>GOMES, Alcides Tadeu. Telecomunicações: transmissão e recepção. São Paulo: Erica, 1995.</p> <p>MIYOSHI, Edson Mitsugo; SANCHES, Carlos Alberto. Projeto de sistemas de rádio. 1. ed. São Paulo: Erica, 2002.</p> <p>SOARES NETO, Vicente. Telecomunicações: sistemas de modulação. 1. ed. São Paulo: Erica, 2005.</p> <p>RIBEIRO, Amarildo. Manual do SYSBM – Sistema de Registro de Ocorrências e Estatísticas do Corpo de Bombeiros, Cascavel, 2017.</p> <p>RIBEIRO, Amarildo. Tutorial do SYSEFETIVO – Sistema Gestão de Efetivo do Corpo de Bombeiros, Cascavel, 2019.</p>	



DISCIPLINA: EQUIPAMENTOS MOTOMECANIZADOS	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h	
C/H TEÓRICA: 10h	C/H PRÁTICA: 15h
EMENTA:	
<p>Estudo dos recursos e equipamentos embarcados em viaturas operacionais, com ênfase na correta utilização, limitações técnicas, segurança e emprego tático.</p> <p>Análise dos sistemas de tração veicular, incluindo tração 4x2, 4x4, tração integral e caixas de marchas reduzidas, bem como sistemas auxiliares de controle de tração, estabilidade e bloqueio de diferencial.</p> <p>Emprego de guinchos mecânicos e elétricos, cabos de aço e sintéticos, roldanas e acessórios, abordando técnicas básicas de ancoragem, arraste, reboque e auto-resgate.</p> <p>Estudo dos sistemas de iluminação veicular e operacional, sinalização sonora e visual, incluindo sirenes, giroflex, luzes de advertência e balizamento de áreas de ocorrências.</p> <p>Utilização de reboques, engates e acessórios, considerando limites de carga, estabilidade e segurança.</p> <p>Noções sobre equipamentos específicos embarcados em viaturas de bombeiros, como geradores, compressores, sistemas hidráulicos auxiliares e tomadas de força.</p> <p>Tipos de veículos (conceito e aplicação), componentes de um veículo: motores (explosão e elétricos), conceitos, identificação e descrição. Frequência e regime de trabalho. Sistemas anexos aos motores. Sistema de alimentação, sistema de refrigeração, sistema de lubrificação, sistema elétrico, sistema de embreagem e transmissão, eixos e suspensão, caixa de direção, sistema de freios, pneus e rodas. Sistemas hidráulicos e pneumáticos (conceitos), identificação dos componentes, formas de funcionamento e aplicações.</p> <p>Conceitos de viaturas de combate à incêndios (tipos e aplicação). Identificação e detalhamento dos sistemas veiculares. Relação peso x potência. Bombas de incêndio (conceitos, tipos e aplicação). Normas técnicas e projetos. Operações práticas com bombas de incêndio: operações de combate a incêndio, operações de abastecimento (escorva, arrastamento e por pressão) e pressurização de sistemas fixos em edificações. Direção defensiva e preventiva. Condução segura de viaturas de emergência. Riscos associados ao deslocamento em alta velocidade. Procedimentos operacionais padrão (POP). Segurança da guarnição e de terceiros.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
<p>BRASIL. Ministério do Exército. Escola de Material Bélico, Teoria Automóvel - 1ª e 2ª Partes. Brasília - DF. 2009.</p> <p>Ministério do Exército. Escola de Material Bélico, Motores e Órgãos Anexos. Brasília - DF. 2009.</p> <p>Ministério do Exército. Escola de Material Bélico, Motores Diesel. Brasília - DF. 2009.</p> <p>NBR 14096: Viaturas de Combate a Incêndios. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.</p> <p>GOIÁS (Estado). Corpo de Bombeiros Militar de Goiás. Manual Operacional de Bombeiros: Bombas Hidráulicas. Goiás [s.n.]: Em fase de publicação.</p> <p>SÃO PAULO (Estado). Polícia Militar de São Paulo. Corpo de Bombeiros. Manual técnico nº 8 de bombas de incêndio. São Paulo: [s.n.], 2005.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 14096 – Veículos rodoviários automotores – Iluminação e sinalização. Rio de Janeiro: ABNT.</p> <p>BRASIL. Resoluções do CONTRAN aplicáveis a veículos de emergência.</p> <p>ABNT NBR ISO 2408 – Cabos de aço — Requisitos mínimos.</p>	



GAIOTTO, João Roberto de Camargo. Técnica 4x4 Guia de Condução Fora de Estrada. 2ª Edição. Editora Curitiba

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Ministério do Exército. **Escola de Material Bélico**, Manutenção Orgânica dos Veículos Automóveis com Rolamentos sobre Rodas ou Misto. Brasília - DF. 2009.

Polícia Militar do Estado do Paraná. Corpo de Bombeiros. **Manual de Combate a Incêndio do Paraná**. Curitiba: [s.n.], 2008.

DEPETRIS, W. M. **Testes de desempenho de bomba de incêndio das viaturas tipo auto bomba tanque e resgate (abtr) – procedimento operacional padronizado – uma proposta**. 22 f. Artigo (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) - Academia Policial Militar do Guatupê, Polícia Militar do Paraná, São José dos Pinhais, 2016.

SOTO, J. **Seminário de bombas Waterous em português**. [S.l.: s.n.], 2014.

MITREN. **Manual de Operação e Manutenção**. Santa Cruz do Sul, 2009.

TRIEL HT. **Manual de operação e manutenção de viatura de combate a incêndio – viaturas especiais**. Erechim: [s.n.], 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14561 – Veículos de combate a incêndio**. Rio de Janeiro: ABNT.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15808 – Veículos para atendimento a emergências médicas**. Rio de Janeiro: ABNT.

BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503/1997**.

NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION. **NFPA 1901 – Norma para Veículos de Serviços de Incêndio** (versão traduzida).

NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION. **NFPA 1002 – Qualificação profissional de operadores de viaturas de emergência** (versão traduzida).

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO A SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h

C/H TEÓRICA: 25h

C/H PRÁTICA

EMENTA:

Introdução e noções gerais da segurança contra incêndio; Importância dos fatos históricos para o desenvolvimento das normas de segurança contra incêndio, demonstrando a existência de normas antigas e possibilidade de ainda estarem válidas; Introdução ao estudo das leis, decretos e normas de procedimento administrativos (Lei 19.449/2018; Decreto 11.868/2018 e Normas de procedimento administrativas). Implicação da Lei 13.874/2019 no processo de desburocratização do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná; Estudo da Portaria nº 067/19. Introdução ao estudo do código de segurança contra incêndio e classificação das edificações para definição das medidas de segurança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Lei Complementar Federal nº 123, **Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**, de 14 de dezembro de 2006

BRASIL. Lei Federal nº 13.874, **Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado**, de 20 de setembro de 2019

BRASIL. Lei Federal nº 13.425, **Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público**, de 30 de março de 2017.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL .Lei Federal nº 11.326, **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** de 24 de julho de 2006.

CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ. **Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico e Normas de Procedimento Administrativas do CB/PMPR.** Curitiba, 2018.

CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária. Corpo de Bombeiros. **Norma de Procedimento Administrativo n.001: Processos de vistoria, licenciamento, fiscalização e recursos** -Curitiba, 2018.

CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ. **Código de Prevenção de Incêndio.** Curitiba, 2001. ABNT/NB – 208 – Saídas de Emergências em Edifícios Altos (NBR 9077) -1975.

PARANÁ. Lei Estadual nº 19.449, **Regula o exercício do poder de polícia administrativa pelo Corpo de Bombeiros Militar e institui normas gerais para a execução de medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres, conforme especifica,** de 5 de abril de 2018.

FERNANDES. Ivan Ricardo. **Engenharia de Segurança Contra Incêndio e Pânico.** Curitiba: CREA-PR, 2010.

PARANÁ. Lei Estadual nº 13.976, **cria o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – FUNCB** de 26 de dezembro de 2002.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 11.868, **Regulamenta a Lei nº 19.449, de 5 de abril de 2018, para dispor sobre o exercício do poder de polícia administrativa pelo Corpo de Bombeiros Militar,** conforme especifica, de 3 de dezembro de 2018 .

REVISTA EMERGÊNCIA. **Exigências contra incêndios.** Novo Hamburgo, edição – jun. 2010, p. 26-37.

REVISTA EMERGÊNCIA. **Obstáculos na segurança.** Novo Hamburgo, edição – abr. 2012, p. 24-31.

DISCIPLINA: SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h

C/H TEÓRICA: 25h

C/H PRÁTICA:

EMENTA:

Segurança pública nas sociedades democráticas. Estrutura organizacional e funcional da segurança pública. Atribuições das instituições de segurança pública. Planos de segurança pública. Controle democrático interno e externo das instituições e do profissional da área de segurança pública. Conceitos de circunscrição e área de abrangência de outras instituições. Relação entre o sistema de segurança pública e o sistema de justiça criminal. Mudanças e novos desafios: segurança local e global. Compreensão de operações interagências e as atribuições dos órgãos envolvidos. Análise crítica das políticas públicas, funções e atribuições das instituições de segurança pública. Pensamento crítico sobre seus compromissos e responsabilidades como cidadão e profissional.

Conceitos Básicos sobre Gestão de Riscos e Desastres; Marcos Internacionais; Cidades Resilientes; Ameaças Naturais; Ameaças Antropogênicas e Tecnológicas; Vulnerabilidade Socioambiental; Riscos de Desastres (conceito, mensuração, estudos, dimensões). Pesquisa, Extensão, Ensino e Inovação Tecnológica relacionada à Redução de Riscos de Desastres; Monitoramento, Alerta e Alarme; A Redução de Riscos de Desastres - RRD e a Resiliência no Brasil e no Mundo. Ciclo do Desastre. Codificação de Desastres. O Corpo de Bombeiros e as tipologias não associadas ao perfil dos atendimentos emergenciais que realiza. Planejamento Urbano. Plano Diretor Municipal – PDM. Elaboração e revisão de Planos de Contingência com enfoque em cidades com áreas de risco acentuadas.



A defesa civil na Constituição Federal. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Legislação complementar. Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. A defesa civil na Constituição do Estado do Paraná. Política Estadual de Proteção e Defesa Civil. Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil. Regulamento. Ações de Proteção e Defesa Civil e suas ramificações. Atribuições dos órgãos setoriais. Defesa Civil no município. Planejamento em Proteção e Defesa Civil. Ajuda humanitária. Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública. Avaliação de Danos. Força-Tarefa. Defesa Civil na Escola – Brigada Escolar. Sistema de Informações de Defesa Civil – SisDC. Sistema de Comando em Incidentes – SCI. Competências do Corpo de Bombeiros versus competências da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAYLEY, David H. *Criando uma teoria de policiamento: padrões de policiamento*. Série Polícia e Sociedade, 1. São Paulo: EDUSP, 2001.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Segurança Pública**. *Gestão da informação e estatísticas de segurança pública no Brasil*. Coleção Segurança com Cidadania, n. 2. Brasília, DF: SENASP, 2009.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Segurança Pública**. *Homicídios: políticas de controle e prevenção no Brasil*. Coleção Segurança com Cidadania, n. 3. Brasília, DF: SENASP, 2009.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Segurança Pública**. *Vade mecum segurança pública*. Brasília, DF: SENASP, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Construindo cidades resilientes: minha cidade está se preparando*. [S.l.]: ONU, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Marco de ação de Sendai para redução do risco de desastres 2015–2030*. [S.l.]: ONU, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *UNISDR terminology on disaster risk reduction*. [S.l.]: ONU, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

BERTALANFFY, Ludwig von. *Teoria geral dos sistemas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

BRASIL. **Constituição (1988)**. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional**. *Apostila sobre implantação e operacionalização de COMDEC – Coordenadoria Municipal de Defesa Civil*. 4. ed. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional**. *Manual de desastres: desastres naturais*. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional**. *Manual de gerenciamento de desastres: sistema de comando em operações*. Florianópolis, SC, 2010.

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional**. *Manual segurança global da população*. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. **Ministério do Planejamento e Orçamento. Departamento de Defesa Civil**. *Glossário de defesa civil: estudos de riscos e medicina de desastres*. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. *Padrões de policiamento: uma análise internacionalmente comparativa*. São Paulo: EDUSP, 2001.

CERQUEIRA, C. M. N. *A polícia em uma sociedade democrática*. In: **Polícia, violência e direitos humanos**. [S.l.]: CEDOSP, 1994. (Cadernos de Polícia, n. 20).

GARCIAS, Carlos Mello; PINHEIRO, Eduardo Gomes (org.). *IPDC – Indicador Municipal de Proteção e Defesa Civil: preparação: aplicação em municípios paranaenses*. Curitiba: FUNESPAR, 2019.

GOLDSTEIN, Herman. *Policiando uma sociedade livre*. Série Polícia e Sociedade, 9. São Paulo: EDUSP, 2003.

MONET, Jean-Claude. *Polícias e sociedades na Europa*. Série Polícia e Sociedade, 3. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

PARANÁ. **Constituição (1989)**. *Constituição do Estado do Paraná*. Curitiba, PR, 1989.



PARANÁ. **Lei nº 18.519, de 7 de julho de 2015.** Institui a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil. Curitiba, PR, 2015.

PINHEIRO, Eduardo Gomes. *Gestão pública para a redução dos desastres: incorporação da variável risco de desastre à gestão da cidade.* Curitiba: Appris, 2015.

PINHEIRO, Eduardo Gomes. *Orientações para o planejamento em proteção e defesa civil – estadual.* Curitiba: FUNESPAR, 2018.

PINHEIRO, Eduardo Gomes. *Orientações para o planejamento em proteção e defesa civil – regional.* Curitiba: FUNESPAR, 2018.

PINHEIRO, Eduardo Gomes. *Orientações para o planejamento em proteção e defesa civil – setorial.* Curitiba: FUNESPAR, 2018.

PINHEIRO, Eduardo Gomes; FERENTZ, Larissa; FONSECA, Murilo Noli da; BATISTA, Fernanda Enko dos Santos. *Parcerias para a construção de cidades resilientes a desastres no Estado do Paraná integrando setor público, academia e UNISDR.* In: **Geografia: desenvolvimento científico e tecnológico.** Curitiba: Atena, 2020. p. 47–53.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias.* Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 9, n. 1, 1997.

ROCHA, Luiz Carlos. *Organização policial brasileira: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária, Polícias Cíveis, Polícias Militares, Corpos de Bombeiros, Guardas Municipais.* São Paulo: Saraiva, 1991.

SAPORI, Luís Flávio. *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas.* Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DISCIPLINA: GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h	
C/H TEÓRICA 25h	C/H PRÁTICA
EMENTA:	
<p>Legislação aplicada à gestão orçamentária e financeira no setor público. Principais fontes de recursos utilizados pelo Estado, o funcionamento do sistema de competência e distribuição orçamentária, interpretação das rubricas orçamentárias. Modalidades e tipos de licitação, o fluxo dos processos de aquisição pública, diárias, uso do cartão corporativo, central de viagens e fundo rotativo. Gestão de materiais e serviços, gestão e fiscalização de contratos administrativos, articulação entre o planejamento estratégico do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná e os Objetivos Estratégicos de Modernização da Gestão.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
<p>BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.</p> <p>BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.</p> <p>BRASIL. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.</p> <p>BRASIL. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14133.htm</p>	
BIBLIOGRAFIA OMPLEMENTAR:	
<p>MORGADO, Jeferson Vaz e Debus, Ilvo – Orçamento Público – 2ª ed. – Brasília, 2000.</p>	



PARANÁ. Decreto 2428 - 14 de Agosto de 2019. **Súmula: Regulamenta a Lei Complementar nº 104, de 7 de julho de 2004 que dispõe sobre as diárias de servidores e estabelece normas para o deslocamento dos servidores civis e militares da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo e aqueles contratados em caráter temporário.**

PARANÁ. Decreto 6358, de 28 de junho de 2024 - **Regulamenta no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, a concessão de diárias, passagens e transporte e estabelece normas para o deslocamento de beneficiário, conforme atribuições estabelecidas na Lei Complementar nº 104, de 7 de julho de 2004, na Lei nº 21.992, de 23 de maio de 2024 e dá outras providências.** Disponível: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=330052&codItemAto=2088598>.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 10.086, de 17 DE JANEIRO DE 2022 - **Regulamenta, no âmbito da Administração Pública estadual, direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná, a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que "Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", a aquisição e incorporação de bens ao patrimônio público estadual, os procedimentos para intervenção estatal na propriedade privada e dá outras providências.** <https://www.planejamento.pr.gov.br/Pagina/PCA-E>.

PARANÁ. Lei Complementar nº 104, de 7 de julho de 2004. **Dispõe sobre Diárias e outras vantagens.** Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-complementar-n-104-2004-parana-altera>.

PARANÁ. Lei Estadual nº 16.944, de 10 de novembro de 2011 - **FUNESP. Súmula: Cria o Fundo Especial de Segurança Pública.**

PARANÁ. Lei Estadual nº 20.826 – 30 de Novembro de 2021. **Súmula: Autoriza o Poder Executivo a criar Fundos Rotativos para os Órgãos que especifica.** Disponível: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=256215&indice=1&totalRegistros=1&dt=1.9.2024.13.55.28.486>.

PARANÁ. Lei Estadual nº 21.861/2023, **Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2024 a 2027 e dá outras providências. PPA 2024-27.**

PARANÁ. Lei Estadual nº 22.065, de 18 de julho de 2024. **Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2025.**

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. PARANÁ.

PARANÁ. **Manual Técnico do Orçamento 2025.** Disponível em http://www.portaldatransparencia.pr.gov.br/arquivos/File/planejamento_orcamento/MTO_2025_vs2.pdf

DISCIPLINA: Atendimento Pré-hospitalar I	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 37h30min	
C/H TEÓRICA: 12h30min	C/H PRÁTICA: 25h
EMENTA:	
Compreender os conceitos de urgência e emergência.	
Reconhecer a importância do Atendimento Pré-Hospitalar no contexto da resposta a emergências e desastres.	
Identificar o elo da emergência e o papel institucional do Corpo de Bombeiros Militar no sistema de saúde.	
Conhecer a organização do sistema de emergência médica, incluindo regulação, triagem e despacho, com ênfase na integração com o SAMU.	
Analisar os aspectos legais e éticos relacionados ao Atendimento Pré-Hospitalar.	
Aplicar princípios de biossegurança e segurança da vida, reconhecendo riscos biológicos, físicos e ambientais.	



Utilizar corretamente os equipamentos de proteção individual.

Compreender noções básicas de anatomia e fisiologia aplicadas ao APH, com foco nos sistemas respiratório, cardiovascular e nervoso.

Executar a avaliação da vítima, compreendendo a avaliação geral, a avaliação primária e a avaliação secundária céfalo-caudal.

Mensurar e interpretar sinais vitais.

Aplicar a Escala de Coma de Glasgow no contexto do trauma.

Reconhecer a parada cardiorrespiratória.

Executar manobras de reanimação cardiopulmonar.

Utilizar o Desfibrilador Externo Automático no atendimento à parada cardiorrespiratória.

Realizar o manejo da obstrução de vias aéreas por corpo estranho.

Adaptar as condutas de Suporte Básico de Vida para adultos, crianças, lactentes, gestantes e obesos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

OLIVEIRA, Beatriz Ferreira Monteiro; PAROLIN, Mônica Koncke Fiúza; TEIXEIRA JR., Edison do Vale. **Trauma: atendimento pré-hospitalar**. Curitiba, ed. Atheneu, 2002.

PARANA, Corpo de Bombeiros. **Manual de Atendimento Pré-hospitalar**. Curitiba, 2006.

SÃO PAULO. GRAU (Grupo de Resgate e Atenção às Urgências e Emergências). **Livro Pré Hospitalar**. São Paulo. Ed. Manole, 2015.

SOBOTTA – Atlas de Anatomia Humana (20ª - 24ª Edições). Guanabara Koogan.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALFARO, D. ; MATTOS, H. **Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado PHTLS**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRASIL. **Marinha do Brasil. Manual de mergulho**. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, [s.d.].

CANETTI, Marcelo D.; ALVAREZ, Fernando S. Et al. **Manual básico de socorro de emergência**. São Paulo: Atheneu, 2007.

DRAKE, R.L.; VOGL, A.W.; MITCHELL, A.W.M. GRAY'S – **Anatomia Para Estudantes**. (1ª, 2ª e 3ª Edições). Elsevier, 2005-2018.

MOORE, K.L.; DALLEY, A.F. **Anatomia Orientada Para Clínica**. (4ª - 7ª Edições). Guanabara Koogan, 2007-2018.

NAUI. **Manual de mergulho de segurança pública**. [S.l.]: NAUI, 2016.

PARANÁ. **Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. Nota de instrução nº 004/2016: regula os procedimentos para a realização do mergulho de segurança pública no âmbito do CBPMPR**. Curitiba: CBPMPR, 2016.

PARANÁ. **Corpo de Bombeiros Militar do Paraná. BM/3 – CCB. Boletins técnicos**. Curitiba: PMPR, [s.d.].

SOUZA, Major Paulo Henrique de (org). **Manual Técnico: Salvamento Aquático, Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná**. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2014.

DISCIPLINA: TEORIA E DINÂMICA DE INCÊNDIOS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h

C/H TEÓRICA: 25h

C/H PRÁTICA: H/A



EMENTA:

Estudo do comportamento do fogo e sua influência no combate ao incêndio. Triângulo do fogo. Teatraedro do Fogo. Termodinâmica: Conceitos e Definições. Propriedades de uma substância pura. Trabalho e Calor. Primeira e Segunda Lei da Termodinâmica. Entropia. Gases Reais. Classificação dos materiais combustíveis. Agentes extintores. Tipos de combustão: combustão com chama, sem chama, explosiva, espontânea. Transmissão de calor: irradiação, convecção e condução. Fenômenos do incêndio: fases, flashover, backdraft, smoke ignition, ghost flame. Incêndio limitado pelo combustível e incêndio limitado pelo comburente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMORIM, Walter Vasconcelos. **Manual básico para bombeiros**. [S.l.: s.n.], [s.d.].
IFSTA. **Essentials of fire fighting**. 4th ed. Ohio: Fire Protection Publications, 2007.
PARANÁ. Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. **Manual de combate a incêndios**. Curitiba: CBPMPR, 2008.
PARANÁ. Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. **Material interativo de combate a incêndio**. Curitiba: CBPMPR, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SECCO, Orlando. **Manual de prevenção e combate a incêndio**. v. 1–2. [S.l.: s.n.], [s.d.].

DISCIPLINA: COMBATE A INCÊNDIOS I – MATERIAIS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h

C/H TEÓRICA: 5h

C/H PRÁTICA: 20h

EMENTA:

Classificação dos materiais de bombeiro empregados na atividade de combate a incêndio. Equipamentos de proteção individual de combate a incêndio frente aos riscos da atividade. Agentes extintores e sua correta utilização no combate das diversas classes de incêndio. Viaturas de combate a incêndios em uso no Corpo de Bombeiros do Paraná e sua operação, especialmente no uso da bomba hidráulica. Rotinas operacionais da atividade de combate a incêndio e a função de cada integrante da guarnição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMORIM, Walter Vasconcelos. **Manual básico para bombeiros**. [S.l.: s.n.], [s.d.].
IFSTA. **Essentials of fire fighting**. 4th ed. Ohio: Fire Protection Publications, 2007.
PARANÁ. Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. **Manual de combate a incêndios**. Curitiba: CBPMPR, 2008.
PARANÁ. Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. **Material interativo de combate a incêndio**. Curitiba: CBPMPR, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SECCO, Orlando. **Manual de prevenção e combate a incêndio**. v. 1–2. [S.l.: s.n.], [s.d.].



DISCIPLINA: SALVAMENTO VEICULAR I	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 37h30min	
C/H TEÓRICA: 7h30min	C/H PRÁTICA: 30h
EMENTA: Emprego de técnicas e tática em ocorrências de acidente de trânsito com vítimas presas nas ferragens envolvendo veículos leves. Materiais, ferramentas e equipamentos, anatomia veicular, tecnologias de segurança veicular empregadas nos veículos, riscos envolvidos, equipamentos de proteção individual e coletivo, segurança durante a operação, estabilização veicular, acesso, desenvolvimento de plano principal e emergencial, técnicas de desencarceramento, extração, protocolo de atendimento.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DUBAR, Ian. Técnicas de desencarceramento de veículos , 1 ed. Holmatro, 2014. CBPMESP. Manual Técnico de Bombeiro nº 51 , 1 ed., 2010. MOORE, Ronald E. Vehicle Rescue and Extrication . 2. ed. USA: Mosby Jems, 2002. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MENÊSES, João Adauto Oliveira. Técnicas de Resgate Veicular , 1 ed. Aracaju: Infographics, 2015.	

DISCIPLINA: SALVAMENTO EM ALTURA I - BÁSICO	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 37h30min	
C/H TEÓRICA: 7h30min	C/H PRÁTICA: 30h
EMENTA: Ambiente Vertical. Normalização e Certificação. Equipamentos de proteção individual. Equipamentos flexíveis. Equipamentos rígidos. Organização e Operação de um Grupo de Resgate. Nós e voltas. Ancoragens. Sistemas de Segurança. Rapel e Sistema de Descensão. Sistema de Ascensão. Segurança em Resgate. Evacuação. Resgate em Declives. Resgate com Macas em Faces Verticais. Sistemas de Vantagem Mecânica.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AGUIAR, Eduardo J. Slomp. <i>Resgate vertical</i> . 2. ed. Curitiba: AVM, 2016. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego . <i>NR 35: trabalho em altura</i> . Brasília, DF, 2012. SÃO PAULO. Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo . <i>Manual de fundamentos</i> . São Paulo: Abril, 1999. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15595: acesso por corda – procedimento para aplicação do método . São Paulo: ABNT, 2008. CORPO DE SOCORRO EM MONTANHA. <i>Apostila do curso de resgate em montanha</i> . Curitiba: [s.n.], 2003. DELGADO, Delfín. <i>Rescate urbano en altura</i> . 2. ed. Madrid: Desnivel, 2002. FERREIRA JÚNIOR, Haroldo Machado; SOUZA, Paulo José Barbosa. <i>Manual técnico profissional de salvamento</i> . Brasília, DF: [s.n.], 1994. v. 1–3.	



FRANZEN, Ronaldo. *Manual de resgate em ambiente vertical*. Curitiba: [s.n.], 2004.
LIPKE, Rick. *Technical rescue riggers guide*. Rev. ed. [S.l.]: Mountain Rescue Association, 1997.
NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION. **NFPA 1006: standard for rescue technician professional qualifications**. Quincy, MA: NFPA, 2003.
RAY, Slim. *Swiftwater rescue: a manual for the rescue professional*. Asheville, NC: CFS Press, 1996.
REDONDO, Jon. *Manual de seguridad en trabajos verticales*. Madrid: Desnivel, 2000.
VINES, Tom; HUDSON, Steve. *High angle rescue techniques*. 2. ed. St. Louis, MO: Mosby, 1999.

2º SEMESTRE:

DISCIPLINA: DESENHO TÉCNICO	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 12h30min	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA: 12h30min
EMENTA: Noções fundamentais para o desenho técnico - normas técnicas, escalas, passos para a execução do desenho técnico. Construções geométricas - projeções ortográficas, perspectiva isométrica. Comandos básicos do desenho em CAD - noções básicas de desenho em três dimensões com a ferramenta CAD. Noções básicas de projeto de edificações e projeto de segurança contra incêndios.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CORPO DE BOMBEIROS PMPR. NPT 004: Símbolos gráficos para projeto de segurança contra incêndio . Curitiba, 2014. KATZ, Genevieve. Autocad 11: guia prático e completo . São Paulo: Makron Books, 1992. 368 p. RENZETTI, Roberto Bertini. Autocad: manual de referência, completo e total , versões 10 e 11. São Paulo: Mc Graw-Hill, 1990. 294 p. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ARRUDA, C.K.C. Apostila de desenho técnico básico . Niterói, 2004. NEIZEL, E. Desenho Técnico para a Construção Civil . São Paulo: Edusp, 1974. SHULZ, M. Apostila de Auto CAD com Objetividade . Niterói, 2008.	

DISCIPLINA: QUÍMICA	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h	
C/H TEÓRICA: 25h	C/H PRÁTICA:
EMENTA: Conceito de substâncias químicas, mudanças de estado físico, pontos de fusão e de ebulição, substâncias puras e misturas, processo de separação. Conceito e exemplos de reações químicas, reações de decomposição, leis de conservação da massa, de Lavoisier, das proporções constantes e de Proust.	



Conceito de ligações químicas (iônica, covalente, metálica) e propriedade das ligações químicas, polaridade das ligações, (Polar e Apolar). Processo de separação. Estequiometria. Soluções. Funções inorgânicas (Ácido, Base), definição de ácidos e bases. Arrhenius (reações de neutralização) e Bronsted Lowry. Reações de precipitação, complexação e redox. Variáveis usadas para descrever o comportamento de gases (Volume, Pressão e Temperatura); Lei de Boyle (representação gráfica e cálculos); Lei de Charles (zero absoluto, cálculos da lei de Charles); lei do gás ideal (lei de Gay-Lussac, princípio de avogadro), lei de Dalton, lei da difusão de Graham; teoria cinético molecular; a lei dos gases e as condições meteorológicas; gases reais. Força de ácidos e bases.

Termoquímica, processo exotérmico e processo endotérmico, calor e unidades, entalpia e variação de entalpia, lei de Hess e entalpia – padrão de combustão, energia de ligação e aspectos estequiométricos da termoquímica. Química nuclear (radioatividade) histórico (radioatividade natural); detecção e medida da radioatividade; cinética da desintegração nuclear. Reações nucleares (transmutação); fissão, fusão e energia de ligação nuclear (armas nucleares e reatores nucleares); aplicações químicas da radioatividade; efeitos da radioatividade sobre o homem.

Procedimentos para atendimento a ocorrências com exposição à radioatividade. Tópicos de química geral aplicados a sinistros atendidos pelo Corpo de Bombeiros. Práticas de química em laboratório com experimentos de bancada com produtos perigosos (endotérmica e exotérmica); produtos perigosos: composição química: composições químicas dos principais produtos perigosos constantes na Resolução ANTT nº 5.848/19 atualiza o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, revogando, a partir de 23 de dezembro de 2019, a Resolução ANTT nº 3.665/11, Resolução ANTT nº 5.232/16 Aprova as Instruções Complementares ao Regulamento Terrestre do Transporte de Produtos Perigosos, e dá outras providências e Resolução ANTT nº 3.665/11 Atualiza o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos. Principais reações químicas com os produtos perigosos; endotérmica e exotérmica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ATKINS, P.; JONES, L. **Princípios de Química**: Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente, Porto Alegre, ed. Bookman, 2006.
ATKINS, Peter. **Físico-Química** – Vol. I, 7ª ed. Rio de Janeiro, ed. LTC, 2004.
ARAÚJO, Giovanni Moraes de. **Segurança na Armazenagem, Manuseio e Transporte de Produtos Perigosos**. 2ª ed. Rio de Janeiro, ed. Gerenciamento Verde, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS. **Manual para atendimento a emergências com produtos perigosos**. 7. ed. São Paulo, 2015. 344 p.
BRASIL. **Resolução ANTT nº 5.848/19 Atualiza o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, revogando, a partir de 23 de dezembro de 2019, a Resolução ANTT nº 3.665/11.**
KOTZ, C. J., TREICHEL, P. M.; WEAVER, G. **Química & Reações Químicas**. 6 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. v. 1 e 2.
MAHAN, B.H. **Química: um curso universitário**. 4ª ed. São Paulo, ed. Edgard Blucher LTDA, 1996.

DISCIPLINA: MECÂNICA

CARGA HORÁRIA TOTAL 37h30min

C/H TEÓRICA 37h30min

C/H PRÁTICA



EMENTA:

Estática do Ponto e do Corpo Rígido

Equilíbrio do ponto material; Diagrama de corpo livre; Sistemas de forças coplanares e tridimensionais. Momento de uma força (escalar e vetorial); Produto vetorial; Princípio dos momentos; Momento em relação a um eixo específico; Momento de um binário.

Sistemas Equivalentes e Cargas

Sistemas de forças equivalentes; Redução de sistemas de cargas distribuídas. Condições de equilíbrio para corpos rígidos em duas e três dimensões; Restrições e apoios; Elementos de duas e três forças.

Análise Estrutural e Mecanismos

Treliças simples e espaciais; Método dos nós e método das seções; Elementos de força nula. Análise de estruturas (pórticos) e máquinas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BEER, Ferdinand P.; JOHNSTON JR., E. Russell. **Mecânica vetorial para engenheiros: estática**. [S.l.]: McGraw-Hill do Brasil, [s.d.].

HIBBELER, R. C. **Estática: mecânica para engenharia**. [S.l.]: Pearson, [s.d.].

KRAIGE, L. G.; MERIAM, J. L. **Mecânica para engenharia: estática**. v. 1. [S.l.]: LTC, [s.d.].

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BEER, Ferdinand P.; JOHNSTON JR., E. Russell. **Estática e mecânica dos materiais**. [S.l.]: McGraw-Hill do Brasil, [s.d.].

PLESHA, Michael E. **Mecânica para engenharia: estática**. [S.l.]: McGraw-Hill do Brasil, [s.d.].

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL e DIREITOS HUMANOS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h

C/H TEÓRICA: 25h

C/H PRÁTICA:

EMENTA:

1. Teoria Geral da Constituição e do Poder Constituinte

1.1. Objetivos da disciplina, método e bibliografia. 1.2. Conceito, características e fontes do Direito Constitucional. 1.3. Classificação das Constituições. 1.4. Direito constitucional em sentido formal e material. 1.5. O problema da supremacia da Constituição e da hierarquia das fontes. 1.6. Origens e desenvolvimento histórico das Constituições, com ênfase na formação constitucional brasileira. 1.7. Modelos constitucionais e perspectivas. 1.8. Conceito, estrutura, funções e classificação das Constituições. 1.9. O problema da força normativa da Constituição. 1.10. Mudança constitucional: generalidades. 1.11. O Poder Constituinte. 1.12 O Poder de Reforma da Constituição. 2.13. Significado e alcance das "cláusulas pétreas". 2.14. O Poder Constituinte Decorrente (O Poder Constituinte dos Estados na Federação: uma introdução).

2. Direitos e garantias fundamentais

2.1. Direitos Fundamentais: origens, evolução e a problemática das gerações (dimensões). 2.2. A dupla fundamentalidade formal e material dos direitos fundamentais na ordem constitucional. 2.3. O conceito materialmente aberto de Direitos Fundamentais: conteúdo e significado do artigo 5º, parágrafo 2º, da Constituição Federal. 2.4. Multifuncionalidade e classificação dos direitos fundamentais. 2.5. Titularidade dos



direitos e garantias fundamentais. 2.6. Eficácia, aplicabilidade e interpretação dos princípios e direitos fundamentais como problema específico: análise do alcance e significado do artigo 5º, parágrafo 1º, da Constituição Federal. 2.7. Limites e restrições dos direitos fundamentais. 2.8. Alguns princípios e direitos em espécie: dignidade da pessoa humana, direito à vida, direito geral de liberdade, igualdade, segurança.

3. Perspectiva histórica do Direito Constitucional e dos Direitos Humanos

3.1. Delimitação conceitual e retrospectiva histórica. 3.2. Direitos humanos fundamentais. Finalidades e perspectiva constitucional. 3.3. A institucionalização dos direitos humanos como direitos fundamentais no plano constitucional. 3.4. Significado e amplitude do princípio da dignidade humana e dos subprincípios dele decorrentes.

4. Organização do Estado Brasileiro

4.1 Mecanismos de freios e contrapesos. Funções legislativa, executiva e jurisdicional. 4.2 Poder Legislativo: Organização e atribuições do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados do Senado Federal. Comissões parlamentares. Prerrogativas e deveres (imunidades e incompatibilidades parlamentares). Processo Legislativo. 4.3 Fiscalização contábil, orçamentária e financeira. Tribunal de Contas. 4.4 Poder Executivo: Organização e atribuições: Presidente, Vice-Presidente e Ministros do Estado. Poder Regulamentar. Crimes de responsabilidade. Medidas provisórias. 4.5 Poder Judiciário: Organização e competências. Supremo Tribunal Federal. Jurisdição constitucional. Controle de constitucionalidade - modalidades e instrumentos. Conselho Nacional de Justiça. 4.6 Funções essenciais à Justiça. Ministério Público; Conselho Nacional do Ministério Público; Advocacia; Defensoria Pública; Advocacia Geral da União; Procuradoria Geral do Estado: atribuições. Administração Pública.

5. Defesa do Estado

5.1 Estado de Defesa – pressupostos. 5.2 Estado de Sítio – pressupostos. 5.3 Forças Armadas; Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militar – organização e atribuições. 5.4 Segurança Pública - organização e atribuições.

6. Os militares estaduais na Constituição

6.1 Os militares estaduais e a Segurança Pública na Constituição Federal. 6.2 Os militares estaduais e a Segurança Pública na Constituição do Paraná de 1989.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado. 1988.
BOBBIO. Norberto. A Era dos Direitos. Editora Campus. 2004.
BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 16. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2005.
CANOTILHO. Jose Joaquim Gomes. Direito Constitucional e teoria da constituição. Coimbra: Almedina, 2007.
MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.
PARANÁ. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Paraná**. Curitiba, PR: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional Descomplicado**. São Paulo, ed. Método Grupo Gen, 2015.
GUERRA, Sidney. Direitos Humanos: Curso Elementar. 2 ed. São Paulo, Saraiva: 2014.
LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR MILITAR

CARGA HORÁRIA TOTAL: 37h30min



C/H TEÓRICA 37h30min	C/H PRÁTICA
<p>EMENTA:</p> <p>Compreender o Direito Administrativo - conceito, fontes, codificação, interpretação e sistemas administrativos; Conhecer a estrutura e a organização da administração pública brasileira e paranaense, sob a ótica do direito administrativo; Identificar a influência do direito administrativo, na administração pública em geral e na administração castrense em particular; Interpretar os princípios doutrinários do direito administrativo, relacionando-os com a necessidade de sua permanente aplicação na atividade bombeiro-militar; Conhecer dos poderes e deveres do administrador público relacionando-os com as atividades bombeiro-militar;</p> <p>Analisar os Poderes Administrativos dando ênfase no Poder de Polícia Administrativa sob a ótica da Lei 19.449 de 05 abril 2018. Noções dos atos administrativos (requisitos, atributos, classificação, espécies, motivação e invalidação). Noções de Contratos Administrativos e Licitações (análise jurídico-geral, conceitos e peculiaridades). Compreender as possibilidades de convênios (características, organização e execução); Compreender o regime jurídico dos servidores militares do estado do Paraná (direitos, responsabilidades); Noções de controle da administração (conceito e caracterização dos controles externos).</p> <p>Evolução histórica e doutrinária do direito disciplinar; Aplicabilidade do direito disciplinar nas forças militares contemporâneas; Compreensão da Relação jurídico-processual-disciplinar; Regime disciplinar e responsabilidades no âmbito da administração PM/BM; Fundamentação teórica das Transgressões disciplinares e recompensas; Recursos disciplinares.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ASSIS, Jorge Cesar de. <i>Curso de direito disciplinar militar: da simples transgressão ao processo administrativo</i>. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2012.</p> <p>BASTOS, Celso Ribeiro. <i>Curso de direito administrativo</i>. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>BRASIL. Constituição (1988). <i>Constituição da República Federativa do Brasil</i>. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.</p> <p>BRASIL. Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército. Brasília, DF, 2002.</p> <p>BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Brasília, DF, 1980.</p> <p>MANOEL, Élio de Oliveira; ARDUIN, Edwayne A. Areano. <i>Direito disciplinar militar: teoria, prática e doutrina</i>. 1. ed. Curitiba: Comunicare, 2004.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ABREU, Jorge Luiz Nogueira de. <i>Direito administrativo militar</i>. São Paulo: Método, 2010.</p> <p>BRASIL. Constituição (1988). <i>Constituição da República Federativa do Brasil</i>. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.</p> <p>BRASIL. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. Código Penal Militar. Brasília, DF, 1969.</p> <p>BRASIL. Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969. Código de Processo Penal Militar. Brasília, DF, 1969.</p> <p>BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Brasília, DF, 1980.</p> <p>BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União. Brasília, DF, 1990.</p> <p>DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2019.</p> <p>GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. Curitiba: Revista dos Tribunais, 2014.</p> <p>LAZZARINI, Álvaro; TÁCITO, Caio et al. Direito administrativo da ordem pública. São Paulo: Forense, 1987.</p>	



MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2019.

MUKAI, Toshio. **Concessões, permissões e privatizações de serviços públicos**. São Paulo: Saraiva, 2007.

MUKAI, Toshio. **Direito administrativo sistematizado**. São Paulo: Saraiva, 2008.

MUKAI, Toshio. **Licitações e contratos públicos**. São Paulo: Saraiva, 2005.

NEVES, Cícero Robson Coimbra; STREIFINGER, Marcello. **Manual de direito penal militar**. São Paulo: Saraiva, [s.d.].

PARANÁ. **Constituição (1989)**. *Constituição do Estado do Paraná*. Curitiba, PR, 1989.

PARANÁ. **Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954**. Código da Polícia Militar do Paraná. Curitiba, PR, 1954.

PARANÁ. **Lei nº 16.544, de 14 de julho de 2010**. Dispõe sobre o processo disciplinar no âmbito da Polícia Militar do Paraná. Curitiba, PR, 2010.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. **Princípios constitucionais dos servidores públicos**. São Paulo: Saraiva, 1999

DISCIPLINA: PSICOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h

C/H TEÓRICA: 25h

C/H PRÁTICA:

EMENTA:

Aspectos históricos da psicologia. Aspectos fundamentais da psicologia das emergências e desastres. O Bombeiro Militar em situações de emergência e desastres. Estresse e a atividade de Segurança Pública. Equilíbrio emocional e autoconhecimento. Resiliência. Transtornos psicológicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ATKINSON, R. L. **Introdução à Psicologia de Hilgard**. 13 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BOCK, Ana Mercês; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ref. e amp. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 368 p.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 2007. 145 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GOLEMAN, Daniel, Phd. **Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. 57. ed., rev. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995. 370 p

MINICUCCI, Agostinho. **Relações humanas: psicologia das relações interpessoais**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2015. 240 p.

RIPLEY, Amanda; LONDRES, Helena, Trad. **Impensável: como e por que as pessoas sobrevivem a desastres**. São Paulo: Globo, 2008. 351 p.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. APA. **Dicionário de Psicologia da APA**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM V**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BOWLBY, J. **Perda: tristeza e depressão**. Vol 3 da trilogia. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 536p.

BRUCK, Ney Roberto Váttimo. (2007). **A psicologia das emergências: um estudo sobre angústia pública e o dramático cotidiano do trauma**. Tese de Doutorado, Faculdade de Psicologia, PUCRS, Porto Alegre. Acesso em 28 nov, 2019, em http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=726



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **II Seminário Nacional de Psicologia em Emergências e Desastres – Textos Base**. 1ª Edição. Brasília-DF. 2011, 67p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota técnica sobre a atuação da psicologia na gestão integral de riscos e desastres, relacionadas com a política de proteção e defesa civil**. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-T%C3%A9cnica-Psicologia-Gestao-de-Riscos-Versa-o-para-pdf-13-12.pdf>>. Acesso em 05 fev 2020.

COTIAN, M.S; VILETE, L.; FIGUEIRA, I. **Revisão sistemática dos aspectos psicossociais, neurobiológicos, preditores e promotores de resiliência em militares**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v63n1/047-2085-jbpsiq-63-1-0072.pdf>>. Acesso em 05 fev. 2020.

FILHO, Olavo Sant'Anna; LOPES, Daniela da Cunha (Orgs). **O psicólogo na redução dos riscos de desastres**. São Paulo: Hegrefe, 2017.

FRANCO, M. H. P.(Org). **A intervenção psicológica em emergências: fundamentos para a prática**. São Paulo: Summus Editorial, 2015.

FRANCO, M. H. P. Crises e desastres: a resposta psicológica diante do luto. **O mundo da saúde**. São Paulo – 2012, 36 (1): 54-58. Disponível em: <http://bvsm.saude.gov.br/bvs/artigos/mundo_saude/crises_desastres_resposta_psicologica_luto.pdf>. Acesso em 05 fev. 2020.

FRANÇA, A. C. L., RODRIGUES, A. L. **Stresse e Trabalho: uma abordagem psicossomática**. 2ed. São Paulo: Atlas. 1999, 154p.

GANZERT, L. C & CORREA, M. R. **O processo de elaboração do luto diante da morte de pessoas significativas**. Disponível em: <<http://artigos.psicologado.com/atuacao/tanatologia/o-processo-de-elaboracao-do-luto-diante-da-morte-de-pessoas-significativas>>. Acesso em 05 fev. 2020.

SAÚDE, Organização Pan-Americana. Ministério da Saúde. **Desastres Naturais e Saúde no Brasil**. Brasília, DF: OPAS, Ministério da Saúde, 2014. 56 p. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/images/stories/GCC/desastresesaudebrasil_2edicao.pdf>. Acesso em 05 fev. 2020.

TOASSI, Andresa Jaqueline. **Heróis de Fumaça: um estudo sobre os sentidos do trabalho para profissionais bombeiros**. Florianópolis, 2009. 175 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

DISCIPLINA: INSTRUÇÃO MILITAR II

CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h

C/H TEÓRICA:

C/H PRÁTICA: 25h

EMENTA:

Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial das Forças Armadas: Composição da Guarda-Bandeira (porta-bandeira, escoltas, comandante).

Guarda Bandeira: Definições. Finalidade. Constituição. Generalidades. Armamento. Uniforme. Ordem Unida com peculiaridades da ESBM. Incorporação e Desincorporação.

Guarda de Honra: Definições. Finalidade. Constituição. Generalidades. Armamento. Uniforme.

Honras Fúnebres: Definições. Finalidade. Generalidades. Casos de Exclusão. Guarda Fúnebre. Câmara Ardente.

Ordem Unida e Chefia. Métodos e Processos de Instrução de Ordem Unida. Execução por Tempos. Comando



por Gestos. Funções do Instrutor: Generalidades. Planejamento e Preparação. Orientação, Controle e Avaliação. Comunicação no Processo de Ensino-Aprendizagem. Técnicas de Instrução. Técnicas de Trabalho em Grupo.

Instrução individual e coletiva com o Mosquetão 7,62mm M 968: Generalidades. Posições. Cobrir e Perfilar. Deslocamentos e Voltas. “Movimento ESBM”.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Defesa. Secretaria-Geral. Comissão de Cerimonial Militar. **Vade Mecum de Cerimonial Militar do Exército: Honras Fúnebres (VM 09)**. Brasília: Secretaria Geral do Exército, 2002. 19p.

BRASIL. Lei Federal nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 – Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais e dá outras providências - Brasil;

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. **Manual de Campanha EB70-MC-10.308: Ordem Unida**. 4. ed. Brasília: EGGCF, 2019. 267p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. **Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas: R-2**. Brasília: EGGCF, 1997. 73p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior. Manual de toques do Exército (C 20-5)**. 1. ed. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. **Exército Brasileiro. Manual de campanha C 22-6: inspeções, revistas e desfiles**. 3. ed. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. **Exército Brasileiro. Vade-mécum de cerimonial militar nº 01: guarda de honra**. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. **Exército Brasileiro. Vade-mécum de cerimonial militar nº 04: guarda-bandeira**. Brasília, DF, 2000.

PARANÁ. **Polícia Militar do Paraná. Vade-mécum de comunicação social e cerimonial da Polícia Militar do Paraná**. Curitiba: PMPR, 2011. 127 p. (Portaria do Comando-Geral nº 447).

DISCIPLINA: Educação Física Militar II	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 50h	
C/H TEÓRICA: 0 H/A	C/H PRÁTICA: 50h
EMENTA: Consolidação da resistência aeróbica contínua; aprimoramento do controle de ritmo e da economia de movimento; desenvolvimento da coordenação motora e da agilidade; fortalecimento progressivo da força funcional de membros superiores e do CORE, por meio do exercício físico planejado, preparando o aluno para esforços contínuos de média duração. Preparação para a corrida de 2400 metros, flexão na barra, flexão de braço no solo, teste T e abdominal remador.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: EXÉRCITO BRASILEIRO. Manual de Campanha C 20-20 - Treinamento Físico Militar. 3. ed. Brasília, 2002. GAYTON, Arthur C. Fisiologia Humana. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. McARDLE, W.D. et al. Fisiologia do exercício - Energia, Nutrição e Desempenho humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	



COOPER, Kenneth H., **Capacidade Aeróbica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fórum, 1972.
FLECK, Steven J.; KRAEMER, William J. Tradutor RIBEIRO, Jerri Luiz. **Fundamentos do Treinamento de Força Muscular**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
GAYA, Adroaldo C. A.; et. al. **Bases e Métodos do Treinamento Físico-Desportivo**. Porto Alegre: Sulina, 1979.

DISCIPLINA: NATAÇÃO II

CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h

C/H TEÓRICA:

C/H PRÁTICA: 25h

EMENTA:

Aplicação prática das técnicas de natação a partir dos fundamentos e regras dos estilos crawl e peito, buscando dar continuidade aos ensinamentos repassados durante o 1º ano do curso, aprimorando o nado para que tenham condições de iniciar as disciplinas profissionalizantes de busca aquática e salvamento aquático, as quais exigem que o aluno possua bom deslocamento no meio líquido, para o emprego das técnicas e uso dos equipamentos. A disciplina de natação também tem como objetivo promover a capacidade física, essencial para a qualidade de vida e saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FOX, Edward. **Bases Fisiológicas da Educação Física e dos Desportos**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.
MACHADO, David Camargo. **Metodologia da Natação**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1978.
MAGLISCHO, Ernest W. **Nadando ainda mais rápido**. São Paulo : Manole. 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINS, Flávio Eurico Silveira. **Ensino da Natação para principiantes**. São Paulo: MEC, 1979.

DISCIPLINA: ELETRICIDADE E SISTEMAS ELÉTRICOS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h

C/H TEÓRICA: 15h

C/H PRÁTICA: 10h

EMENTA:

Estudo dos fundamentos da eletricidade aplicados à segurança contra incêndios e à atuação do Corpo de Bombeiros Militar.

Análise das grandezas elétricas, eletrostática, leis de Ohm e de Kirchhoff, instrumentos de medição (tensão, corrente, resistência e potência), princípios da corrente alternada.

Compreensão dos circuitos elétricos, do eletromagnetismo, do campo magnético e do efeito térmico da corrente elétrica (Lei de Joule).

Avaliação dos sistemas elétricos em consumidores residenciais, incluindo circuitos, condutores, conexões e elementos de proteção (disjuntores, fusíveis, dispositivos diferenciais).

Identificação e análise de falhas em instalações elétricas, como sobrecarga, sobrecorrente, curto-circuito, sobretensão, subtensão e mau contato, correlacionando-as com causas de incêndios.



Estudo dos sistemas elétricos associados a veículos elétricos e híbridos, infraestruturas de recarga (carregadores residenciais, comerciais e eletropostos), sistemas fotovoltaicos conectados à rede e isolados, sistemas de armazenamento de energia (baterias) e outros dispositivos elétricos e eletrônicos de uso corrente.

Noções de manutenção de instalações elétricas e de instalações prediais, com foco na prevenção de sinistros, na segurança das guarnições e na tomada de decisão técnica em vistorias, perícias e atendimentos operacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão.** Rio de Janeiro: ABNT.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14039 – Instalações elétricas de média tensão.** Rio de Janeiro: ABNT.

BRASIL. **NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.** Ministério do Trabalho.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOYLESTAD, Robert L. **Introdução à Análise de Circuitos.** São Paulo: Pearson.

COTRIM, Ademaro A. M. B. **Instalações Elétricas.** São Paulo: Pearson.

MAMEDE FILHO, João. **Instalações Elétricas Industriais.** Rio de Janeiro: LTC.

NILSSON, James W.; RIEDEL, Susan A. **Circuitos Elétricos.** Porto Alegre: AMGH.

DISCIPLINA: SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO - PROTEÇÃO PASSIVA	
CARGA HORÁRIA TOTAL 25h	
C/H TEÓRICA 25h	C/H PRÁTICA
EMENTA: Medidas de proteção passivas aplicadas às edificações e seu desenvolvimento normativo ao longo da história. Estudo nas NPTs relativas a proteção passiva - Separação entre edificações (Isolamento de riscos); Resistência ao fogo dos elementos de construção; Compartimentação Horizontal e Compartimentação Vertical; Controle de materiais de acabamento e de revestimento e Saídas de Emergência. Breve noção do comportamento humano e gerenciamento de público (gestão de multidões) no estudo na norma de centros esportivos e de exibição.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 11711: portas e vedadores corta-fogo com núcleo. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 11742: porta corta-fogo para saída de emergência. São Paulo: ABNT, 2018. CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ. Código de segurança contra incêndio e pânico e normas de procedimento técnico do CB/PMPR. Curitiba, 2018.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: PARANÁ. Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Corpo de Bombeiros. Norma de procedimento técnico nº 07: separação entre edificações (isolamento de riscos). Curitiba, 2018.	



PARANÁ. **Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Corpo de Bombeiros.** *Norma de procedimento técnico nº 08: resistência ao fogo dos elementos de construção.* Curitiba, 2018.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Corpo de Bombeiros.** *Norma de procedimento técnico nº 09: compartimentação horizontal e compartimentação vertical.* Curitiba, 2018.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Corpo de Bombeiros.** *Norma de procedimento técnico nº 10: controle de materiais de acabamento e de revestimento.* Curitiba, 2018.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Corpo de Bombeiros.** *Norma de procedimento técnico nº 11: saídas de emergência.* Curitiba, 2018.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Corpo de Bombeiros.** *Norma de procedimento técnico nº 12: centros esportivos e de exibição.* Curitiba, 2018.

REVISTA EMERGÊNCIA. *Buscando uma saída.* Novo Hamburgo, p. 20–29, mar. 2007.

REVISTA EMERGÊNCIA. *Mais eficiência.* Novo Hamburgo, p. 20–29, ago. 2009.

REVISTA EMERGÊNCIA. *Perigo dos shafts.* Novo Hamburgo, p. 56, dez. 2010/jan. 2011.

SEITO, Alexandre Itiu et al. *A segurança contra incêndio no Brasil.* São Paulo: Projeto Editora, 2008.

DISCIPLINA: CLIMATOLOGIA E METEOROLOGIA	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 12h30min	
C/H TEÓRICA: 12h30min	C/H PRÁTICA
EMENTA:	
<p>Climatologia e Meteorologia: histórico, conceitos e métodos. Redes meteorológicas. Formação, estrutura e composição da atmosfera. Elementos e fatores do clima. Circulação e dinâmica atmosférica: Massas de ar, frentes e zonas de convergência. Classificações climáticas. Escalas espaço-temporais do clima. Áreas de atuação da climatologia: clima urbano, agroclimatologia. Variabilidade e mudança climática. Teoria e análise rítmica. Estudos de campo.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
<p>MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I.M. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo, Oficina de textos, 2007.</p> <p>NERY, J. T. e GARFAN, A. C. Glossário de Termos Técnicos em Meteorologia e Climatologia. São Paulo: Paco Editorial, 2017.</p> <p>STEINKE, E. T. Climatologia Fácil. Editora Oficina de Textos, São Paulo – SP, 2012.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
<p>CAVALCANTI, I.F.A.; FERREIRA, N.J.; DIAS, M.A.S.; SILVA, M.G.A.J. Tempo e clima no Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.</p> <p>MENDONÇA, F. (Org.). Os climas do Sul – Em tempos de mudanças climáticas globais. São Paulo: Paco Editorial, 2014.</p> <p>MONTEIRO, C. A. F. De tempos e ritmos: entre o cronológico e o meteorológico para a compreensão geográfica dos climas. Geografia. Rio Claro, v. 26, n. 3, 2001.</p> <p>MONTEIRO, C.A.F. e MENDONÇA, F. Clima urbano. São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>PBMC. Base científica das mudanças climáticas. Contribuição do GT 1 do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas ao Primeiro Relatório da Avaliação Nacional sobre Mudanças Climáticas [Ambrizzi, T; Araujo, M.(eds.)]. COPPE. UFRJ, Brasil. http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/</p>	



SUGUIO, K. Mudanças Ambientais da Terra . São Paulo: Instituto Geológico, 2008.
VAREJÃO-SILVA, M.A. Meteorologia e climatologia . Vs. 2. Recife, 2006.

DISCIPLINA: GESTÃO DE PESSOAS	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h	
C/H TEÓRICA 25h	C/H PRÁTICA
EMENTA:	
<p>GESTÃO DE PESSOAS: Administração de Recursos Humanos, Evolução Histórica da Administração de Recursos Humanos, Administração Científica, Escola das Relações Humanas, Relações Industriais, Administração de RH, Conceito de Gestão de Pessoas, Objetivos da ARH, Processos da Gestão de Pessoas, Políticas de Recursos Humanos, Processos básicos da Gestão de Pessoas, Estrutura do Órgão da Gestão de Pessoas, ARH como Responsabilidade de Linha e Função de Staff, Especialidades da área de ARH, As Responsabilidades de ARH, Liderança, Grupo, Equipe, Habilidades, Comportamentos, Características, Estilo, Foco, Motivação e Fatores Motivacionais, Relações Interpessoais.</p> <p>Efetivo, Quadros de Organização e Distribuição do Efetivo, Classificação, Recrutamento e Seleção, Treinamento de Oficiais e Praças, Direitos e Deveres, Problemas recorrentes na Esfera da Administração de RH, Administração de Civis.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
<p>BANOV, Márcia Regina, Comportamento Organizacional - Melhorando o Desempenho e o Comprometimento no Trabalho, Edição: 1, 2019, Ed. Atlas.</p> <p>BERGANINI, Cecília W, Motivação nas Organizações, Ed. Atlas.</p> <p>CHIAVENATTO, Idalberto, Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações, Ed. Atlas.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
<p>BARBIERI, Ugo Franco. <i>Gestão de pessoas nas organizações: conceitos básicos e aplicações</i>. São Paulo: Atlas, [s.d.].</p> <p>CHIAVENATTO, Idalberto. <i>Administração de recursos humanos</i>. São Paulo: Atlas, [s.d.].</p> <p>DUTRA, Joel Souza. <i>Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas</i>. São Paulo: Atlas, [s.d.].</p> <p>FLIPPO, Edwin B. <i>Princípios de administração de pessoal</i>. São Paulo: Atlas, [s.d.].</p> <p>PARANÁ. Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954. Código da Polícia Militar do Paraná. Curitiba, PR, 1954.</p> <p>PARANÁ. Lei nº 5.940, de 1969. Dispõe sobre a Lei de Promoções de Oficiais (LPO). Curitiba, PR, 1969.</p> <p>PARANÁ. Lei nº 16.575, de 2010. Dispõe sobre a Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná (LOB). Curitiba, PR, 2010.</p> <p>PARANÁ. Lei nº 19.583, de 2018. Dispõe sobre a Lei de Promoções de Praças (LPP). Curitiba, PR, 2018.</p> <p>STRESS POLICIAL. <i>Revista Policial da APMG</i>. Paraná, PR, [s.d.].</p>	

DISCIPLINA: CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 12h30min	
C/H TEÓRICA 12h30min	C/H PRÁTICA



EMENTA:

Fundamentos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Princípios e normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBC TSP). Estrutura conceitual da contabilidade pública. Regimes contábeis no setor público: enfoque orçamentário, patrimonial e de custos. Sistema de informações contábeis governamentais. Plano de contas aplicado ao setor público (PCASP).

Registro dos atos e fatos administrativos. Variações patrimoniais quantitativas e qualitativas. Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público: balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial, demonstração das variações patrimoniais e notas explicativas.

Noções de contabilidade de custos no setor público. Análise básica das demonstrações contábeis como instrumento de apoio à gestão e à tomada de decisão no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. **Secretaria do Tesouro Nacional**. *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP*. Última edição. Brasília: STN.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). *Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP*. Brasília: CFC.

GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. 18. ed. São Paulo: Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 10. ed. São Paulo: Atlas.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. **Lei de Responsabilidade Fiscal**.

CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. **Contabilidade Governamental**. 4. ed. São Paulo: Atlas.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 15. ed. São Paulo: Atlas.

DISCIPLINA: PROCESSOS DE COMPRAS PÚBLICAS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 12h30min

C/H TEÓRICA 12h30min

C/H PRÁTICA

EMENTA:

Administração logística aplicada ao setor público. Planejamento das contratações públicas no âmbito do CBMPR. Governança, planejamento anual de contratações e gestão de riscos. Processo de aquisição de bens e contratação de serviços no Corpo de Bombeiros Militar do Paraná. Estudo da fase preparatória das contratações: estudos técnicos preliminares, elaboração do termo de referência e do projeto básico. Estimativa de preços e pesquisa de mercado. Modalidades e critérios de julgamento das licitações conforme a Lei nº 14.133/2021. Fase externa da licitação: edital, publicidade, julgamento, adjudicação e homologação. Noções sobre contratação direta (dispensa e inexigibilidade). Responsabilidades do agente público nas contratações e controle interno e externo das compras públicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. *Lei de Licitações e Contratos Administrativos*.

BRASIL. **Secretaria de Gestão e Inovação**. *Guia Nacional de Contratações Públicas*. Brasília: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.



NIEBUHR, Joel de Menezes. **Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133/2021**. Belo Horizonte: Fórum.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas Licitações e Contratos Administrativos**. Belo Horizonte: Del Rey.

FURTADO, Lucas Rocha. **Curso de Licitações e Contratos Administrativos**. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU**. Brasília: TCU.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Riscos e Controles nas Contratações Públicas**. Brasília: TCU.

DISCIPLINA: Atendimento Pré-hospitalar II

CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h

C/H TEÓRICA: 10h

C/H PRÁTICA: 15h

EMENTA:

Revisar e consolidar os fundamentos do atendimento inicial à vítima.

Analisar a cinemática do trauma e os mecanismos de lesão.

Reconhecer os diferentes tipos de hemorragia e choque.

Identificar sinais e sintomas de choque.

Aplicar técnicas de controle de hemorragias.

Executar o tratamento inicial dos estados de choque.

Atender vítimas com ferimentos e queimaduras.

Reconhecer fraturas, luxações e entorses.

Aplicar técnicas de imobilização e estabilização.

Executar manobras de mobilização e manipulação de vítimas.

Realizar rolamentos, colocação em prancha e retirada de capacete em motociclistas.

Aplicar técnicas básicas de extricação e transporte de vítimas.

Reconhecer e atender emergências clínicas prevalentes, incluindo infarto agudo do miocárdio, acidente vascular encefálico, hipoglicemia, síncope e convulsões.

Reconhecer situações de intoxicação exógena e aplicar a conduta inicial.

Reconhecer acidentes com animais peçonhentos e executar os procedimentos iniciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

OLIVEIRA, Beatriz Ferreira Monteiro; PAROLIN, Mônica Koncke Fiúza; TEIXEIRA JR., Edison do Vale. **Trauma: atendimento pré-hospitalar**. Curitiba, ed. Atheneu, 2002.

PARANA, Corpo de Bombeiros. **Manual de Atendimento Pré-hospitalar**. Curitiba, 2006.

SÃO PAULO. GRAU (Grupo de Resgate e Atenção às Urgências e Emergências). **Livro Pré Hospitalar**. São Paulo. Ed. Manole, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:



ALFARO, D. ; MATTOS, H. Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado PHTLS. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
AMERICAN HEART ASSOCIATION. **Destaques das atualizações direcionadas nas Diretrizes de 2019 da American Heart Association para Ressuscitação Cardiopulmonar e Atendimento Cardiovascular de Emergência.** Disponível em: https://eccguidelines.heart.org/wp-content/uploads/2019/11/2019-Focused-Updates_Highlights_PTBR.pdf. Acesso em 8 mar. 20.
CANETTI, Marcelo D.; ALVAREZ, Fernando S. Et al. **Manual básico de socorro de emergência.** São Paulo: Atheneu, 2007.

DISCIPLINA: TEORIA E DINÂMICA DE EXPLOSÕES

CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h

C/H TEÓRICA: 25h

C/H PRÁTICA:

EMENTA:

Conceito de explosões. Tipos de explosões. Classificação das explosões e seus efeitos. Fatores que interferem na FOPE. Epicentro das explosões. Interpretação dos danos das explosões. Explosão envolvendo gases. Explosão de poeiras. Caracterização de poeira combustível e explanação sobre as causas e condições de explosão envolvendo poeira combustível. Caracterizar explosão primária e explosão secundária, deflagração e detonação, concentração mínima de explosividade, índice de deflagração (Kst), pressão máxima. Explanar sobre os métodos de proteção contra explosão, sendo, alívio de explosão (Pmax, Pes, Pred, Pstat), isolamento de explosão e supressão de explosão. Classificação de áreas. Dust Hazard Analysis. Explosivos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CONNER, J. T. **Fundamentals of explosions.** Hoboken: Wiley-Blackwell, 2011.
ECKHOFF, Rolf. **Dust explosions in the process industries.** Houston: Gulf Professional Publishing, 2003.
GARRICK, L. A. **Gas explosions: theories and prevention.** Hoboken: Wiley, 2003.
KING, L.; MCKINNON, R. D. **Explosions: types and effects.** [S.l.]: Industrial Safety Press, 2003.
SILVA, Wilson Carlos Lopes. **Blast: efeitos da onda de choque no ser humano e nas estruturas.** 2007. 107 f. Trabalho acadêmico (Monografia/Trabalho de Conclusão de Curso) – São José dos Campos, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16385: sistemas de prevenção e de proteção contra explosão – fabricação, processamento e manuseio de partículas sólidas combustíveis – requisitos.** Rio de Janeiro: ABNT, [s.d.].
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16978-1: sistemas de prevenção de deflagração – parte 1: requisitos gerais.** Rio de Janeiro: ABNT, [s.d.].
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 60079-10-1: atmosferas explosivas – parte 10-1: classificação de áreas – atmosferas explosivas de gás.** Rio de Janeiro: ABNT, [s.d.].
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 60079-10-2: atmosferas explosivas – parte 10-2: classificação de áreas – atmosferas de poeiras explosivas.** Rio de Janeiro: ABNT, [s.d.].
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 60079-14: atmosferas explosivas – parte 14: projeto, seleção e montagem de instalações elétricas.** Rio de Janeiro: ABNT, [s.d.].
NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION. **NFPA 61: standard for the prevention of fires and dust explosions in agricultural and food products facilities.** Quincy, MA: NFPA, [s.d.].



NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION. **NFPA 68: standard on explosion protection by deflagration venting.** Quincy, MA: NFPA, [s.d.].
 NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION. **NFPA 69: standard on explosion prevention systems.** Quincy, MA: NFPA, [s.d.].
 NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION. **NFPA 652: standard on the fundamentals of combustible dust.** Quincy, MA: NFPA, [s.d.].
 NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION. **NFPA 654: standard for the prevention of fire and dust explosions from the manufacturing, processing, and handling of combustible particulate solids.** Quincy, MA: NFPA, [s.d.].

DISCIPLINA: COMBATE A INCÊNDIOS II – TÉCNICAS	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 37h30min	
C/H TEÓRICA: 12h30min	C/H PRÁTICA: 25h
<p>EMENTA:</p> <p>Técnicas e materiais de arrombamento e entradas forçadas. Técnicas de busca e salvamento em incêndio. Materiais de abastecimento e emprego de técnicas para abastecimento de viaturas nas atividades de combate a incêndio. Técnicas e emprego de escadas. Técnicas de emprego dos materiais de estabelecimento no plano horizontal, rampante e vertical. Emprego de esguichos e tipos de jatos. Técnicas de proteção ao exposto de bens e patrimônio. Técnicas de combate a incêndio exterior e interior. Técnicas de ventilação de incêndio.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>PARANÁ. Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. Manual de Combate a Incêndios. Curitiba. 2008. _____. Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. Material interativo de combate a incêndio. Curitiba. 2017. IFSTA. Essentials of Fire Fighting. 4th edition. Fire Protection Publication. EUA, Ohio: 2007. AMORIM, Walter Vasconcelos, Manual Básico para Bombeiros.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>SECCO, Orlando, Manual de Prevenção e Combate a Incêndio, Vol., I e II.</p>	

DISCIPLINA: COMBATE A INCÊNDIO AMBIENTAL	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h	
C/H TEÓRICA: 10h	C/H PRÁTICA: 15h
<p>EMENTA:</p> <p>O histórico de combate a incêndios florestais no estado do Paraná. Conceitos de prevenção e combate a incêndios florestais: Teoria básica do fogo – florestal (classificação dos incêndios florestais, fatores de propagação, material operacional de combate e equipamentos de proteção individual a ser utilizado em ações de combate a incêndios florestais, composição das guarnições de combate a incêndios florestais, técnicas de combate, prevenção contra incêndios florestais; planejamento, comando, controle e produção de documentos em operações de prevenção e combate a incêndios florestais, e prática de combate a Incêndios florestais).</p>	



<p>Desenvolver de forma prática, por meio de simulados em cenários que contemplem as diversas modalidades de ocorrências desta natureza, operações completas de prevenção e combate a incêndios florestais, executando ações de planejamento, comando, controle e produção de documentos conforme doutrina do CBPMR.</p> <p>Maneabilidade e emprego de tropa, primeiros socorros voltados à prática de campo e noções de sobrevivência no campo.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ. Manual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais. Curitiba, 2010. SOARES, R. V. Incêndios Florestais: controle, efeitos e uso do fogo. 2 ed. revisada. Curitiba, 2017. VÉLEZ, R.. La Defensa contra incendios forestales. Fundamentos y experiencias. 2 edición. España, 2009.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>NUNES, J. L. A. 1963: O Paraná em chamas. Ed. do autor, 2013. Londrina, 2013. TEIE, W. C. Firefighter's handbook on wildland firefighting. Strategy, Tactics and Safety. 3rd Edition. USA, 2005. Wildland Fire Fighting for Structural Firefigthers. 4rd Edition. USA EAD 2019 CICLO III – Prevenção e Combate a Incêndios Florestais. Módulos 1; 2; 3; 4; 4 - Complementar e 5.</p>

DISCIPLINA : SALVAMENTO AQUÁTICO	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 37h30min	
C/H TEÓRICA: 12h30min	C/H PRÁTICA: 25h
<p>EMENTA:</p> <p>Compreender o ambiente aquático e seus fenômenos. Estabelecer relação entre fenômenos aquáticos e suas consequências ao banho de mar. Conhecer os equipamentos destinados ao salvamento aquático e sua aplicabilidade. Citar e exemplificar os componentes do salvamento aquático antes, durante e após resgate. Classificar vítimas de afogamento nos respectivos graus. Identificar vítimas suspeitas de TRM e TCE em meio líquido. Conhecer os procedimentos a serem tomados em caso de incidentes com animais marinhos. Praticar as modalidades de salvamento aquático com e sem equipamentos, em dupla e simples, vítimas conscientes e inconscientes.</p> <p>Compreender todo quadro organizacional e a dinâmica de trabalho da operação verão. Conhecer as Notas de Instrução, Portarias, formulários, relatórios e demais documentos reguladores da operação verão. Executar exercícios de planejamento logístico, recursos humanos e financeiro voltados à operação verão. Epidemiologia do afogamento no Paraná. Avaliação e percepção de risco de afogamento. Resgate com embarcações. Prevenção dos incidentes em meio líquido. Realizar travessias aquáticas comuns aos cursos de formação do CBMPR.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>OLIVEIRA, Beatriz Ferreira Monteiro. <i>Trauma: atendimento pré-hospitalar</i>. 2. ed. Curitiba: Ateneu, 2004. PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Corpo de Bombeiros. Portaria nº 001, de 8 de janeiro de 2015. Estabelece critérios aplicáveis em todo o Estado do Paraná para a sinalização por bandeiras das praias do litoral e dos balneários de água doce. Boletim Geral do CCB nº 007, de 13 jan. 2015. SCAVONE, Renata. <i>Atendimento pré-hospitalar ao traumatismo: PHTLS/NAEMT</i>. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier,</p>	



2012.

SOUZA, Paulo H. (org.). *Manual técnico de salvamento aquático do CB/PMMPR*. 1. ed. Curitiba: AVM, 2014.

SOUZA, Paulo Henrique. *Coleta, registro e análise de informações para definição das características do incidente em meio líquido nas praias oceânicas dos municípios paranaenses de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba*. 2010. 127 f. Trabalho de especialização (Especialização em Estratégias de Segurança Pública) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, Geraldo Luiz de. *Navegar é fácil*. 10. ed. Rio de Janeiro: Celta, 1999.

GARCÍA SANZ, Alberto; DÍEZ HERRERO, José Manuel. *Manual de rescate en el medio acuático*. [S.l.]: [s.n.], 2005.

PARANÁ. **Polícia Militar do Paraná. Corpo de Bombeiros. Nota de Instrução nº 007, de 27 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre procedimentos relativos ao serviço de Coordenador de Setor de Prevenção. Boletim Interno nº 238, de 28 dez. 2015.

PARANÁ. **Polícia Militar do Paraná. Corpo de Bombeiros. Nota de Instrução nº 009, de 22 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre procedimentos relativos à ativação de posto de Guarda-Vidas em condições de mau tempo. Boletim Interno nº 237, de 23 dez. 2015.

PORCIDES, Almir (org.). *Manual do atendimento pré-hospitalar do CB/PMMPR*. 1. ed. Curitiba: [s.n.], 2006.

DISCIPLINA BUSCA AQUÁTICA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 50h

C/H TEÓRICA: 15h

C/H PRÁTICA: 35h

EMENTA:

Conhecer as Generalidades da Busca Aquática e atividade de mergulho no CBPMMPR, modalidades de mergulho existentes, física e fisiologia do mergulho, acidentes de mergulho relacionados aos efeitos diretos e indiretos da pressão, equipamentos acessórios e instrumentos de mergulho, tabelas de mergulho, treinamentos de mergulho livre e autônomo em águas confinadas, abrigadas e abertas.

Generalidades de busca aquática: aspecto Legal, aspecto humano, objetos da busca, meio da busca, fases da busca, guarnição de busca aquática, produção de documentos, plano de emergência em operações de busca aquática; Técnicas de busca aquática (teoria e prática); mergulho em águas contaminadas (teoria e prática); resgate de mergulhador (teoria e prática); reflutuação de objetos (teoria e prática); Planejamento de operações de busca aquática envolvendo aspectos gerais, comando, controle e produção de documentos das operações de busca aquática no âmbito do estado do Paraná. Realização de exercícios simulados de operações de busca aquática conforme doutrina estabelecida pelo CBPMMPR (planejamento e execução).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ. *Boletins técnicos da BM/3 – CCB/PMMPR*. Curitiba, PR, [s.d.].

MARINHA DO BRASIL. *Manual de mergulho*. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, [s.d.].

PROFESSIONAL ASSOCIATION OF DIVING INSTRUCTORS (PADI). *Open water diver manual*. Rancho Santa Margarita, CA: PADI, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CBPDS-CMAS. *Manual de mergulho*. v. 1–2. [S.l.]: CMAS, 2004.



CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Manual técnico de bombeiro MTB 027*. São Paulo: CBPMESP, 2006.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ. *Prancheta de registro de busca aquática*. Curitiba, PR, 2009.

ESQUERDO et al. *Apostila de mergulho livre/autônomo*. [S.l.]: GIESP, 1997.

JORGE, Renato Rocha. *Manual de mergulho*. Rio de Janeiro: Interciência, [s.d.].

MARCHESI, [Nome não informado]. *Boletins técnicos do CBPMPR*. Curitiba, PR, 1994.

PARANÁ. **Corpo de Bombeiros Militar do Paraná**. *Nota de instrução nº 004, de 2016*. Regula os procedimentos para a realização do mergulho de segurança pública no âmbito do CBMPR. Curitiba, PR, 2016.

PROFESSIONAL ASSOCIATION OF DIVING INSTRUCTORS (NAUI). *Manual do mergulho de segurança pública*. [S.l.]: NAUI, 2016.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h	
C/H TEÓRICA: 25h	C/H PRÁTICA:
EMENTA:	
<p>Conceito de ciência e de pesquisa científica. Níveis de conhecimento (empírico, científico, filosófico e teológico). A neutralidade científica. Tipos de pesquisa. Formatação de trabalhos acadêmicos: elementos externos, elementos internos (elementos pré-textuais, textuais, pós-textuais) e elementos de apoio (citações, quadros, ilustrações, notas de rodapé, etc). Construção de trabalhos científicos: formatações iniciais (margens, entrelinhamentos, fonte). Formatação dos elementos internos, externos e de apoio.</p> <p>Identificação de fatores que interferem na escolha do tema de uma pesquisa. Escolha de tema de estudo para produção de posterior trabalho científico.</p> <p>Redação de trabalhos acadêmicos que contemplem a metodologia científica apresentada na disciplina</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
<p>AMADEU, Maria Simone Utida dos Santos et al. Manual de normatização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Mariana de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>PEROVANO, DALTON GEAN. Manual de metodologia científica: para segurança pública e defesa social. Curitiba: Juruá, 2014.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
<p>GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de monografias e dissertações. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>RAMPAZZO, Lino. Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.</p>	

3º SEMESTRE:



DISCIPLINA: RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 37h30min	
C/H TEÓRICA: 37h30min	C/H PRÁTICA
<p>EMENTA:</p> <p>Introdução à Resistência dos Materiais; Cargas; Tensão e deformação; Propriedades mecânicas dos materiais; Carregamento axial; Concentração de tensões; Flexão simples, composta e oblíqua; Esforços internos solicitantes; Torção.</p> <p>Deflexões em peças fletidas. Estados de tensão e deformação. Noções do estado plano de tensões. Noções do estado tripo de tensões. Círculo de Mohr e Critérios de resistência. Flambagem de colunas.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BEER, F.P. ; JOHNSTON JUNIOR, E. R. Resistência dos Materiais. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1996. HIBBELER, R. C. Resistência dos Materiais. São Paulo: Pearson, 2005. TIMOSHENKO, Stephen P. Resistência dos Materiais. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos S.A, 1971.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BOTELHO, M. H. Resistência dos Materiais para entender e gostar. São Paulo: Studio Nobel, 1998. FREITAS NETO, José de Almeida; SPERANDIO JUNIOR, Ernesto. Exercício de Resistência dos Materiais. 3. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1979. MELCONIAN, Sarkis. Mecânica Técnica e Resistência dos Materiais. 10. ed. São Paulo: Érika, 2000.</p>	

DISCIPLINA: ESTATÍSTICA DESCRITIVA E INFERENCIAL	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h	
C/H TEÓRICA: 25h	C/H PRÁTICA:
<p>EMENTA:</p> <p>Estatística: campo de estudo e aplicações. Definições básicas. Tipos e níveis de mensuração para dados numéricos. Estatística descritiva: gráficos e medidas descritivas. Noções de probabilidades. Estatística inferencial e amostragem. Análise de variância. Teste de quiquadrado. Correlação e regressão linear simples. Controle Estatístico de Qualidade. Coleta e análises de dados. Estatística descritiva aplicada à gestão corporativa.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BUSSAB, W. O.; MORETIN, P. A. Estatística básica. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. STEVENSON, W.J. Estatística aplicada à administração. São Paulo: Ed. Harbra, 2001.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BOLFARINE, H., BUSSAB, W. O. Elementos de amostragem. São Paulo: Edgard Blücher, 2005. COSTA NETO, P. L. de O. Estatística. 2 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.</p>	



FONSECA, J. S., MARTINS, G. A. Curso de estatística. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.
 KVANLI, A.H.; GUYNES, C.S.; PAVUR, R.J. Introduction to business Statistics. St.Paul/Minneapolis: Ed. West Pub Company, 1995.
 MAGALHÃES, M. M., LIMA, A. C. P. Noções de Probabilidade e Estatística. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2002.
 MARTINEZ, F.; BISQUERRA, R.; SARRIERA, J.C. Introdução a Estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2004.
 MARROCO, J. Análise Estatística: com utilização do SPSS. Lisboa: Ed. Silabo, 2003.
 MILONE, G. Estatística geral. São Paulo: Thomson, 2003.
 MORETIN, L. G. Estatística básica. São Paulo: Pearson Education, 2009.
 SILVA, N. N. Amostragem probabilística: um curso introdutório. São Paulo: Editora da USP, 1998.
 SOARES, J. F., FARIAS, A. A., CESAR, C. C. Introdução à estatística. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
 TOLEDO, G. L., OVALLE, I. J. Estatística básica. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 TRIOLA, M. F. Introdução à estatística. 10 ed. Rio de Janeiro: LTC S/A, 2011.

DISCIPLINA: PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	
CARGA HORÁRIA TOTAL 25h	
C/H TEÓRICA 25h	C/H PRÁTICA
EMENTA:	
FATD. Sindicância. Inquérito Técnico. Apuração de Transgressões Disciplinares. Leis, Decretos, Portarias que regem a execução dos Processos e Procedimentos. Conceitos. Finalidades. Prazos. Competência. Sigilo. Libelo Acusatório. Instauração. Nulidades. Decisão. Encaminhamentos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
BRASIL. Constituição (1988) . <i>Constituição da República Federativa do Brasil</i> . Brasília, DF: Senado Federal, 1988. COSTA, José Armando da. <i>Direito administrativo disciplinar</i> . 2. ed. São Paulo: Método, 2009. COSTA, José Armando da. <i>Processo administrativo disciplinar: teoria e prática</i> . 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
BRASIL. Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002 . Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). Brasília, DF, 2002. BRASIL. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 . Código Penal Militar. Brasília, DF, 1969. BRASIL. Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 . Código de Processo Penal Militar. Brasília, DF, 1969. BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 . Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Brasília, DF, 1999. CARVALHO FILHO, José dos Santos. <i>Manual de direito administrativo</i> . 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <i>Direito administrativo</i> . 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010. GASPARINI, Diógenes. <i>Direito administrativo</i> . 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. PARANÁ. Decreto nº 5.075, de 28 de dezembro de 1998 . Aprova o Regulamento de Ética Profissional dos Militares Estaduais do Paraná. Curitiba, PR, 1998. PARANÁ. Decreto nº 7.339, de 8 de junho de 2010 . Aprova o Regulamento Interno e de Serviços Gerais da Polícia Militar do Paraná (RISG/PMPR). Curitiba, PR, 2010. PARANÁ. Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954 . Código da Polícia Militar do Paraná. Curitiba, PR, 1954.	



PARANÁ. **Lei nº 16.544, de 14 de julho de 2010.** Dispõe sobre o processo disciplinar no âmbito da Polícia Militar do Paraná. Curitiba, PR, 2010.

PARANÁ. **Polícia Militar do Paraná. Comando-Geral. Portaria nº 338, de 24 de abril de 2006.** Dispõe sobre sindicância. Curitiba, PR, 2006.

PARANÁ. **Polícia Militar do Paraná. Comando-Geral. Portaria nº 339, de 27 de abril de 2006.** Dispõe sobre o Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD). Curitiba, PR, 2006.

PARANÁ. **Polícia Militar do Paraná. Comando-Geral. Portaria nº 883, de 7 de outubro de 2022.** Dispõe sobre o Inquérito Técnico. Curitiba, PR, 2022.

DISCIPLINA: DIREITO PENAL E PENAL MILITAR

CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h

C/H TEÓRICA: 25h

C/H PRÁTICA: 0 H/A

EMENTA:

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Peculato, Concussão, Corrupção passiva, Prevaricação, Violência arbitrária, Resistência, Desobediência, Desacato,

FUNDAMENTOS DO DIREITO PENAL COMUM e MILITAR: conceito de direito penal comum e direito penal militar.

PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL COMUM e MILITAR: da reserva legal ou legalidade, da anterioridade, da individualização da pena, da fragmentariedade, da subsidiariedade, da proporcionalidade, da ofensividade ou lesividade, do “no bis in idem”.

TEORIA GERAL DO CRIME: conceito de crime comum e crime militar, os sujeitos do crime; do fato típico da conduta, resultado, nexos causal, tipicidade); do crime doloso (espécies de dolo); do crime culposos (elementos do crime culposos, espécies de culpa); do crime preterdoloso (conceito); “iter criminis” (conceito, fase interna, fase externa, exaurimento); tentativa (conceito, natureza jurídica, espécies); desistência voluntária e arrependimento eficaz (conceito, distinção); crime Impossível (conceito, espécies); da ilicitude (conceito, terminologia, estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal, exercício regular do direito); da culpabilidade (conceito, da imputabilidade penal, embriaguez, potencial consciência da ilicitude, exigibilidade de conduta diversa, coação moral irresistível, obediência hierárquica); erro de direito; erro de fato.

CONCURSO DE PESSOAS NO DIREITO PENAL COMUM e MILITAR: autoria, coautoria e participação.

CONCURSO DE CRIMES NO DIREITO PENAL COMUM e MILITAR: crime continuado; concurso formal e concurso material de crimes.

NOÇÕES BÁSICAS DA SANÇÃO PENAL NO DIREITO PENAL COMUM e MILITAR: pena privativa de liberdade, restritivas de direito e multa; noção dos regimes; dosimetria da pena; regime inicial de cumprimento da pena; medida de segurança; dos efeitos da condenação.

DA AÇÃO PENAL COMUM e MILITAR: propositura da ação penal; dependência de requisição.

CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE NO DIREITO PENAL COMUM e MILITAR: noção das causas extintivas da punibilidade.

DOS CRIMES MILITARES CONTRA A AUTORIDADE OU DISCIPLINA: motim e revolta; aliciação e incitamento; violência contra superior ou militar de serviço; desrespeito a superior e a símbolo nacional ou farda; insubordinação; usurpação e excesso ou abuso de autoridade; resistência.

DOS CRIMES MILITARES CONTRA O SERVIÇO E DEVER MILITAR: deserção; abandono de posto e outros crimes em serviço e exercício do comércio.

DOS CRIMES MILITARES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO MILITAR: desacato e desobediência; peculato; concussão, excesso de exação e desvio; corrupção; falsidade e crimes contra o dever funcional.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BRASIL. **Decreto Lei nº 1.001 – Código Penal Militar**. Brasília, 1969.
BRASIL. **Decreto Lei nº 2.848 – Código de Processo Penal Militar**. Brasília, 1940.
NEVES, Cícero Robson Coimbra; STREIFINGER, Marcello. **Apontamentos de direito penal militar: parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2008. 349 p. v.2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSIS, Jorge Cesar de. **Comentários ao Código Penal Militar: comentários, doutrina e jurisprudência dos tribunais militares e dos tribunais superiores**. 10. ed. Curitiba: Juruá, 2018.
CRUZ, Ione de; MIGUEL, Claudio Amin. **Elementos de direito penal militar: parte geral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
FARIAS, Marcel Uzeda de. **Direito penal militar**. 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2017.
LOUREIRO NETO, José da Silva. **Direito penal militar**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
RAMOS, João Gualberto Garcez. **Ciência penal em perspectiva comparada: ensaios e reflexões**. Organização de Carla Liliane Waldow Esquivel. São Paulo: Boreal, 2016.
ROSSETO, Enio Luiz. **Código penal militar**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
SOARES, Orlando. **Causas da criminalidade e fatores criminógenos**. Rio de Janeiro: Científica, 1978.

DISCIPLINA: ÉTICA E CIDADANIA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 12h30min

C/H TEÓRICA: 12h30min

C/H PRÁTICA:

EMENTA:

Introdução dos fundamentos da Deontologia Militar, com ênfase na percepção da importância dos preceitos éticos e morais nas ações e operações bombeiro militar em consonância com os valores e deveres éticos e morais orientadas na promoção e defesa dos direitos humanos, da cidadania e da justiça; A ética profissional e as contradições da consciência moral no exercício da profissão bombeiro militar. A natureza dos compromissos e deveres do militar estadual, as suas consequências em caso de violação, bem como, os mecanismos de contenção; Fixação dos valores profissionais relacionados à doutrina de emprego da Corporação e suas Diretrizes éticas, morais e cívicas, visando o fortalecimento do comprometimento e a credibilidade do Corpo de Bombeiros Militar perante a sociedade. Educação para as relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

VALLA, Wilson Odirley. **Deontologia Policial Militar**. 5ª Edição (revista e ampliada) 2013;
VALLA, Wilson Odirley. **Deontologia policial militar II: ética profissional recomendada para os Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Praças**. 2. Edição, rev. e ampl. Curitiba: Comunicare; AVM, 2006;
VALLA, Wilson Odirley. **Deontologia policial militar: ética profissional recomendada para os cursos de formação de oficiais, aperfeiçoamento e superior de polícia militar**. 4. rev. e ampl. ed. Curitiba: Comunicare; AVM, 2011;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Código Penal Militar**. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. Brasília, DF, 1969.
BRASIL. **Código de Processo Penal Militar**. Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969. Brasília, DF, 1969.



BRASIL. **Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002.** Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). Brasília, DF, 2002.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Ministério da Defesa.** *Regulamento de continências, honras e sinais de respeito das Forças Armadas (RCONT).* Brasília, DF, [s.d.].

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 2004.

PARANÁ. **Decreto nº 5.075, de 28 de dezembro de 1998.** Aprova o Regulamento de Ética Profissional dos Militares Estaduais do Paraná. Curitiba, PR, 1998.

PARANÁ. **Decreto nº 7.339, de 8 de junho de 2010.** Aprova o Regulamento Interno de Serviços Gerais da Polícia Militar do Paraná (RISG/PMPR). Curitiba, PR, 2010.

PARANÁ. **Polícia Militar do Paraná. Comando-Geral.** *Portaria nº 294, de 2009.* Dispõe sobre o Sistema Disciplinar Eletrônico (SDE). Curitiba, PR, 2009.

PARANÁ. **Polícia Militar do Paraná. Comando-Geral.** *Portaria nº 339, de 2006.* Dispõe sobre o Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD). Curitiba, PR, 2006.

SANDEL, Michael J. *Justiça: o que é fazer a coisa certa.* 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SANDEL, Michael J. *O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado.* Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DISCIPLINA: INSTRUÇÃO MILITAR III	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA: 25h
EMENTA:	
Espada Militar: Nomenclatura. Comandos de voz e de corneta. Movimentos com espada a pé firme e em deslocamento.	
Cerimonial Militar: Organização do cerimonial militar. Considerações sobre precedência. Atribuições constantes das regulamentações militares para as atividades e cerimônias sob responsabilidade dos oficiais subalternos e intermediários. Documentações do cerimonial militar. Inspeções, revistas e desfiles (organização do local de desfile). Solenidades Militares diversas (recepção de autoridades, organização de mesas de autoridades, organização de dispositivos de bandeiras).	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
BRASIL. Decreto nº 70.274, de 9 de setembro de 1972. Aprova as normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência. Brasília, DF, 1972.	
BRASIL. Decreto nº 6.806, de 25 de março de 2009. Delega competência ao Ministro da Defesa para aprovar o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. Brasília, DF, 2009.	
BRASIL. Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais e dá outras providências. Brasília, DF, 1971.	
BRASIL. Ministério da Defesa. <i>Portaria normativa nº 660/MD, de 19 de maio de 2009.</i> Aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. Brasília, DF, 2009.	



BRASIL. **Exército Brasileiro. Estado-Maior. Manual de campanha C 22-6: inspeções, revistas e desfiles.** 3. ed. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. **Exército Brasileiro. Vade-mécum de cerimonial militar nº 07: prática de cerimonial e protocolo.** Brasília, DF, 2000.

DISCIPLINA: Educação Física Militar III

CARGA HORÁRIA TOTAL: 50h

C/H TEÓRICA: 0 H/A

C/H PRÁTICA: 50h

EMENTA:

Desenvolvimento da resistência aeróbica prolongada; aprimoramento da agilidade e da coordenação neuromotora; fortalecimento da resistência muscular localizada de membros superiores e do CORE; preparação física para esforços contínuos de maior duração, compatíveis com demandas operacionais, mediante exercício físico sistematizado e progressivo. Preparação para a corrida de 5000 metros, flexão na barra, flexão de braço no solo, teste T, shuttle run e abdominal remador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

EXÉRCITO BRASILEIRO. Manual de Campanha C 20-20 - Treinamento Físico Militar. 3. ed. Brasília, 2002.

GAYTON, Arthur C. Fisiologia Humana. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

McARDLE, W.D. et al. Fisiologia do exercício - Energia, Nutrição e Desempenho humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GAYA, Adroaldo C. A.; et. al. **Bases e Métodos do Treinamento Físico-Desportivo.** Porto Alegre: Sulina, 1979.

FLECK, Steven J.; KRAEMER, William J. Tradutor RIBEIRO, Jerri Luiz. **Fundamentos do Treinamento de Força Muscular.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

COOPER, Kenneth H., **Capacidade Aeróbica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fórum, 1972.

DISCIPLINA: NATAÇÃO III

CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h

C/H TEÓRICA:

C/H PRÁTICA: 25h

EMENTA:

Aperfeiçoamento das técnicas de natação nos estilos crawl e peito, com foco na eficiência do nado, resistência cardiorrespiratória, velocidade, coordenação motora e controle respiratório. Consolidação dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas de Natação I e II, visando ao desenvolvimento do deslocamento seguro e eficaz no meio aquático. Preparação física e técnica do aluno para aplicação da natação em atividades profissionais do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, com vistas ao desempenho nas disciplinas de busca aquática e salvamento aquático, incluindo adaptação ao uso de equipamentos operacionais. Promoção da aptidão física, da saúde e da qualidade de vida.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FOX, Edward. **Bases Fisiológicas da Educação Física e dos Desportos**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.
MACHADO, David Camargo. **Metodologia da Natação**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1978.
MAGLISCHO, Ernest W. **Nadando ainda mais rápido**. São Paulo : Manole. 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINS, Flávio Eurico Silveira. **Ensino da Natação para principiantes**. São Paulo: MEC, 1979.

DISCIPLINA: MODELAGEM COMPUTACIONAL DE INCÊNDIOS E EVACUAÇÕES	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 12h30min	
C/H TEÓRICA: 12h30min	C/H PRÁTICA:
EMENTA: Introdução aos Softwares simuladores de incêndios; Atributos e qualidades da tecnologia; Noções básicas de modelagem (calibragem das variáveis e criação do ambiente); Funcionalidades dos softwares de modelagem aplicados à atividade Bombeiro Militar; Apresentação de Softwares de referência, por exemplo: FDS - Pyrosim (desenvolvimento do incêndio e comportamento da fumaça), Pathfinder Thunderhead Engeneering (simulador de comportamento humano em evacuações), ALOHA Software (planejamento de resposta a ocorrências envolvendo produtos perigosos), CFAST (desenvolvimento do incêndio e comportamento da fumaça) ou demais ferramentas que venham a surgir com o desenvolvimento tecnológico ao longo do tempo.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALMEIDA, Marxuel Ferreira de. A utilização da simulação computacional de incêndios para determinação da eficiência de escadas à prova de fogo pressurizadas . 2019. 61 f. TCC (Graduação em Segurança Pública e Redução de Desastres) - APMG, São José dos Pinhais, 2019. DIAS, Dainer Marçal. Análise computacional de incêndios e o processo de ensino-aprendizagem . 2012. 65 f. TCC (Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares) - APMG, São José dos Pinhais, 2012. MAZZONI, Felipe. Simulação computacional de incêndios: Aplicação no caso do condomínio Edifício Cacique em Porto Alegre-RS . 2010. 68 f. Trabalho de Diplomação (Bacharel em Engenharia Civil) - Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FORNEY, Glenn P. et al. User's Guide for Smokeview version 4: a tool for visualizing fire dynamics simulation data . NIST special publication 1017. National Institute of Standards and Technology. U.S. Department of Commerce. Gaithersburg, MD, USA, 2006. FORNEY, Glenn P. et al. CFAST – Consolidated Model of Fire Growth and Smoke Transport - User's Guide (version 6) . NIST special publication 1041r1. National Institute of Standards and Technology. U.S. Department of Commerce. Gaithersburg, MD, USA, 2013. MCGRATTAN, Kevin et al. Fire Dynamics Simulator (version 5): User's guide . NIST special publication 1019-5. National Institute of Standards and Technology. U.S. Department of Commerce. Gaithersburg, MD, USA, 2013. VOJCIECHOVSKI, Luiz Henrique. Simulação computacional de incêndio aplicada a segurança contra incêndio e pânico – estudo de caso em casa noturna . 2014. 76 f. Monografia (Especialista em Engenharia de Segurança Contra Incêndio e Pânico) - Escola Politécnica, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.	



DISCIPLINA: SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO - PROTEÇÃO ATIVA	
CARGA HORÁRIA TOTAL 25h	
C/H TEÓRICA 25h	C/H PRÁTICA
EMENTA: Medidas de proteção ativas aplicadas às edificações e seu desenvolvimento normativo ao longo da história. Estudo nas NPTs relativas a proteção ativa -Iluminação de Emergência; Sistema de detecção e alarme de incêndio; Sinalização de Emergência; Sistema de proteção por extintores de incêndio; Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio; Sistema de chuveiros automáticos; Breve noção de Manipulação, armazenamento, comercialização e utilização de gás liquefeito de petróleo (GLP) Obs: Não devem ser tratados assuntos relacionados a cálculo, de nenhum dos sistemas, uma vez que serão abordados na disciplina de Mecânica dos Fluidos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ. Código de segurança contra incêndio e pânico e normas de procedimento técnico do CB/PMPR . Curitiba: CBPR, 2018. CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ. Curso de prevenção de incêndio . Curitiba: CBMPR, 2015. Disponível em: http://www.ensino.bombeiros.pr.gov.br . Acesso em: ago. 2015. PARANÁ. Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Corpo de Bombeiros. Norma de procedimento técnico nº 18: iluminação de emergência . Curitiba, 2018.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10897: sistemas de chuveiros automáticos . Rio de Janeiro: ABNT, 2014. BRENTANO, Telmo. Instalações hidráulicas de combate a incêndio nas edificações . 5. ed. Porto Alegre: [s.n.], 2016. PARANÁ. Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Corpo de Bombeiros. Norma de procedimento técnico nº 19: sistema de detecção e alarme de incêndio . Curitiba, 2018. PARANÁ. Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Corpo de Bombeiros. Norma de procedimento técnico nº 20: sinalização de emergência . Curitiba, 2018. PARANÁ. Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Corpo de Bombeiros. Norma de procedimento técnico nº 21: sistema de proteção por extintores de incêndio . Curitiba, 2018. PARANÁ. Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Corpo de Bombeiros. Norma de procedimento técnico nº 22: sistemas de hidrantes e de mangotinhos . Curitiba, 2018. PARANÁ. Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Corpo de Bombeiros. Norma de procedimento técnico nº 23: sistema de chuveiros automáticos . Curitiba, 2018. PARANÁ. Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Corpo de Bombeiros. Norma de procedimento técnico nº 28: manipulação, armazenamento, comercialização e utilização de gás liquefeito de petróleo (GLP) . Curitiba, 2018. SEITO, Alexandre Itiu et al. A segurança contra incêndio no Brasil . São Paulo: Projeto Editora, 2008	

DISCIPLINA: INTERVENÇÃO EM EMERGÊNCIAS COM PRODUTOS PERIGOSOS
CARGA HORÁRIA TOTAL: 37h30min



C/H TEÓRICA: 12h30min	C/H PRÁTICA: 25h
<p>EMENTA:</p> <p>Conceitos Básicos, Identificação e Reconhecimentos PP; Fontes de Consulta para Produtos Perigosos; Isolamento e Zonas de Controle/Trabalho; Equipamentos de Proteção Individual para Produtos Perigosos; Proteção Respiratória; Classes de Risco PP e suas Implicações; Ações de Resposta e Controle; Descontaminação; Detecção, Identificação, Monitoramento e Coleta.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ARAÚJO, G. M. Segurança na Armazenagem, Manuseio e Transporte de Produtos Perigosos. Rio de Janeiro. Gerenciamento Verde. 2005. 948 p.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS. Manual para atendimento a emergências com produtos perigosos. 7. ed. São Paulo, 2015. 344 p.</p> <p>PARANÁ. Corpo de Bombeiros da PMPR. Plano Anual de Instrução 2018 PAI/EAD. Produtos Perigosos. Disponível em: https://www.ensino.bombeiros.pr.gov.br/mod/folder/view.php?id=3039.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BRASIL. ABNT. NBR 14064:2015 Versão Corrigida:2015 Transporte rodoviário de produtos perigosos – Diretrizes do atendimento à emergência. Rio de Janeiro. 2015.</p> <p>BRASIL. ABNT. NBR 7500:2018 Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos. Rio de Janeiro. 2018.</p> <p>BRASIL. ABNT. NBR 12543:2017 Equipamentos de proteção respiratória - Classificação. Rio de Janeiro. 2017.</p> <p>BRASIL. ABNT. NBR 13716:1996 Equipamento de proteção respiratória - Máscara autônoma de ar comprimido com circuito aberto. Rio de Janeiro. 1996.</p> <p>BRASIL. ABNT. NBR 13200:1994 Cálculo do volume de gás armazenado em cilindro de alta pressão. Rio de Janeiro. 1994.</p> <p>ESTADOS UNIDOS. NFPA. Hazardous Materials Response Handbook. 4ª Ed. Quincy, Massachusetts. 2002.</p> <p>ESTADOS UNIDOS. IFSTA. Essential of Fire Fighting and Fire Department Operations. 5ª ed. Stillwater. BRADY, 2008.</p> <p>ESTADOS UNIDOS. Departamento de Defesa. Goodfellow AFB. Hazardous Material Train-the-Trainer/DRAFT. San Angelo. 2004.</p> <p>LEIVA, C. A.; SEDA, J. M.; PRADO, M. C.; SOTTORIVA, P. R. S. Atendimento de saúde a múltiplas vítimas e em catástrofes. Curitiba. Samu Internacional Brasil. 2014.</p> <p>SÃO PAULO (Estado). Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiro: atendimento a emergências com produtos perigosos. 1. ed. São Paulo. 2006.</p> <p>TORLONI, M.; VIEIRA, V. Manual de Proteção Respiratória. São Paulo. ABHO. 2003. 518p.</p>	

DISCIPLINA: COMANDO, CHEFIA E LIDERANÇA	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h	
C/H TEÓRICA 25h	C/H PRÁTICA



<p>EMENTA:</p> <p>Conceituar chefia e liderança. Identificar tipos, estilos, situações e traços relacionados à chefia e liderança, no âmbito da Ética bombeiro militar. Exercitar a chefia e a liderança. Zelar pela boa relação entre líder e liderado.</p> <p>Dotar o discente, das competências imprescindíveis para exercer a chefia e liderança de pessoas, na esfera de suas atribuições legais</p> <p>Compreender a diferença de Chefe e Líder, entender como a posição de Chefia e Liderança pode influenciar positiva e negativamente no ambiente de trabalho e no exercício da atividade de segurança pública.</p> <p>Compreender como a psicologia do grupo e o inconsciente coletivo opera e influencia a decisão do Chefe e do Líder.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BRASIL. MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. ESTADO-MAIOR. Caderno de instrução ci 20-10/1: comandante, chefe e líder. Brasília: EGGCF, 1986;</p> <p>CAMPOS, Wagner Estelita. Chefia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970;</p> <p>GUIMARÃES, Carlos A. M.; GUIMARÃES, Terezinha B. Técnica de chefia e liderança. Gráfica da Fecea, 1988.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>SELDEN, Bob. Virei chefe, e agora? Bob Selden, tradução: Rodrigo Peixoto -. Ed. – Rio de Janeiro: Agir, 2015;</p> <p>CAMÕES, Marizaura Reis de Souza. Gestão de pessoas no governo federal: análise da implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal / Marizaura Reis de Souza Camões, Pedro Paulo Murce Meneses. Brasília: Enap, 2016;</p> <p>SWANSON e TERRITO. Liderança Policial e Estilos de Comunicação Interpessoal. Administração do trabalho policial: Questões e Análises, organizador GREENE, Jack R.; tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.</p>

DISCIPLINA: GESTÃO DE CONTRATOS E PATRIMÔNIO PÚBLICO	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h	
C/H TEÓRICA 25h	C/H PRÁTICA
<p>EMENTA:</p> <p>Fundamentos da gestão de contratos administrativos e do patrimônio público. Planejamento das contratações, com ênfase no Plano de Contratações Anual. Elaboração, formalização, celebração, execução, fiscalização, monitoramento e encerramento contratual. Análise e gestão de riscos. Aspectos jurídicos aplicáveis aos contratos administrativos e responsabilidades dos agentes públicos. Avaliação da conformidade, eficiência e eficácia contratual, com utilização do Sistema GMS.</p> <p>Conceitos de logística e cadeia de suprimentos aplicados à Administração Pública. Planejamento logístico institucional. Gestão patrimonial de bens móveis e imóveis: incorporação, movimentação, reavaliação, depreciação, inventário, desincorporação e locação. Utilização do Sistema GPM e GPI na gestão patrimonial. Boas práticas de governança e controle na gestão de contratos e do patrimônio público.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos.</p>	



PARANÁ. Decreto nº 4.120, de 18 de maio de 2016. Aprova o Manual de Gestão de Bens Imóveis a ser adotado pela Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Paraná.

PARANÁ. Decreto nº 8.955, de 7 de março de 2018. Aprova o Manual de Procedimentos Contábeis Patrimoniais para Reconhecimento, Mensuração, Evidenciação, Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Móveis, Bens Imóveis, Ativos de Infraestrutura, Bens do Patrimônio Cultural e Ativos Intangíveis, e institui a obrigatoriedade da aplicação pela Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Paraná, inclusive os Serviços Social Autônomos, e dá outras providências.

PARANÁ. Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022. Regulamenta, no âmbito da Administração Pública estadual, direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná, a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que “Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”, a aquisição e incorporação de bens ao patrimônio público estadual, os procedimentos para intervenção estatal na propriedade privada e dá outras providências.

PARANÁ. Decreto nº 2.819, de 14 de julho de 2023. Regulamenta o enquadramento e utilização da frota oficial no âmbito do Poder Executivo Estadual.

PARANÁ. Decreto nº 6.881, de 29 de julho de 2024. Dispõe sobre os procedimentos para locação de imóveis a serem adotados pela Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Portaria do Comando-Geral nº 1.082, de 26 de dezembro de 2023. Aprova e atualiza as Normas Administrativas Relativas à Identificação, ao Controle e à Classificação de Viaturas da PMPR, e revoga a Portaria do Comando-Geral nº 881, de 4 de outubro de 2012, e a Portaria do Comando-Geral nº 616, de 2 de julho de 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Administração e da Previdência. Resolução nº 8.726, de 13 de outubro de 2009. Atualizar os procedimentos do Sistema de Controle Patrimonial dos Bens Móveis de propriedade do Estado, conforme anexo.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Administração e da Previdência. Resolução nº 10.506, de 11 de março de 2021. Estabelece diretrizes mínimas aplicáveis à gestão e fiscalização do Contrato de Prestação de Serviços de Gestão da Manutenção da Frota Oficial e dispõe sobre plano de fiscalização continuada.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Administração e da Previdência. Resolução nº 6.671, de 14 de setembro de 2024. Especificar as condições de utilização da frota de veículos oficiais e o uso do TaxiGOVPR no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Administração e da Previdência. Comunicado nº 03, de 21 de junho de 2024, da Divisão de Planejamento e Gestão do Departamento de Patrimônio do Estado. Orientações para Inventário de Bens Móveis – Sistema GPM.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERTAGLIA, P. R. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

DIAS, M. A. Introdução à logística: fundamentos, prática e integração. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2022

DISCIPLINA: SISTEMA DE COMANDO DE INCIDENTES

CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h

C/H TEÓRICA 25h

C/H PRÁTICA



EMENTA:

A origem e a evolução da ferramenta gerencial sistema de comando de incidentes. Os princípios e as características principais do SCI. As funções e os componentes da estrutura do SCI. As principais instalações utilizadas durante operações. O processo de gerenciamento. Os procedimentos adotados para o período inicial de trabalho e para a primeira transferência de comando do incidente. Os principais formulários do SCI. Os procedimentos para elaborar e adotar o planejamento dos períodos operacionais da organização da resposta do incidente ou evento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL, Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso de Sistema de Comando de Incidentes**. 2. ed. Brasília: Senasp, 2008.

DEAL, TIM. **Beyond Initial Response: using the National Incident Management System's Incident Command System**. AuthorHouse. Bloomington, 2006.

SOUZA, Paulo H. **Manual do Sistema de Comando de Incidentes – Nível Operações**. 1. ed. Curitiba, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

IFSTA. **Essentials of Fire Fighting and Fire Department Operations**. 6. ed. USA: Prentice Hall, 2013.

DISCIPLINA: GERENCIAMENTO DE OPERAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO AMBIENTAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h

C/H TEÓRICA

C/H PRÁTICA 25h

EMENTA:

Conceituar prevenção e combate a incêndios florestais: elementos e classificação do incêndio florestal; fatores de propagação; material operacional e de proteção individual; composição das guarnições; técnicas e táticas de combate; prevenção contra incêndios florestais; planejamento, comando, controle e produção de documentos em operações de prevenção e combate a incêndios florestais.

Desenvolver de forma prática, por meio de simulados em cenários que contemplem as diversas modalidades de ocorrências desta natureza, operações completas de prevenção e combate a incêndios florestais, executando ações de planejamento, comando, controle e produção de documentos conforme doutrina do CBPMR.

Maneabilidade e emprego de tropa, primeiros socorros voltados à prática de campo e noções de sobrevivência no campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA :

CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ. **Manual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais**. Curitiba, 2010.

Soares, Ronaldo Viana. **Incêndios Florestais: controle, efeitos e uso do fogo**. 2 ed. revisada. Curitiba, 2017.

Vélez, Ricardo. **La Defensa contra incendios forestales. Fundamentos y experiencias**. 2 edición. España, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:



EAD 2019 CICLO III – **Prevenção e Combate a Incêndios Florestais**. Módulos 1; 2; 3; 4; 4 - Complementar e 5. Nunes, José Luiz Alves. **1963: O Paraná em chamas**. Ed. do autor, 2013. Londrina, 2013.
 PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS - 3º CFO – Cap. QOBM Alexandre Mançano Cavalca. Teie, Willian C. **Firefighter's handbook on wildland firefighting. Strategy, Tactics and Safety**. 3Rd Edition. USA, 2005.
Wildland Fire Fighting for Structural Firefigthers. 4rd Edition. USA.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO E INSTRUÇÃO	
CARGA HORÁRIA TOTAL 25h	
C/H TEÓRICA 25h	C/H PRÁTICA
<p>EMENTA:</p> <p>Funções sociais da educação superior e sua relação com a formação profissional, ética e cidadã. Fundamentos da formação pedagógica do docente do ensino superior e da didática do instrutor, considerando as especificidades do ensino militar e da formação profissional. Dimensões do processo didático e seus eixos estruturantes: ensinar, aprender, pesquisar e avaliar.</p> <p>Organização, planejamento e desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem em contextos acadêmicos e de instrução. Elaboração de planos de ensino, planos de aula e programas de aprendizagem. Definição de objetivos educacionais, seleção e organização dos conteúdos programáticos e escolha de estratégias e metodologias de ensino-aprendizagem, com ênfase na atuação do instrutor.</p> <p>Didática do instrutor: técnicas de instrução, condução de atividades teóricas e práticas, comunicação didática, gestão do tempo e do ambiente de aprendizagem, motivação e disciplina. Dinâmica das interações em sala de aula e em ambientes de instrução prática. Papéis do docente, do instrutor e do discente no processo educativo.</p> <p>Avaliação da aprendizagem e do desempenho: conceitos, instrumentos, critérios e feedback, com foco na formação por competências, no desenvolvimento de habilidades profissionais e na atuação operacional.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA E A COMPLEMENTAR:</p> <p>BRASIL. Exército Brasileiro. Aprova as Normas para a Construção de Currículos - 2ª Edição (NCC - EB60-N-06.003). Portaria nº 127-DECEX, de 24 de setembro de 2014. Brasília. Separata ao Boletim do Exército nº 41 de 10 de outubro 2014.</p> <p>BRASIL. Exército Brasileiro. Manual do Instrutor: manual técnico T 21-250. 3 ed. Brasília., 1997.</p> <p>LOBO, Jorge Luís Faria; ZELINSKI, Cesar Renato; BONDARUK, Roberson Luís. Manual do Instrutor da PMPR. 1 ed. Curitiba: AVM, 2006.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. <i>Matriz curricular nacional (MACUNA)</i>. 1. ed. Brasília, DF, 2014.</p> <p>CAMPETTI SOBRINHO, Geraldo. <i>Oratória</i>. São Paulo: OAB; ESA, 2012.</p> <p>LACERDA, Gabriel. <i>Oratória</i>. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas; Direito Rio, 2013.</p> <p>MIRANDA, Alan. <i>Curso de oratória: a arte de falar em público</i>. Varginha, MG: [s.n.], 2013.</p>	



PARANÁ. **Polícia Militar do Paraná**. *Portaria nº 243, de 26 de fevereiro de 2008*. Aprova as Normas Técnicas para a Avaliação do Rendimento da Aprendizagem (NOTARA). Curitiba, PR, 2008. Boletim Geral nº 038, de 27 fev. 2008.

PARANÁ. **Polícia Militar do Paraná**. *Portaria do Comando-Geral nº 330, de 14 de março de 2014*. Aprova a Portaria de Ensino da PMPR. Curitiba, PR, 2014.

DISCIPLINA: Atendimento Pré-hospitalar III	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h	
C/H TEÓRICA: 5h	C/H PRÁTICA: 20h
EMENTA:	
<p>Compreender a fisiopatologia do afogamento. Classificar os graus de afogamento. Executar as condutas de Atendimento Pré-Hospitalar em vítimas de afogamento.</p> <p>Reconhecer e atender traumas específicos, incluindo traumatismo cranioencefálico, traumatismo raquimedular, traumas de tórax, abdome e pelve. Analisar a necessidade de restrição de movimento da coluna. Aplicar técnicas de imobilização, extricação, remoção e transporte em cenários complexos.</p> <p>Reconhecer as fases do trabalho de parto. Executar o atendimento ao parto de emergência. Prestar assistência inicial ao recém-nascido. Aplicar técnicas de transporte da parturiente e do neonato.</p> <p>Compreender os princípios dos acidentes com múltiplas vítimas. Organizar a cena em ocorrências com múltiplas vítimas. Aplicar métodos de triagem, com ênfase no protocolo START.</p> <p>Reconhecer as particularidades do atendimento a crianças, idosos, gestantes e pacientes psiquiátricos.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
<p>OLIVEIRA, Beatriz Ferreira Monteiro; PAROLIN, Mônica Koncke Fiúza; TEIXEIRA JR., Edison do Vale. Trauma: atendimento pré-hospitalar. Curitiba, ed. Atheneu, 2002.</p> <p>PARANA, Corpo de Bombeiros. Manual de Atendimento Pré-hospitalar. Curitiba, 2006.</p> <p>SÃO PAULO. GRAU (Grupo de Resgate e Atenção às Urgências e Emergências). Livro Pré Hospitalar. São Paulo. Ed. Manole, 2015.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
<p>ALFARO, D. ; MATTOS, H. Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado PHTLS. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.</p> <p>AMERICAN HEART ASSOCIATION. Destaques das atualizações direcionadas nas Diretrizes de 2019 da American Heart Association para Ressuscitação Cardiopulmonar e Atendimento Cardiovascular de Emergência. Disponível em: https://eccguidelines.heart.org/wp-content/uploads/2019/11/2019-Focused-Updates_Highlights_PTBR.pdf. Acesso em 8 mar. 20.</p>	



CANETTI, Marcelo D.; ALVAREZ, Fernando S. Et al. Manual básico de socorro de emergência. São Paulo: Atheneu, 2007.
 SOUZA, Major Paulo Henrique de (org). **Manual Técnico: Salvamento Aquático, Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná.** Curitiba: Associação da Vila Militar, 2014.

DISCIPLINA COMBATE A INCÊNDIOS III - TÁTICA	
CARGA HORÁRIA TOTAL 50h	
C/H TEÓRICA 10h	C/H PRÁTICA: 40h
EMENTA:	
<p>Estudo da técnica e tática para Incêndio em Edifícios Altos, Combate a Incêndio Noturno, Combate a Incêndio em Residências, Combate a Incêndio em Veículos, Combate a Incêndio em Aeronaves, Combate a Incêndio em Armazéns e Silos, Incêndio em Hospitais, Combate a Incêndio em Refinaria, Combate a Incêndio em Distribuidora de Gases, Combate a Incêndio em Distribuidora de Petróleo, Combate a Incêndio em Subestação de Transformação de Energia Elétrica, Simulação de Evacuação em Local de Reunião de Público. Estudos de Casos de Acidentes e Mortes com Bombeiros em incêndios.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
<p>IFSTA. <i>Essentials of fire fighting</i>. 4th ed. Ohio: Fire Protection Publications, 2007. PARANÁ. Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. Manual de combate a incêndios. Curitiba: CBPMPR, 2008. PARANÁ. Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. Material interativo de combate a incêndio. Curitiba: CBPMPR, 2017.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
<p>AMORIM, Walter Vasconcelos. <i>Manual básico para bombeiros</i>. [S.l.: s.n.], [s.d.]. SECCO, Orlando. <i>Manual de prevenção e combate a incêndio</i>. v. 1-2. [S.l.: s.n.], [s.d.].</p>	

DISCIPLINA : SALVAMENTO EM ALTURA II - AVANÇADO	
CARGA HORÁRIA TOTAL 37h30min	
C/H TEÓRICA	C/H PRÁTICA: 37h30min
EMENTA:	
<p>Revisão de conteúdo de Salvamento em Altura I – Básico. Resgate com Escadas. Sistema com Maca STEF. Tirolesa em Resgate. Tirolesa Kootenay. Aplicação de Tripé, bipé e monopé em resgate. Teste de ruptura e queda em equipamentos. Simulados.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
<p>AGUIAR, Eduardo J Slomp. Resgate Vertical. 2ª edição. Curitiba: Editora AVM. 2016. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 35: Trabalho em Altura. Brasília, DF: 2012. CORPO DE SOCORRO EM MONTANHA. Apostila do Curso de Resgate em Montanha. Curitiba: [s.n], 2018. SÃO PAULO. Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Manual de Fundamentos. São Paulo: Ed. Abril, 1999.</p>	



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15595- Acesso por corda – Procedimento para aplicação do método**. São Paulo: 2008.

DELGADO, Delfin. **Rescate Urbano en Altura**. 2 ed., Madrid - Espanha: Ed. Desnivel, 2002.

FERREIRA JÚNIOR, Haroldo Machado; SOUZA, Paulo José Barbosa. **Manual Técnico Profissional de Salvamento**. Brasília - DF: [s.n.], 1994 v. I, II e III.

FRANZEN, Ronaldo. **Manual de Resgate em Ambiente Vertical**. Curitiba: [s.n.], 2004.

LIPKE, Rick. **Technical Rescue Riggers Guide**. Revised edition, USA: Mountain Rescue Association, 1997.

NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION. **NFPA 1006: Standard for Rescue Technician Professional Qualifications**. USA, Quincy: 2003 Edition.

RAY, Slim. **Swiftwater Rescue: A Manual for the Rescue Professional**. Asheville, USA. ED. CFS Press: 1996.

REDONDO, Jon. **Manual de Seguridad em Trabajos Verticales**. Madrid - Espanha: Ed. Desnivel, 2000.

VINES, Tom; HUDSON, Steve. **High Angle Rescue Techniques**. 2 ed., St. Louis - USA: Ed. Moby, 1999.

DISCIPLINA: SALVAMENTOS ESPECIAIS

CARGA HORÁRIA TOTAL 12h30min

C/H TEÓRICA

C/H PRÁTICA: 12h30min

EMENTA:

Conceitos básicos sobre elevadores e escadas rolantes; Segurança nas operações; Equipamento de proteção individual; Procedimento de resgate em elevadores com e sem casa de máquinas.

Fundamentos sobre animais peçonhentos de interesse em saúde pública e no Estado do Paraná. Identificação das principais espécies, hábitos, comportamento e áreas de ocorrência. Riscos operacionais e protocolos de segurança no atendimento a ocorrências envolvendo animais peçonhentos. Procedimentos de avaliação da cena, uso de Equipamentos de Proteção Individual e coletiva, técnicas básicas de manejo, contenção e remoção segura.

Técnicas de contenção e resgate de animais como equinos, bovinos, animais peçonhentos e animais silvestres da região do Estado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CBPMESP. **Manual Técnico de Bombeiro nº 03**, 2 ed., 2006.

DISCIPLINA: BUSCA TERRESTRE

CARGA HORÁRIA TOTAL 37h30min

C/H TEÓRICA 12h30min

C/H PRÁTICA 25h

EMENTA:

Fundamentos legais e normativos aplicáveis às operações de busca e salvamento terrestre, com ênfase em responsabilidades institucionais, segurança, e limites de atuação. Conceitos essenciais da teoria de busca de pessoas perdidas (IPP), perfil do desaparecimento, comportamento de deslocamento e fatores ambientais.

Identificação de perigos e avaliação de risco; aplicação de medidas de segurança e uso de EPIs; princípios de autoproteção no terreno. Noções de pré-planejamento operacional: preparação, checagem e acondicionamento de materiais, comunicações e logística básica para operação de até um período operacional. Levantamento e registro de informações com comunicantes e testemunhas; definição de PLS/LKP (point last seen/last knoww position) e preservação inicial de evidências.

Planejamento tático inicial: delimitação de áreas, definição de estratégias e táticas de varredura e segmentação, seleção de rotas e pontos de controle. Navegação terrestre aplicada (mapa, bússola e recursos de navegação utilizados institucionalmente) em trilhas e fora de trilhas, com progressão segura em diferentes tipos de terreno.

Técnicas operacionais de busca terrestre: deslocamento em equipe, orientação e controle de equipe, padrões básicos de busca (ex.: trilha, setor, linha, varredura), marcação, documentação e registro.

Localização, abordagem, avaliação inicial e estabilização da vítima, com noções de atendimento pré-hospitalar no contexto de ambiente remoto e evacuação básica (sem técnicas de corda com suspensão). Reconhecimento de limitações operacionais e critérios para solicitação de recursos especializados e escalonamento de resposta.

Noções de suspensão/encerramento de operações e segurança pós-atividade. Vivência prática em campo para reconhecimento de áreas sensíveis, tomada de decisão sob estresse e desenvolvimento de atributos da área afetiva (liderança, comunicação, disciplina e trabalho em equipe).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FRIEDMANN, Raul M. P. **Fundamentos de Orientação, Cartografia e Navegação Terrestre**. 3. ed. Curitiba: UTFPR, 2009.

IURK, Moisés. **O uso técnico de equipamentos certificados para escalada em rocha e cordas de menor diâmetro em operações de resgate em montanha realizadas pelo GOST**. 2015.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do estado do Paraná**. 3 .ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002. 438 p..

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**, atualizada até a EC m.99/2017, Brasília - DF, 2018; Art. 280, Art. 144

BRASIL. Lei nº 11.259 de 30 de dezembro 2005 - Acrescenta dispositivo à Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 – **Estatuto da Criança e do Adolescente**, para determinar investigação imediata em caso de desaparecimento de criança ou adolescente.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. GABAER. **Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico (SISSAR)**. Portaria nº 1162/GC-3. Brasília, 2005.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. DECEA. **MCA 64-3 Manual de Busca e Salvamento (SAR)**. Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. DECEA. SAR-005 – **Curso Básico de Busca e Salvamento**. 2018.



BURNS, B. BURNS, M. **Finding Your Way Using Map, Compass, Altimeter & GPS**. Seattle -USA: ed. The Mountaineers Books, 1999.

COSMO, Corpo de Socorro em Montanha. **Curso de Resgate em Montanha do Corpo de Socorro em Montanha** (2018), Apostila Parte 1: Coordenação de Busca, Curitiba – PR, 2018.

EXÉRCITO BRASILEIRO, **Curso Básico de Montanhismo**. Centro de Instrução de Operações em Montanha, São João Del Rei, MG, 2011.

IMO/ICAO. Doc. 9731 – NA/958 – **Manual Internacional Aeronáutico e Marítimo de Busca e Salvamento. IAMSAR**; Volumes I, II e III, Montrel, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Noções básicas de Cartografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

KOESTER. Robert J. **Lost Person Behavior – a search and rescue guide on where to look – for land, air and water**. dBs Productions LLC. Charlottesville, Virginia – EUA. 2008.

NASAR, **Fundamentals of Search and Rescue (NASAR)**. National Association of Search and Rescue. USA: ed. NASAR, 2005.

PARANÁ. **Constituição Estadual**, Diário Oficial nº 3116 de 5 de outubro de 1989;

PARANÁ. Decreto 2089 - 06 de Agosto de 2015 – **Institui a Política Estadual sobre Pessoas Desaparecidas no Estado do Paraná e dá outras providências**. 2015.

PARANÁ. Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. Nota de Instrução nº 004 – BM/3 – **Regula os procedimentos para a realização de mergulho de segurança pública**, de 19 de agosto de 2016.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Diretriz nº 005/2011 – PM/3 – **Diretriz para Gerenciamento de Crises**, de 21 de novembro de 2011.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Diretriz nº 003/2014 da PM/3 – **Procedimentos em locais de crimes e preservação de locais de crimes que demandam a realização de exames periciais**. Curitiba – PR. 2014.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Portaria nº 040 de 17 de setembro de 2018 – **Regulamento do Emprego Operacional do CB/PMPR**. Curitiba – PR. 2018.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Portaria nº 832/CG-PM/1 de 23 de outubro de 2018 – **Dispões sobre a utilização dos Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPAS) no âmbito da PMPR**. Curitiba – PR. 2018.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual Técnico de Bombeiro nº 33 – Busca e Salvamento em Cobertura Vegetal de Risco**. São Paulo, 2006.

RIO DE JANEIRO. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Procedimento Operacional Padrão de Busca e Resgate em Matas e Montanhas**. 1ª Versão. Rio de Janeiro – RJ, 2013.

TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M. de; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. (Orgs.). **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, p.568, 2000.

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 12h30min

C/H TEÓRICA: 12h30min

C/H PRÁTICA:

EMENTA:

Desenvolvimento orientado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares, de natureza monográfica, técnica e científica.

Aprofundamento do referencial teórico e da revisão de literatura em consonância com as áreas de concentração do curso, com as linhas de pesquisa da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública (MACUNA) e com as demandas institucionais do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR).



Estruturação metodológica da pesquisa, definição de objetivos, problema, hipóteses ou questões norteadoras, procedimentos metodológicos e instrumentos de coleta e análise de dados, quando aplicável.
Acompanhamento sistemático do desenvolvimento do TCC, com ênfase na escrita científica, na normalização do trabalho conforme normas vigentes da ABNT e na ética em pesquisa.
Apresentação do andamento do TCC, contemplando obrigatoriamente a revisão de literatura, o referencial teórico construído e as referências bibliográficas utilizadas, como etapa de avaliação parcial, conforme regulamento específico.
Preparação para a continuidade da pesquisa, consolidação do projeto e encaminhamentos necessários para a fase final de elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública (MACUNA)**. Brasília: SENASP, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

4º SEMESTRE:

DISCIPLINA: MECÂNICA DOS FLUÍDOS	
CARGA HORÁRIA TOTAL 37h30min	
C/H TEÓRICA 37h30min	C/H PRÁTICA
EMENTA:	
Análise do escoamento dos fluidos reais, equação de Bernoulli para os fluidos reais, perda de carga em condutos, equações para a determinação da perda de carga no regime turbulento para condutos lisos e rugosos, orifícios e bocais, análise do dimensionamento de sistema de proteção contra incêndio por hidrantes e sprinklers de acordo com os critérios das NPT 022, NPT 023 e NPT 024.	
Princípios fundamentais da termodinâmica. Estudo do comportamento dos gases. Estudo das NPT 015 – Controle de Fumaça e NPT 013 – Escada Pressurizada.	



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO NETTO, José de. Manual de Hidráulica. São Paulo: Edgard Blücher, 1998.
BASTOS, Francisco de Assis A. Problemas de Mecânica dos Fluidos. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983.
GILLES, Ranald A. Mecânica dos Fluidos e Hidráulica. São Paulo: Mac Graw Hill do Brasil, 1978.
LENCASTRE, Armando. Manual de Hidráulica. São Paulo: Mac Graw Hill do Brasil, 1977.
MACINTYRE, Archibald Joseph. Bombas e Instalações de Bombeamento. Rio de Janeiro: Guanabara, 2012.
MACINTYRE, Archibald Joseph. Instalação Hidráulica Prediais e Industriais. Rio de Janeiro: Guanabara, 2010.
RESNICK, R. HALLIDAY, D. Física 1 – Livros Técnicos e Científicos. Rio de Janeiro: LTC, 1996.
SEARS, Young; ZIMANSKI, Freedman. Física - 3º Grau. Rio de Janeiro: Addison-Wesley, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRENTANO, Telmo. Instalações hidráulicas de combate a incêndio nas edificações. 5ª edição. Porto Alegre 2016.
PARANÁ. Corpo de Bombeiros do. Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico e Normas de Procedimento Técnico do CB/PMPR. Curitiba, 2018.
PORTO, Rodrigo de Melo. Hidráulica básica. São Carlos: EESC/USP, 2001.

DISCIPLINA: PATOLOGIA DAS ESTRUTURAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h	
C/H TEÓRICA: 25h	C/H PRÁTICA
EMENTA: Conceito de patologia, manifestações patológicas nas estruturas e nas construções, principais patologias das obras, manifestações patológicas nas alvenarias, revestimentos, concreto armado e aço; Problemas causados pelo efeito da temperatura nas estruturas; Noções de procedimentos para análise e recuperação de estruturas pós incêndio. Materiais de Construção: Aglomerantes minerais: definições e classificações; aplicações; Agregados; Argamassas. Cálculos granulométricos; Concreto: características e propriedades, estado fresco e endurecido; Madeira: características e propriedades físicas e mecânicas, aplicações na construção civil; Materiais Betuminosos: características, propriedades e emprego na construção civil; Aço: características e propriedades físicas e mecânicas, emprego de estruturas metálicas na construção civil; Resistência ao fogo dos elementos de construção: alvenaria, gesso, aço, isenções e reduções; Cálculo do método do tempo equivalente para redução dos tempos requeridos de resistência ao fogo; Materiais de acabamento, revestimento, e isolamento termo acústico: características, generalidades e classificação, exigência de controle de materiais segundo normativas do CBPR.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: NEVILLE, Adam Matthew. Propriedades do concreto. Tradução: Salvador E. Giamanusso, 2ª Edição, Editora Pini Ltda 1997. SILVA, V. P. Projeto de Estruturas de Concreto em Situação de Incêndio Conforme ABNT NBR 15200:2012. 1ª ed. São Paulo: Blucher, 2012. SOUZA, V. C. M., RIPPER, T. Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto. 1 ed. São Paulo: Pini, 1998. 255p.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ÉRCIO, T. Trincas em edifícios: causas, prevenção e recuperação. 1 ed. São Paulo: Pini, 2000.
 HELENE, P. R. L. Corrosão em armaduras para concreto armado. São Paulo: Pini, 1986.
 MEHTA, P.K.; MONTEIRO, P.J.M. Concreto: microestrutura, propriedades e materiais. São Paulo, IBRACON, 2008.
 MEHTA, P. Kumar; Concreto: estrutura, propriedades, materiais. 1ª edição, Editora Pini Ltda, 1994.
 VITÓRIO, Afonso. Fundamentos da patologia das estruturas nas perícias de Engenharia. Recife: IBAPE, 2003.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL E PENAL MILITAR	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h	
C/H TEÓRICA: 25h	C/H PRÁTICA 0 H/A
<p>EMENTA:</p> <p>Teoria: FUNDAMENTOS: A lei de Processo Penal Militar, Da Polícia Judiciária Militar, DO INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR: Finalidade do Inquérito Policial-Militar, Do Encarregado do IPM, Da formalidade do IPM; DAS MEDIDAS PREVENTIVAS E ASSECURATÓRIAS: Da busca, Da apreensão, Da restituição; DAS PROVIDÊNCIAS QUE RECAEM SOBRE COISAS: Do sequestro, Da hipoteca legal, Do arresto; DAS PROVIDÊNCIAS QUE RECAEM SOBRE PESSOAS: Disposições gerais, Da captura, Da prisão em flagrante, Da prisão preventiva, Do comparecimento espontâneo, Da menagem, Da liberdade provisória; DO CHAMAMENTO AO PROCESSO: Citação, notificação e intimação, Dos atos probatórios, Da qualificação e do interrogatório do acusado, Da confissão, Das perguntas ao ofendido; DAS PERÍCIAS E EXAMES: Objeto da perícia, Apresentação de laudo, Das testemunhas, Da acareação, Do reconhecimento de pessoas e de coisas, Dos documentos, Índícios, DOS PROCESSOS EM ESPÉCIE: Do Processo Ordinário, Dos Processos Especiais, Do “Habeas Corpus”, NULIDADES PROCESSUAIS E RECURSOS: Das nulidades, Dos embargos, Da revisão criminal, Do recurso extraordinário, Lei de Organização Judiciária Militar, Auditoria Militar Estadual; DOS PROCESSOS EM ESPÉCIE: Do Processo Ordinário, Dos Processos Especiais, Do “Habeas Corpus”.</p> <p>Atividade Prática: Realização de Inquérito Policial Militar, através do sistema vigente na Corporação, com prática de confecção de documentos, encaminhamentos, e finalização.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. BRASIL. Decreto Lei nº 1.002 – Código de Processo Penal Militar. Brasília, 1969. BRASIL. Decreto Lei nº 3.689 – Código de Processo Penal . Brasília, 1941.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ASSIS, Jorge Cesar de. Código de processo penal militar anotado: artigos 1º a 169). 2. rev. e atual. até a emenda constitucional n. 45, de 08.12.2004. ed. Curitiba: Juruá, 2007. v. 1 ASSIS, Jorge Cesar de. Código de processo penal militar anotado: artigos 170 a 383). Atualizado de acordo com</p>	



a Constituição Feral de 1988 e a moderna jurisprudência dos Tribunais Militares e Tribunais Superiores. ed. Curitiba: Juruá, 2008. 239 p. (v.2).

BRASIL. Lei nº 8.457 - Lei de Organização Judiciária Militar da União. Brasília, 1992.

Lei Complementar nº 75, Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (dispositivos sobre o Ministério Público Militar). Brasília, 1993.

CHAVES JUNIOR, Edgard de Brito. Legislação Penal Militar. 9ª Ed. Rio, Forense, 2010.

LOUREIRO NETO, José da Silva. Lições de Direito Processual Penal Militar. 3ª Ed. São Paulo. Saraiva. 1997.

NEVES, Cícero Robson Coimbra. Manual de Direito Processual Penal Militar – Volume Único (2020), 4ª edição revista, atualizada e ampliada. Editora: Juspodivm.

NORONHA, Edgard Magalhães. Curso de Direito Processual Penal. 28ª Ed, São Paulo, Saraiva, 2002.

PARANÁ. Constituição do Estado do Paraná. Curitiba, 1989.

PINTO, Antonio Luiz de Toledo, Colab; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos, Colab. Código de processo penal militar: decreto-lei nº 1.002, de 21-10-1969. 10. aum. ed. São Paulo: Saraiva, 1995. 272 p. Lei nº 8.719, de 10 Out 93.

TORNAGHI, Hélio. Curso de Processo Penal. 10ª Ed. São Paulo, Saraiva, 1997. v.1.

TORNAGHI, Hélio. Curso de Processo Penal. 9ª Ed. São Paulo, Saraiva, 1995. v.2.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. 18ª Ed. São Paulo. Saraiva, 2018.

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES PÚBLICAS	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h	
C/H TEÓRICA: 15h	C/H PRÁTICA: 10h
EMENTA:	
<p>Preparar o cadete para o desempenho das funções relativas à comunicação social da corporação e ao marketing institucional. Repassar conhecimentos relacionados à assessoria de imprensa, cerimonial e comunicação no momento de crises, garantindo ao futuro oficial subsídios para manifestar-se publicamente com segurança, de forma assertiva e eficiente. Atribuições do Oficial de Comunicação Social; questões atinentes à assessoria de imprensa no âmbito do CBPMPR; Propaganda e Marketing Institucional no âmbito da CBPMPR; Atribuições e perfil do Oficial Porta-Voz; Solenidades Militares em Geral; Mesas de Honra; Convites; Organização de Eventos; Breve histórico do marketing, Fundamentos de marketing, Legislação pertinente; Marketing na segurança pública, Marketing empresarial e institucional, Marketing de Imagem, Importância da marca para uma instituição; Relacionamento com a mídia, Entrevista Individual, Entrevista Coletiva, Atendimento ao público, Planejamento estratégico da comunicação integrada de marketing, Planejamento de marketing, “Briefing” para uma marca de serviço, Planejamento da campanha de comunicação, Estudos de Caso.</p> <p>A comunicação Oral. Oratória Geral: definição de oratória e sua aplicação na atividade bombeiro militar; análise antes do preparo da fala; o preparo da fala; tipologias de argumentação; como lidar com pessoas ruidosas. Prática de oratória: a utilização eficaz da voz, do olhar, dos gestos e da postura; exercícios de prática de oratória. Compreensão e organização de aulas teóricas ou práticas. Concepção e prática de como ministrar aulas utilizando as técnicas em uso na corporação, bem a utilização correta dos meios auxiliares de instrução. Diferenciação entre planejamento de aula, palestra e discurso.</p>	



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Exército Brasileiro. Manual do Instrutor: manual técnico T 21-250. 3 ed. Brasília., 1997.
FLEMING, R. S. Emergency incident media coverage. Tulsa: Fire Engineering, 2013.
LOBO, Jorge Luís Faria; ZELINSKI, Cesar Renato; BONDARUK, Roberson Luís. Manual do Instrutor da PMPR.1 ed. Curitiba: AVM, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Vade Mecum de Comunicação Social e Cerimonial da Polícia Militar do Paraná. Portaria do Comando Geral nº 447 de 7 de junho de 2011.
BRASIL, Exército Brasileiro. Manual Técnico. Técnicas e Procedimentos de Comunicação Social. 1ed. Brasília, 2017;
BUENO, Wilson da Costa. Comunicação Empresarial: Teoria e Pesquisa. Barueri: Manole, 2003.
EID, Marco Antônio de Carvalho. Entre o poder e a Mídia. São Paulo: M. Books, 2003.
KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane; ROSENBERG, Mônica, Trad; FREIRE, Cláudia, Trad; FERNANDES, Brasil Ramos, Trad. Administração de marketing. 12 .ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 750 p.
KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de marketing; São Paulo: Prentice Hall, 2007.
MAFEI, Maristela. Assessoria de imprensa: como se relacionar com a mídia. São Paulo: Contexto, 2004.
ROSA, Mário. A era do Escândalo: Lições, relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagem. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
TORQUATO, Gaudêncio. Tratado de comunicação organizacional e política. São Paulo: Pioneira e Thomson Learning, 2002.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Manual da Coordenadoria de Imprensa. São Paulo: Sthar-Mar, 2006.

DISCIPLINA: Educação Física Militar IV	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 37h30min	
C/H TEÓRICA: 0 H/A	C/H PRÁTICA: 37h30min
EMENTA:	
Consolidação da aptidão física geral desenvolvida ao longo do curso; integração das capacidades neuromuscular e de força; manutenção da condição física adquirida; estímulo à autonomia no treinamento; preparação final para a atuação profissional, com foco na prontidão física e na sustentação do desempenho em situações de elevada intensidade, por meio do exercício físico orientado. Preparação para a corrida de 400 metros, flexão na barra, flexão de braço no solo, shuttle run e abdominal remador.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
EXÉRCITO BRASILEIRO. Manual de Campanha C 20-20 - Treinamento Físico Militar. 3. ed. Brasília, 2002. GAYTON, Arthur C. Fisiologia Humana. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. McARDLE, W.D. et al. Fisiologia do exercício - Energia, Nutrição e Desempenho humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
COOPER, Kenneth H., Capacidade Aeróbica. 2. ed. Rio de Janeiro: Fórum, 1972. FLECK, Steven J.; KRAEMER, William J. Tradutor RIBEIRO, Jerri Luiz. Fundamentos do Treinamento de Força	



Muscular. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
GAYA, Adroaldo C. A.; et. al. Bases e Métodos do Treinamento Físico-Desportivo. Porto Alegre: Sulina, 1979.

DISCIPLINA: NATAÇÃO IV	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 12h30min	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA: 12h30min
EMENTA: Aperfeiçoamento avançado das técnicas de natação nos estilos crawl e peito, com ênfase na eficiência do nado, resistência cardiorrespiratória, velocidade, coordenação motora e controle respiratório. Aplicação da natação em situações de maior complexidade e exigência física, compatíveis com as atividades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, incluindo deslocamentos prolongados, variações de ritmo e adaptação ao uso de equipamentos. Consolidação da autonomia, segurança e eficácia do deslocamento no meio aquático, visando à plena preparação do discente para as disciplinas profissionalizantes de busca aquática e salvamento aquático. Promoção da aptidão física, da saúde, da disciplina e da prontidão operacional.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FOX, Edward. Bases Fisiológicas da Educação Física e dos Desportos. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991. MACHADO, David Camargo. Metodologia da Natação. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1978. MAGLISCHO, Ernest W. Nadando ainda mais rápido. São Paulo : Manole. 1990.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MARTINS, Flávio Eurico Silveira. Ensino da Natação para principiantes. São Paulo: MEC, 1979.	

DISCIPLINA: SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO - ANÁLISE DE PROJETOS E FISCALIZAÇÕES	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h	
C/H TEÓRICA	C/H PRÁTICA: 25h
EMENTA: A gestão do serviço de segurança contra incêndio voltado à organização e planejamento de um setor de segurança contra incêndio. A inserção do processo de análise de projeto e análise no sistema prevfogo. B.I como ferramentas para o controle de prazos no setor de segurança contra incêndio e pânico. Práticas de análise de projetos e vistorias.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ. Código de segurança contra incêndio e pânico e normas de procedimento técnico do CB/PMPR. Curitiba, 2012. PARANÁ. Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Corpo de Bombeiros. Norma de procedimento administrativo nº 002: projeto técnico e memorial simplificado de prevenção a incêndio e a desastre. Curitiba, 2019. PARANÁ. Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Corpo de Bombeiros. Norma de procedimento técnico nº 04: símbolos gráficos para projeto de segurança contra incêndio. Curitiba, 2018.	



DISCIPLINA: MANEJO E CORTE DE ÁRVORES	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 12h30min	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA: 12h30min
EMENTA: Emprego de técnicas e tática em ocorrências envolvendo corte e poda de árvores. Avaliação inicial, consideração dos riscos, equipamentos, materiais e EPIs necessários. Fatores desestabilizadores intrínsecos como englobamento, nós, peso próprio, arquitetura. Fatores desestabilizadores extrínsecos como terreno ao redor, pragas e parasitas, condições climáticas. Fatores desestabilizadores antrópicos como poda inadequada, anel de Malpighi, lesões no tronco ou raízes. Risco de queda iminente, risco presumido. Manutenção e operação de motosserra, motopoda e machado. Técnicas de poda, dobradiça, balancinho, tirolesa. Abate total, entalhe direcional, corte de abate, filete de ruptura. Técnicas de direcionamento de queda com cordas e tirfor.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CCB. Nota de Instrução nº 03/16 - Procedimento para execução de corte e/ou poda de árvores. 2006 CBPMESP. Manual Técnico de Bombeiro nº 03, 1 ed., 2006. PACHECO, Vinícius Félix. Análise do Risco de Quedas de Árvores. Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT. São Paulo.	

DISCIPLINA: DOCTRINA DE EMPREGO BM	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h	
C/H TEÓRICA: 25h	C/H PRÁTICA:
EMENTA: Estudo da doutrina de emprego bombeiro-militar aplicada ao Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR), com enfoque nos fundamentos conceituais, legais e operacionais que orientam a atuação institucional. Análise da missão constitucional, das competências legais e da estrutura organizacional do CBMPR, bem como dos princípios da hierarquia, disciplina, comando e liderança no contexto das operações de bombeiro-militar. Compreensão dos níveis de emprego operacional (estratégico, tático e operacional), do sistema de comando e controle, da gestão de ocorrências e da coordenação interinstitucional em emergências. Estudo da doutrina de emprego nas principais áreas de atuação do CBMPR, incluindo prevenção e proteção contra incêndios, combate a incêndios urbanos e ambientais, busca e salvamento, atendimento pré-hospitalar, salvamento aquático, atendimento a desastres e operações de defesa civil. Aplicação da doutrina institucional na tomada de decisão, no planejamento, na condução e na avaliação das operações, considerando a segurança das guarnições, a preservação da vida, do patrimônio e do meio ambiente. Análise de lições aprendidas, estudos de casos operacionais, ocorrências de grande vulto e eventos críticos, com vistas à consolidação da identidade profissional, da cultura organizacional e da atuação padronizada do bombeiro-militar do CBMPR.	



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
PARANÁ. Lei nº 22.206, de 29 de novembro de 2024. Dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – CBMPR. Diário Oficial do Estado do Paraná, nº 11797, 29 nov. 2024

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARRAZ, Cilomi Souto. Doutrina da atividade operacional no Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas: da diversidade à unidade. 2015. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais / Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública – CEGESP) – Universidade Estadual de Goiás, Goiânia, 2015.
FEDERAL EMERGENCY MANAGEMENT AGENCY (FEMA). Incident Command System (ICS): Basic Features. Washington, DC: FEMA, 2017.
NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION (NFPA). NFPA 1561 – Standard on Emergency Services Incident Management System and Command Safety. Quincy, MA: NFPA, 2020.

DISCIPLINA: CAPTAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 12h30min

C/H TEÓRICA 12h30min

C/H PRÁTICA

EMENTA:

Viabilização de recursos para o desenvolvimento das atividades das organizações. Sustentabilidade das organizações. Planejamento, estabelecimento de objetivos, confecção de projetos, estudos das fontes, metas, prazos, cronograma, orçamento, prospecção, formatação de projetos, negociação, apresentação de propostas e fidelização das fontes alternativas de captação de recursos. Política de relacionamento com o cliente. Prestação de contas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações introduzidas pelas emendas constitucionais. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Texto atualizado.
BRASIL. Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. Dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 1985.
BRASIL. Congresso Nacional. Manual de emendas parlamentares. Brasília, DF: Congresso Nacional, [s.d.].
BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012. Dispõe sobre a destinação de valores decorrentes da aplicação da pena de prestação pecuniária. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 16 jul. 2012.
BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Corregedoria Nacional de Justiça. Provimento nº 21, de 30 de agosto de 2012. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 31 ago. 2012.
BRASIL. Ministério da Justiça. Edital nº 1/2020 – Chamamento público para seleção de projetos apresentados por órgãos e pessoas jurídicas de direito público estaduais e do Distrito Federal – 2020. Processo nº 08012.001838/2020-45. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2020.
BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria nº 275, de 2021. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2021.
BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria nº 480, de 2021. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2021.
BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria nº 483, de 2021. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2021.
PARANÁ. Constituição (1989). Constituição do Estado do Paraná: promulgada em 5 de outubro de 1989.



Curitiba: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 1989. Texto atualizado.
 PARANÁ. Corpo de Bombeiros Militar do Paraná. Portfólio de captação de emendas parlamentares. Curitiba: CBMPR, [s.d.].

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MONTEIRO, Silveira Mello; OLIVEIRA, Marciano; SACKIEWI, [prenome não informado]. Experiências que deixam marcas: conceitos fundamentais sobre customer. v. 1. [S.l.]: [s.n.], [s.d.].
 ROSS, Aaron; TYLER, Marylou. Receita previsível: como implementar a metodologia revolucionária de vendas outbound que pode triplicar os resultados da sua empresa. 2. ed. rev. e ampl. [S.l.]: [s.n.], [s.d.].

DISCIPLINA: GESTÃO DE PROJETOS E PROCESSOS	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h	
C/H TEÓRICA 25h	C/H PRÁTICA
<p>EMENTA:</p> <p>A disciplina de Gestão de Projetos e Processos tem como objetivo capacitar os Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR) com conhecimentos teóricos e práticos sobre as melhores práticas e metodologias em Gerenciamento de Processos de Negócios (BPM). Voltada para a aplicação do BPM CBOK e alinhada aos padrões da ABPMP, a disciplina abordará o ciclo de vida do processo, desde a modelagem, análise, implementação, monitoramento até a otimização de processos, com um foco especial nas particularidades e necessidades do CBMPR. O objetivo é desenvolver competências para a gestão eficiente de processos, visando a melhoria contínua e a eficácia operacional no contexto do Corpo de Bombeiros. Serão abordados temas como a importância estratégica da gestão por processos, a utilização de ferramentas de modelagem, análise de processos, técnicas de melhoria e otimização, e a implementação de mudanças processuais sustentáveis.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>ASSOCIATION OF BUSINESS PROCESS MANAGEMENT PROFESSIONALS (ABPMP). Guide to the Business Process Management Common Body of Knowledge (BPM CBOK). [S.l.]: ABPMP, [s.d.]. BRITTO, Gart Capote de. BPM para todos: uma visão geral abrangente, objetiva e esclarecedora sobre gerenciamento de processos de negócio. 1. ed. Rio de Janeiro: Gart Capote, 2012. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Gestão por processos. São Paulo: PMESP, 2023. VALLE, Rogério; et al. Gerenciamento de processos de negócios (BPM): conceitos, métodos, casos. Rio de Janeiro: Elsevier, [s.d.].</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>FRANZ, Peter; KIRCHMER, Mathias. Value-driven business process management: the value-switch for lasting competitive advantage. New York: McGraw-Hill, 2012. HARMON, Paul. Business process change: a guide for business managers and BPM and Six Sigma professionals. 3. ed. Burlington: Morgan Kaufmann, 2014.</p>	

DISCIPLINA: GERENCIAMENTO DE OPERAÇÕES DE BUSCA E SALVAMENTO EM ÁREAS REMOTAS	
CARGA HORÁRIA TOTAL 25h	
C/H TEÓRICA	C/H PRÁTICA 25h



EMENTA:

Fundamentos normativos e legais aplicáveis às operações de busca e salvamento em ambientes remotos, com ênfase nas atribuições do oficial como responsável local pela resposta.

Identificação de perigos e avaliação de riscos aplicadas à gestão da operação; análise de viabilidade operacional e definição de níveis de capacidade de resposta.

Estruturação da resposta institucional: reconhecimento de procedimentos operacionais padrão (POP) e planos de resposta para operações em áreas remotas.

Aplicação do Sistema de Comando de Incidentes (SCI), com organização do comando, funções, responsabilidades, sistema de accountability, gestão da segurança, controle do estresse e da fadiga das equipes.

Planejamento operacional: definição de objetivos, estratégias e táticas; elaboração de planos operacionais e planos de ação do incidente; organização de períodos operacionais e gestão do tempo.

Gerenciamento e integração de recursos internos e externos: ativação de especialistas, emprego de ajuda mútua, articulação de interagências e coordenação com recursos aéreos, terrestres e outros meios especializados.

Logística aplicada às operações em áreas remotas: suprimento, comunicações, transporte, apoio às equipes e sustentação de operações prolongadas.

Gestão da informação: coleta, validação, registro, análise e fluxo de informações operacionais, com apoio à tomada de decisão. Critérios para escalonamento de resposta, solicitação de capacidades técnicas especializadas e limitação ou suspensão de operações, com base na análise risco/benefício.

Encerramento da operação, desmobilização, registro documental, avaliação pós-operação e lições aprendidas. Exercícios práticos e estudos de caso voltados à tomada de decisão do oficial em cenários complexos de busca e salvamento em áreas remotas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FRIEDMANN, Raul M. P. Fundamentos de Orientação, Cartografia e Navegação Terrestre. 3. ed. Curitiba: UTFPR, 2009.

MAACK, Reinhard. Geografia física do estado do Paraná. 3 .ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002. 438 p..

IURK, Moisés. O uso técnico de equipamentos certificados para escalada em rocha e cordas de menor diâmetro em operações de resgate em montanha realizadas pelo GOST. 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: atualizada até a Emenda Constitucional nº 99/2017. Brasília, DF: Senado Federal, 2018. Arts. 144 e 280.

BRASIL. Lei nº 11.259, de 30 de dezembro de 2005. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar investigação imediata em caso de desaparecimento de criança ou adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 2005.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. GABAER. Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico (SISSAR). Portaria nº 1162/GC-3. Brasília, DF, 2005.



BRASIL. Comando da Aeronáutica. DECEA. MCA 64-3 – Manual de Busca e Salvamento (SAR). Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. DECEA. SAR-005 – Curso Básico de Busca e Salvamento. Brasília, DF, 2018.

BURNS, Bob; BURNS, Mike. Finding your way using map, compass, altimeter & GPS. Seattle: The Mountaineers Books, 1999.

COSMO – Corpo de Socorro em Montanha. Curso de Resgate em Montanha do Corpo de Socorro em Montanha. Apostila – Parte 1: Coordenação de Busca. Curitiba, PR, 2018.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Curso básico de montanhismo. Centro de Instrução de Operações em Montanha. São João del-Rei, MG, 2011.

IMO; ICAO. Doc. 9731 – NA/958 – Manual Internacional Aeronáutico e Marítimo de Busca e Salvamento (IAMSAR). Vols. I, II e III. Montreal, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Noções básicas de cartografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

KOESTER, Robert J. Lost person behavior: a search and rescue guide on where to look – for land, air and water. Charlottesville: dbS Productions LLC, 2008.

NASAR – National Association for Search and Rescue. Fundamentals of search and rescue. USA: NASAR, 2005.

PARANÁ (Estado). Constituição (1989). Constituição do Estado do Paraná. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, nº 3116, 5 out. 1989.

PARANÁ (Estado). Decreto nº 2.089, de 6 de agosto de 2015. Institui a Política Estadual sobre Pessoas Desaparecidas no Estado do Paraná e dá outras providências. Curitiba, 2015.

PARANÁ. Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. Nota de Instrução nº 004 – BM/3. Regula os procedimentos para a realização de mergulho de segurança pública. Curitiba, PR, 19 ago. 2016.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Diretriz nº 005/2011 – PM/3. Diretriz para gerenciamento de crises. Curitiba, PR, 21 nov. 2011.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Diretriz nº 003/2014 – PM/3. Procedimentos em locais de crimes e preservação de locais de crimes que demandam a realização de exames periciais. Curitiba, PR, 2014.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Portaria nº 040, de 17 de setembro de 2018. Regulamento do Emprego Operacional do Corpo de Bombeiros da PMPR. Curitiba, PR, 2018.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Portaria nº 832/CG-PM/1, de 23 de outubro de 2018. Dispõe sobre a utilização dos Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPAS) no âmbito da PMPR. Curitiba, PR, 2018.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Manual Técnico de Bombeiro nº 33: busca e salvamento em cobertura vegetal de risco. São Paulo, 2006.

RIO DE JANEIRO (Estado). Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Procedimento Operacional Padrão de busca e resgate em matas e montanhas. 1. versão. Rio de Janeiro, RJ, 2013.

TEIXEIRA, Wilson; TOLEDO, Maria Cristina Motta de; FAIRCHILD, Thomas Rich; TAIOLI, Fabio (Orgs.). Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2000. 568 p.

DISCIPLINA: Atendimento Pré-hospitalar IV

CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h

C/H TEÓRICA: 5h

C/H PRÁTICA: 20h

EMENTA:

Compreender o Atendimento Pré-Hospitalar no contexto do Sistema de Comando de Incidentes.
Compreender o papel de Oficial Bombeiro Militar na gestão de ocorrências de APH.

Coordenar operações de Atendimento Pré-Hospitalar.



Compreender o gerenciamento de recursos no cenário da ocorrência, incluindo ambulâncias, equipes, hospitais de referência, aeronaves e meios privados.

Compreender a articulação e a atuação interagências com o SAMU, serviços de saúde, Defesa Civil e demais órgãos de apoio.

Aplicar princípios de comunicação operacional e linguagem médica.

Utilizar modelos estruturados de passagem de informações (IMIST).

Registrar e documentar adequadamente as ações de Atendimento Pré-Hospitalar.

Aplicar ferramentas de tomada de decisão sob estresse em cenários críticos aplicados ao Atendimento Pré-Hospitalar .

Analisar criticamente ocorrências reais de Atendimento Pré-Hospitalar.

Reconhecer a responsabilidade técnica, administrativa e operacional do Oficial em ocorrências de APH e na gestão local do serviço.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

OLIVEIRA, Beatriz Ferreira Monteiro; PAROLIN, Mônica Koncke Fiúza; TEIXEIRA JR., Edison do Vale. Trauma: atendimento pré-hospitalar. Curitiba, ed. Atheneu, 2002.

PARANA, Corpo de Bombeiros. Manual de Atendimento Pré-hospitalar. Curitiba, 2006.

SÃO PAULO. GRAU (Grupo de Resgate e Atenção às Urgências e Emergências). Livro Pré Hospitalar. São Paulo. Ed. Manole, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALFARO, D. ; MATTOS, H. Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado PHTLS. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

AMERICAN HEART ASSOCIATION. Destaques das atualizações direcionadas nas Diretrizes de 2019 da American Heart Association para Ressuscitação Cardiopulmonar e Atendimento Cardiovascular de Emergência.

Disponível em:

https://eccguidelines.heart.org/wp-content/uploads/2019/11/2019-Focused-Updates_Highlights_PTBR.pdf.

Acesso em 8 mar. 20.

CANETTI, Marcelo D.; ALVAREZ, Fernando S. Et al. Manual básico de socorro de emergência. São Paulo:

Atheneu, 2007.

SOUZA, Major Paulo Henrique de (org). Manual Técnico: Salvamento Aquático, Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2014.

DISCIPLINA: COMBATE A INCÊNDIOS IV – ESTRATÉGIA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 37h30min

C/H TEÓRICA 12h30min

C/H PRÁTICA 25h



EMENTA:

Revisão de conteúdo de Combate a Incêndio I e II. O futuro do combate ao incêndio: aplicação de novos métodos e equipamentos. Comando e Controle: aplicação das fases de atendimento e do SCI no incêndio. Simulados de mesa e simulados sem e com fogo aplicado em diversas situações. Efetivo reduzido: como gerenciar. Abastecimento de água: chave de sucesso e fracasso nas operações. Comunicação: diretrizes e práticas para uma efetiva compreensão. Procedimentos operacionais padrão. Estudos de casos de grandes incêndios nacionais e internacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

IFSTA (INTERNATIONAL FIRE SERVICE TRAINING ASSOCIATION). Essentials of fire fighting. 4. ed. Ohio: Fire Protection Publications, 2007.

PARANÁ. Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. Manual de combate a incêndios. Curitiba, 2008.

PARANÁ. Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. Material interativo de combate a incêndio. Curitiba, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMORIM, Walter Vasconcelos. Manual básico para bombeiros. [S.l.]: [s.n.], [s.d.].

SECCO, Orlando. Manual de prevenção e combate a incêndio. v. 1-2. [S.l.]: [s.n.], [s.d.].

DISCIPLINA: PERÍCIA DE INCÊNDIOS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h

C/H TEÓRICA 25h

C/H PRÁTICA

EMENTA:

Investigação de Incêndio; Atuação do Investigador durante o Incêndio; Método Científico da Investigação de Incêndio; Princípios da Técnica de Investigação (características da queima, compreensão da dinâmica do Incêndio); Principais informações a serem obtidas para confecção do laudo pericial; Simulação Computacional de Incêndio; Preservação do local do sinistro, Ciclo Completo de Bombeiro; Dispositivos legais na preservação de local de incêndio; Índícios e vestígios a serem preservados; Procedimentos para preservação do local da ocorrência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DAVID. J. Icové, Gerald A. Haynes. Kirsck's Fire Investigation 8th Edition

DAVID J. Icové, PE, Gerald A. Haynes, JOHN D DE HAAN Forensic Fire Scene Reconstruction 3rd Edition;

JONES, Jon. Fire investigator. Oklahoma-EUA: IFSTA, 2000. 235 p. ISBN 0879391820.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANTONIO CESAR DO PRADO. A perícia de incêndio como instrumento para melhorar a prevenção de incêndios. 2007.

JOSÉ ANTÔNIO MARCANTE. Perícia de incêndios para o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. 2006.



JONATHAN CESAR DO PRADO. A atuação da perícia no Corpo de bombeiros Militar do Paraná. 2013.

NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION. NFPA 1033: standard for professional qualifications for fire investigator. Quincy: NFPA, [s.d.].

NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION. NFPA 1037: standard on fire marshal professional qualifications. Quincy: NFPA, [s.d.].

NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION. NFPA 921: guide for fire and explosion investigations. Quincy: NFPA, [s.d.].

PMPR. Diretriz nº 003/ 2014 – PM/3. Procedimentos em Locais de Crime que demandam a realização de exames periciais. Curitiba. PR. 2014

SILVA, Valmir Belo da; BRAGA, George Cajaty Barbosa. Aplicabilidade da perícia de incêndio na retroalimentação do sistema do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe. São José dos Pinhais: 2019. Mídia digital , PDF. TCCP (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) - APMG, São José dos Pinhais, 2019

SARTE, A. M. Perícia de incêndio: uma abordagem sobre a coleta de amostras sólidas e líquidas em edificações sinistradas pelo fogo. São José, 2009.

TREVILLE SERPA SÁ. Implantação e execução do serviço de perícia de incêndio no CB PMPR. 1996.

DISCIPLINA: SALVAMENTO VEICULAR II	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 12h30min	
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA: 12h30min
EMENTA:	
Emprego de técnicas e tática em ocorrências de acidente de trânsito com vítimas presas nas ferragens envolvendo veículos pesados, blindados, elétricos, híbridos e especiais. Anatomia veicular salientando as diferenças desses veículos para os veículos leves, tecnologias de segurança veicular empregadas nos veículos, riscos envolvidos, segurança durante a operação, estabilização veicular, acesso, desenvolvimento de plano principal e emergencial, técnicas de desencarceramento, extração, protocolo de atendimento.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
DUBAR, Ian. Técnicas de desencarceramento de veículos, 1 ed. Holmatro, 2014.	
CBPMESP. Manual Técnico de Bombeiro nº 51, 1 ed., 2010.	
MOORE, Ronald E. Vehicle Rescue and Extrication. 2. ed. USA: Mosby Jems, 2002.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
MENÊSES, João Adauto Oliveira. Técnicas de Resgate Veicular, 1 ed. Aracaju: Infographics, 2015.	

DISCIPLINA: SALVAMENTO EM VALAS E DESLIZAMENTOS	
CARGA HORÁRIA TOTAL 12h30min	
C/H TEÓRICA	C/H PRÁTICA 12h30min
EMENTA:	
Noções de Mecânica dos Solos; Tipos de Deslizamentos; Composição de equipe; Segurança nas operações; Ferramentas, equipamentos e acessórios; Técnicas Básicas de Carpintaria; Técnicas de Busca; Técnicas de desmanche; Técnicas de Estabilização e Escoramentos; Simulados.	



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9061 - Segurança de escavação a céu aberto.
FAIRFAX COUTY FIRE & RESCUE DEPARTMENT. Technical Rescue Trench Rescue Procedures. 2005.
HIGHLAND, Lynn M., BOBROWSKY, Peter O Manual de Deslizamento - Um Guia para a Compreensão de Deslizamentos. Reston. Geological Survey Circular 1325, 129p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARDOSO. Francisco Ferreira, Sistemas de contenção. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA. Manual do participante do curso de formação de bombeiros cinotécnicos. 2012
DYMINSKI, Andréa Sell. Noções de estabilidade de taludes e contenções - Notas de Aula, Universidade Federal do Paraná.
MARCHETTI, Osvaldemar. Muros de Arrimo. 1a edição, São Paulo, Bluncher 2008.
SNOHOHISH COUTY. Trench rescue manual. 2008

DISCIPLINA: SALVAMENTO EM ESPAÇO CONFINADO

CARGA HORÁRIA TOTAL 25h

C/H TEÓRICA 10h

C/H PRÁTICA 15h

EMENTA:

Introdução ao Espaço Confinado. Normas e regulamentações de EC. Emprego de equipamentos de proteção individual e de proteção respiratória. Riscos atmosféricos e detecção de gases em EC. Controle dos riscos através da ventilação, bloqueio e etiquetagem. Claustrofobia e controle emocional. Fases táticas do atendimento à emergência em espaço confinado. Particularidades do salvamento em silos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 33 – Prevenção e Segurança nos Trabalhos em Espaços Confinados, Brasília. 2006
CBPMESP. Manual Técnico de Bombeiro nº 03, 2 ed., 2006.
DELGADO, Delgin. Rescate em Espacios Confinados - 2ª Edição. Madrid. Editora Desnivel, 2010.

DISCIPLINA: SALVAMENTO EM ÁGUAS RÁPIDAS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h

C/H TEÓRICA

C/H PRÁTICA 25h

EMENTA:

A disciplina visa demonstrar os conceitos e técnicas básicas de salvamento em águas rápidas, qualificando para operar em situações em que há grande fluxo de águas em corpos hídricos. Conhecer a teoria e prática simuladas de salvamento em corredeiras, fases do salvamento, dinâmicas do rio, emprego do equipamento de proteção individual apropriado, conhecer os riscos nas operações. Exercitar a prática de natação, travessia de rio, transposição de obstáculo, arremesso de cabo, resgate de isca viva, vítima ilhada e em veículo.



Resgate com mangueiras, tirolesa aquática e com embarcação. Prática noturna das técnicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DA MACENA, Bruno Eduardo. O conhecimento e a utilização das técnicas de salvamento em águas rápidas em enxurradas pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná. 2015.

SÃO PAULO. Corpo de Bombeiros da Polícia Militar. Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros. São Paulo, 2006.

SOUZA. Paulo Henrique de (Org.). Manual Técnico de Salvamento Aquático do CB/PMMPR. 1. ed. Curitiba: AVM, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SEGERSTROM, Jim. et al. Swiftwater Rescue Technician Advanced Manual. Tradução: Thomas Schoner e Andreia Schoner. Rescue 3 International. Wilton, USA, 2015.

DISCIPLINA: BUSCA E RESGATE EM ESTRUTURAS COLAPSADAS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 25h

C/H TEÓRICA 5h

C/H PRÁTICA 20h

EMENTA:

A disciplina de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas tem a qualificação dos alunos para o Nível Leve (dentro da classificação INSARAG), busca criar nos alunos a capacidade de primeira resposta, cujo desempenho se assemelha nos trabalhos que cumprem a guarnição de unidades operacionais como combate a incêndio, resgate, veículos de salvamento ou ambulância.

Organização e Início da Resposta em Estruturas Colapsadas: definição de Equipe USAR Leve, classificação das Equipes USAR segundo a INSARAG, descrição da Organização básica da Equipe USAR Leve, mencionar as funções dos integrantes de uma Equipe USAR Leve, descrição das etapas de resposta em uma operação USAR Nível Leve e descrição dos níveis em que se divide uma Área afetada. Considerações de Segurança: ameaças que podem enfrentar um resgatista em uma operação de busca e resgate em estruturas colapsadas nível leve, condições e ações inseguras, normas de segurança para as operações da Equipe USAR Leve, classificação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), de acordo com a proteção que oferecem, avaliação das condições de segurança e segurança ante a presença de produtos perigosos. Atendimento Pré-Hospitalar: Mecanismos causadores de lesões em estruturas colapsadas e consequências – síndrome do esmagamento. Ferramentas, Equipamentos e Acessórios (FEA's): definição de ferramentas, equipamentos e acessórios (FEA's), classificação das FEA's segundo seu uso, perigos gerais para o uso e manutenção das FEA's, apresentar as cordas e executar nós, ancoragens e amarrações para acessos verticais em situação de escombros e demonstração e prática do uso das FEA's. Reconhecimento de danos em edificações: descrever edificação e definir seus componentes, explicar tipos de danos e falhas que se podem apresentar em uma edificação, enumerar os níveis de danos, definir espaço vital isolado e mostrar os tipos de colapso. Técnicas de Busca, Localização e Sinalização INSARAG: definição de busca e localização, composição de uma equipe de Busca e Localização, funções de uma equipe de Busca e Localização, recursos necessários para uma equipe de Busca, passos para a Busca e Localização, descrição do Sistema de sinalização INSARAG e demonstrar o procedimento para a busca e localização usando o padrão de busca em paralelo e circular externo e a técnica de chamado e escuta. Resgate em Superfície: estratégias para a remoção de escombros, definição de alavancas e seus componentes, fatores que dominam o levantamento de cargas, procedimentos para levantamento de cargas, técnicas para Resgate Vertical e demonstração na aplicação das técnicas a utilizar na remoção de escombros e o



levantamento de cargas e sua estabilização.
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>INSARAG – International Search and Rescue Advisory Group. Guidelines. ONU, 2015. Operational Field Guide Guidelines V3. ONU, 2015. FEMA - Federal Emergency Management Agency. Urban Search & Rescue-Rescue Field Operations Guide. USA, 2015. U.S. Army Corps of Engineers USAR. Shoring Operations Guide (SOG). USA, 2009.</p>

DISCIPLINA: OPERAÇÕES AÉREAS	
CARGA HORÁRIA TOTAL 12h30min	
C/H TEÓRICA	C/H PRÁTICA 12h30min
<p>EMENTA:</p> <p>Fundamentos das operações aéreas aplicadas ao Corpo de Bombeiros Militar. Doutrina, segurança e gerenciamento de riscos em operações com aeronaves de asas rotativas. Organização, atribuições e responsabilidades da tripulação aérea e das equipes de solo. Balizamento e sinalização de áreas de pouso e decolagem. Noções de meteorologia aplicada à aviação de segurança pública. Emprego de aeronaves em missões de busca e salvamento, remoções aeromédicas, combate a incêndios ambientais e apoio a desastres. Utilização de acessórios e equipamentos aeronáuticos. Integração das operações aéreas com o sistema de comando de incidentes. Segurança operacional e prevenção de acidentes aeronáuticos.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BRASIL. Agência Nacional de Aviação Civil. Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil (RBAC): aplicáveis à aviação de segurança pública. Brasília, DF: ANAC, [s.d.]. BRASIL. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Manual de meteorologia aeronáutica. Rio de Janeiro: DECEA, [s.d.]. FEDERAL AVIATION ADMINISTRATION. Rotorcraft flying handbook. Washington, DC: FAA, [s.d.]. INTERNATIONAL CIVIL AVIATION ORGANIZATION. Helicopter operations manual. Montreal: ICAO, [s.d.].</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BRASIL. Ministério da Defesa. Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos. Manuais de prevenção de acidentes aeronáuticos. Brasília, DF: CENIPA, [s.d.]. KERSUL, J. A. Operações aéreas de segurança pública. São Paulo: Editora Técnica, 2018. NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION. NFPA 1006: standard for technical rescue personnel professional qualifications. Quincy: NFPA, [s.d.]. NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION. NFPA 1670: standard on operations and training for technical search and rescue incidents. Quincy: NFPA, [s.d.]. ORGANIZAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL. Search and rescue manual (IAMSAR). Vols. I, II e III. Montreal: OACI, [s.d.].</p>	

11.2 Plano De Implementação Da Nova Matriz Curricular



O Plano de Implementação da Nova Matriz Curricular do Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar (CFO BM) decorre do processo de emancipação institucional e da reestruturação da duração do curso, que passa de três para dois anos, demandando adequação pedagógica, administrativa e operacional, sem prejuízo à formação técnico-profissional, ética e militar do futuro oficial.

A implementação será conduzida de forma gradual, planejada e supervisionada, assegurando a manutenção dos padrões de excelência do ensino militar, a observância às Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Superior, às normativas internas do CBMPR e aos princípios que regem a educação profissional militar.

A nova matriz curricular resulta de revisão e reorganização dos componentes curriculares, com racionalização da carga horária, supressão de sobreposições de conteúdos, integração interdisciplinar e fortalecimento das disciplinas essenciais à atividade bombeiro militar, com foco no desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes indispensáveis ao exercício do oficialato.

Os cursos em andamento darão continuidade integral ao currículo vigente e regularmente aprovado à época de seu ingresso, não sendo submetidos às alterações ora propostas, garantindo-se segurança jurídica, estabilidade acadêmica e respeito ao planejamento pedagógico originalmente estabelecido.

O novo plano de matriz curricular será implementado exclusivamente para os cursos com ingresso a partir do ano de 2026, aplicando-se, portanto, apenas às novas turmas do CFO BM, sem efeitos retroativos. Para tanto, serão adotadas as medidas administrativas e pedagógicas necessárias à transição institucional, incluindo a atualização dos planos de ensino, dos instrumentos de avaliação e dos processos acadêmicos.

O plano contempla, ainda, a capacitação do corpo docente e dos instrutores, bem como a adequação das metodologias de ensino e aprendizagem à nova organização temporal



do curso, de modo a assegurar coerência entre os objetivos formativos, os conteúdos programáticos e o perfil profissional do egresso.

Por fim, a implementação da nova matriz curricular será submetida a processo contínuo de monitoramento e avaliação, por meio de indicadores acadêmicos, operacionais e disciplinares, possibilitando ajustes pontuais sempre que necessários, assegurando que a redução do tempo de formação represente ganho de eficiência e efetividade, sem comprometer a qualidade, a identidade militar e a missão institucional do Corpo de Bombeiros Militar.

11.3 Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado constitui eixo formativo essencial e componente curricular obrigatório do Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, configurando-se como atividade pedagógica indissociável da formação técnico-profissional militar. Fundamentado no princípio da formação por competências, o estágio promove a integração entre teoria, prática e vivência organizacional, assegurando a consolidação de competências técnico-operacionais, gerenciais, decisórias e comportamentais indispensáveis ao exercício do oficialato.

Desenvolvido de forma sistemática e planejada, paralelamente às disciplinas teóricas e práticas do curso, o Estágio Supervisionado insere os Cadetes, sob orientação de Oficiais supervisores designados, em unidades operacionais, administrativas e especializadas do CBMPR, possibilitando a vivência supervisionada em ambientes reais de trabalho, com níveis progressivos de responsabilidade. Nesse contexto, o estágio favorece a internalização da doutrina institucional, dos valores éticos, da disciplina e da cultura organizacional, bem como



a articulação entre saberes científicos, práticos e tácitos próprios da atividade bombeiro-militar.

O Estágio Supervisionado possui caráter predominantemente formativo e exploratório, visando à observação, compreensão e execução supervisionada de práticas operacionais, administrativas e técnico-preventivas, ao acompanhamento das rotinas institucionais e dos processos decisórios, e ao desenvolvimento do senso de responsabilidade, liderança e tomada de decisão, em consonância com o perfil profissional esperado do egresso do CFO.

A organização, a execução, o acompanhamento e a avaliação do Estágio Supervisionado são disciplinados por Regulamento próprio, conforme ANEXO A, que integra formalmente este Projeto Pedagógico do Curso, assegurando padronização de procedimentos, coerência pedagógica e aderência às diretrizes institucionais e acadêmicas que orientam a formação superior do Oficial Bombeiro Militar.

11.4 Trabalho De Conclusão De Curso (TCC)

O Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná tem como avaliação final obrigatória a elaboração e a defesa de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), componente curricular estruturante da formação superior dos Cadetes. Concebido como instrumento de consolidação da formação acadêmica, profissional e científica, o TCC promove a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e prática profissional, contribuindo para o desenvolvimento de competências investigativas, analíticas e técnico-científicas essenciais ao exercício das funções de comando, gestão e tomada de decisões.

O TCC consiste em trabalho individual de natureza monográfica, técnica e científica, resultante de pesquisa orientada, com temática vinculada às áreas de concentração do curso,



às demandas institucionais do CBMPR e às diretrizes da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública (MACUNA). Sua elaboração tem início com a disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica, por meio da apresentação de um pré-projeto de pesquisa, submetido à apreciação institucional quanto à pertinência acadêmica, relevância institucional e interesse público. O desenvolvimento do trabalho ocorre ao longo do curso, conforme cronograma definido em regulamento próprio.

Como etapa de avaliação parcial, o Cadete deverá apresentar o andamento do TCC, demonstrando a revisão de literatura, o referencial teórico e as referências bibliográficas utilizadas, sendo avaliado por meio de conceito de apto ou inapto. A avaliação final será realizada mediante defesa pública do trabalho perante banca examinadora composta por três membros, incluindo o orientador, podendo integrar a banca Oficiais do CBMPR, da PMPR ou docentes da UNESPAR, todos com notório conhecimento na área temática.

O processo de elaboração do TCC será orientado pelas áreas de concentração e linhas de pesquisa da MACUNA, conduzindo o Cadete à investigação de temas relevantes aos âmbitos operacional, administrativo, doutrinário ou preventivo da atividade bombeiro-militar. Além de sua função acadêmica, o TCC possui finalidade institucional e estratégica, contribuindo para o aprimoramento de processos internos, o desenvolvimento doutrinário, o aperfeiçoamento de práticas profissionais e o fortalecimento da produção de conhecimento aplicado ao Corpo de Bombeiros Militar do Paraná. O Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso do CFO/BM, que disciplina normas, procedimentos, prazos e critérios de avaliação, integra formalmente o Projeto Pedagógico do Curso no ANEXO B.

11.5 Atividades Acadêmicas Complementares (AAC)



As Atividades Complementares do Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná constituem componente curricular obrigatório, de caráter formativo e estratégico, destinado a complementar a formação acadêmica, militar, física, científica, cultural e social dos Cadetes. Tais atividades visam ao desenvolvimento integral do futuro Oficial, promovendo qualidade de vida, saúde, disciplina, liderança, espírito de corpo, integração institucional e fortalecimento dos valores cívicos e militares.

As Atividades Complementares organizam-se em modalidades, destacando-se as Atividades Esportivas Especializadas e as Atividades Científicas, Culturais e Militares. As atividades esportivas especializadas compreendem a prática sistematizada de modalidades individuais e coletivas, desenvolvidas regularmente sob orientação técnica de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná ou da Polícia Militar do Paraná, com foco na formação física, no trabalho em equipe e na representação institucional do CBMPR em competições oficiais entre Academias Militares Estaduais.

As Atividades Científicas, Culturais e Militares englobam a execução de manobras e instruções militares de campo, a participação em solenidades cívico-militares e eventos institucionais, bem como a participação em atividades científicas e culturais, tais como simpósios, seminários, palestras, eventos acadêmicos e manifestações artísticas e sociais pertinentes à formação do Oficial Bombeiro Militar. Essas atividades contribuem para o preparo militar, o fortalecimento da identidade institucional e a ampliação da formação acadêmica e cultural.

A organização, a coordenação, o acompanhamento e o aproveitamento das Atividades Complementares são disciplinados em regulamento próprio, integrante deste Projeto Pedagógico, cabendo à Coordenação do Curso e à Divisão de Ensino da ESBM a definição das modalidades ofertadas, o controle de frequência, a avaliação formativa e a supervisão das atividades, observadas as normas institucionais vigentes.



A carga horária denominada “À Disposição da Coordenação” não integra a carga horária curricular do Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares. Trata-se de tempo destinado ao atendimento de demandas administrativas, operacionais e logísticas inerentes à rotina da organização militar, voltadas, entre outras atividades, à manutenção e conservação das instalações, realização de pequenos reparos, organização de ambientes, adequações estruturais e demais atividades eventuais que requeiram a participação dos Cadetes, conforme a necessidade e o planejamento da Coordenação do Curso. Essas atividades possuem caráter institucional e organizacional, não sendo computadas para fins de integralização curricular, acadêmica ou de carga horária mínima do curso.

Os critérios, a carga horária, as modalidades e os procedimentos para a integralização das Atividades Acadêmicas Complementares (AAC) do curso encontram-se detalhadamente descritos no Anexo C deste Projeto Pedagógico de Curso, no qual são estabelecidas as normas para planejamento, validação, registro e acompanhamento dessas atividades, em conformidade com a legislação educacional vigente e com as diretrizes institucionais aplicáveis.

11.6 Atividades Curriculares de Extensão (ACE)

A Curricularização da Extensão no Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná constitui componente curricular obrigatório, integrado ao Projeto Pedagógico do Curso, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação, com a Resolução CNE/CES nº 7/2018, com o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e com as normativas institucionais vigentes da Universidade Estadual do Paraná, em especial a Resolução UNESPAR nº 031/2024.



As atividades de extensão do CFO são estruturadas por meio das Atividades Curriculares de Extensão e dos estágios com caráter extensionista, desenvolvidos em articulação com os componentes curriculares, sem implicar aumento da carga horária total do curso, assegurando o cumprimento do percentual mínimo de 10% da carga horária total destinada à extensão. Tais ações observam os princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, da relação dialógica com a sociedade e da atuação junto à comunidade externa, atendendo às modalidades, finalidades, critérios de acompanhamento, registro e controle estabelecidos na legislação educacional vigente e na normativa institucional da UNESPAR.

As Atividades Curriculares de Extensão (ACE) e os estágios com caráter extensionista têm como finalidade promover a interação transformadora entre o Corpo de Bombeiros Militar do Paraná e a sociedade, garantindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, por meio da aplicação prática dos conhecimentos técnico-profissionais, do fortalecimento da formação cidadã e do desenvolvimento de competências operacionais, éticas, sociais, gerenciais e decisórias inerentes à atuação do Oficial Bombeiro-Militar.

Em estrito cumprimento à Resolução nº 031/2024 – CEPE/UNESPAR, a curricularização da extensão no CFO é estruturada predominantemente na modalidade ACE II. Esta modalidade compreende a participação dos discentes como integrantes da equipe executora em programas e projetos de extensão devidamente registrados nas Divisões de Extensão e Cultura da ESBM/UNESPAR. As atividades denominadas 'estágios com caráter extensionista' possuem finalidade formativa específica de interação dialógica com a sociedade e não se confundem, para fins de registro e contagem de carga horária, com o Estágio Supervisionado regular do curso. Todas as ações de extensão deverão derivar de Projetos de Extensão propostos pelos instrutores e formalmente registrados no departamento competente da ESBM, garantindo a transparência na creditação das 300 horas destinadas a este fim.



A carga horária destinada à extensão no CFO é integralizada de forma articulada às atividades acadêmicas e operacionais do curso, conforme previsto no Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão (Anexo D), por meio das seguintes modalidades:

COMPONENTE	INTEGRALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA
Atividades Curriculares de Extensão (ACE)	100 horas a serem integralizadas em projetos de extensão desenvolvidos na ESBM ou outras localidades.	100
Estágios com caráter extensionista	200 horas de estágios com caráter extensionista, com atuação prática junto à comunidade, incluindo ações preventivas, educativas e operacionais.	200
TOTAL		300

Os estágios com caráter extensionista mantêm a natureza de estágio supervisionado com finalidade formativa específica, distinta do Estágio Supervisionado regular do curso, o qual possui regulamento próprio e carga horária independente, não se confundindo com as Atividades Curriculares de Extensão regulares.

A carga horária total destinada à extensão no Curso de Formação de Oficiais corresponde a 300 (trezentas) horas, integralizadas por meio das Atividades Curriculares de Extensão e dos estágios com caráter extensionista previstos no Regulamento específico, conforme detalhado no Anexo D deste Projeto Pedagógico do Curso.



As atividades de extensão e os estágios com caráter extensionista são planejados, organizados, acompanhados e supervisionados institucionalmente pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, com coordenação acadêmica da Escola Superior de Bombeiro Militar (ESBM), sob a supervisão direta de Oficiais formalmente designados, observadas diretrizes específicas próprias. O controle da integralização da carga horária ocorre por meio do registro de frequência e da comprovação da participação efetiva dos Cadetes nas atividades desenvolvidas, não havendo atribuição de conceito ou nota, mas a verificação do cumprimento da carga horária estabelecida e dos objetivos extensionistas definidos.

Dessa forma, a curricularização da extensão no CFO consolida-se como elemento estruturante da formação do Oficial Bombeiro-Militar, fortalecendo a integração institucional com a sociedade, qualificando a atuação preventiva e operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná e contribuindo para a formação técnica, ética, cidadã e social dos egressos.

A regulamentação específica da curricularização da extensão no Curso de Formação de Oficiais encontra-se detalhada no Anexo D do presente Projeto Pedagógico do Curso, no qual são estabelecidos os critérios, as modalidades, os procedimentos de planejamento, execução, acompanhamento, registro e integralização das Atividades Curriculares de Extensão e dos estágios com caráter extensionista, em conformidade com as diretrizes institucionais e a legislação educacional vigente.

12. RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PPC

12.1 Recursos Físicos, Bibliográficos e de Laboratórios Existentes

Espaços próprios do Curso	Quantidade
Sala para disciplinas de turmas divididas	04
Salas de aulas	09
Salas de permanência e atendimento para discentes	02
Sala de Coordenação de Curso, Coordenação de TCC, Coordenação de Estágio e Coordenação da Extensão.	02
Laboratório de Práticas de Ensino (Projetos, Pibid, Residência Pedagógica).	04

12.2 Quadro de Servidores

12.2.1 Coordenação de Curso

COORDENADOR DO CURSO				
Nome	Graduação	Titulações	Carga horária semanal dedicada à Coordenação do Colegiado de Curso	Regime de Trabalho
Maj. QOBM Luís Eduardo Zarpellon	Engenharia Mecânica	Mestrado e Doutorado em Engenharia Química	45 h	TIDE

12.2.2 Núcleo Docente Estruturante

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)				
Numeração sequencial	Nome do Docente	Graduação e Pós-Graduação Mestre Doutor	Titulação	Regime de Trabalho
1.	Ten.-Cel. QOBM Eduardo Gomes Pinheiro	Bacharel em Segurança Pública, Mestrado, Doutorado e Pós Doutorado em em Gestão Urbana	Doutor	TIDE
2.	Maj. QOBM Luís Eduardo Zarpellon	Engenharia Mecânica, Mestrado e Doutorado em Engenharia Química	Doutor	TIDE
3.	Cap. QOBM Tamires Silva Pereira	Pedagogia, Pós-Graduação em Comunicação e Oratória, Docência Do Ensino Superior, Pedagogia Empresarial, Coaching Educacional	Especialista	TIDE

4.	Cap. QOBM Luiz Henrique Wojciechowski	Bacharel em Segurança Pública, Pós-Graduação em Atendimento Pré-Hospitalar Policial, Direito Militar	Especialista	TIDE
5.	Cap. QOBM Filipe Borlot Peixoto	Educação Física, Pós-Graduação em Gestão Pública.	Especialista	TIDE
6.	Cap. QOBM Lucas Schramm	Engenharia de Produção, Pós Graduação em Proteção e Defesa Civil, Segurança Pública, Direito Militar, Direitos Humanos e Segurança Pública	Especialista	TIDE
7.	1º Ten. QOBM Matheus Venturini Pivotto	Bacharel em Segurança Pública, Pós Graduação em Gestão de Processos	Especialista	TIDE
8.	1º Ten. QOBM Renata Camargo das Neves	Farmácia, Pós Graduação em Liderança e Gestão De Pessoas, Administração Pública	Especialista	TIDE

12.2.3 Corpo Docente

PROFESSORES EFETIVOS					
Numeração sequencial	Nome do Docente	Graduação e Pós-Graduação Mestre Doutor	Carga horária Curso	Titulação	Regime de Trabalho
1.	Ten.-Cel. QOBM Daniel Lorenzetto	Turismo	45	Mestre	TIDE
2.	Ten.-Cel. QOBM Icaro Gabriel Greinert	História	15	Especialista	TIDE
3.	Ten.-Cel. QOBM Marcelo Godoy da Silva	Direito	30	Especialista	TIDE
4.	Maj. QOBM Alexandre Crepliv Zem	Engenharia Civil	15	Especialista	TIDE
5.	Maj. QOBM Alexandre Mançano Cavalca	História	90	Especialista	TIDE
6.	Maj. QOBM Alexis Iverson Martins	Engenharia Mecânica	90	Especialista	TIDE
7.	Maj. QOBM Anderson Gomes das Neves	Teologia	15	Especialista	TIDE
8.	Maj. QOBM Eduardo Luiz Sartoli de Castro	Engenharia Civil	45	Especialista	TIDE
9.	Maj. QOBM Eriksen Mafra	Direito, Mestrado Profissional em Segurança e Defesa Civil	105	Mestre	TIDE
10.	Maj. QOBM Fernando Tratch	Fabricação Mecânica	30	Especialista	TIDE
11.	Maj. QOBM Franciane Alves Siqueira	Psicologia, Mestrado em Psicologia	60	Mestre	TIDE

12.	Maj. QOBM Geovana Angeli Messias	Tecnologia em Móveis, Engenharia de Produção.	15	Especialista	TIDE
13.	Maj. QOBM Luís Eduardo Zarpellon	Engenharia Mecânica, Mestrado e Doutorado em Engenharia Química	120	Doutor	TIDE
14.	Maj. QOBM Mikeil Petrus Abi-Abib	Direito	135	Especialista	TIDE
15.	Maj. QOBM Olesh Iwanowytsh Kadlubitshkyi Kindra	Educação Física	45	Especialista	TIDE
16.	Maj. QOBM Thiago Willam Tolentino Schinzel	Fabricação Mecânica	30	Especialista	TIDE
17.	Cap. QOBM Allyson Fernando Soares	Bacharel em Segurança Pública	30	Especialista	TIDE
18.	Cap. QOBM Bruno Zirpoli de Mattos	História	75	Especialista	TIDE
19.	Cap. QOBM Douglas de Araújo Trevisan	Administração	30	Especialista	TIDE
20.	Cap. QOBM Ericka Luana Ferreira Ramos	Direito	45	Especialista	TIDE
21.	Cap. QOBM Gilson José Diniz	Tecnologia em Gestão Pública	15	Especialista	TIDE
22.	Cap. QOBM Guilherme Renato Hreczuck	Administração	120	Especialista	TIDE
23.	Cap. QOBM Gustavo Henrique Ferreira Alves	Administração	75	Especialista	TIDE
24.	Cap. QOBM Gustavo Zanella	Educação Física	30	Especialista	TIDE
25.	Cap. QOBM Henrique Biss Bortolini	Administração	120	Especialista	TIDE
26.	Cap. QOBM Jackson Alexandre Machado	Bacharel em Segurança Pública	30	Especialista	TIDE
27.	Cap. QOBM Leonardo	Direito	30	Especialista	TIDE

	Rozwalka Vieira				
28.	Cap. QOBM Lucas Henrique Alves da Rosa Gross	Engenharia Civil, Mestrado Acadêmico em Engenharia Civil	105	Mestre	TIDE
29.	Cap. QOBM Lucas Schramm	Engenharia de Produção	30	Especialista	TIDE
30.	Cap. QOBM Luiz Henrique Wojciechowski	Bacharel em Segurança Pública	30	Especialista	TIDE
31.	Cap. QOBM Mariana Michele Coutinho da Silva	Educação Física	60	Especialista	TIDE
32.	Cap. QOBM Maurício Batista Dubas	Bacharel em Segurança Pública	60	Especialista	TIDE
33.	Cap. QOBM Rafael Lechinowski Calsavara	Direito, Mestrado em Planejamento e Governança Pública	135	Mestre	TIDE
34.	Cap. QOBM Roberson Costa Spagnol	Educação Física	120	Especialista	TIDE
35.	Cap. QOBM Tamires Silva Pereira	Pedagogia	120	Especialista	TIDE
36.	Cap. QOBM Xisto André Frazatto dos Santos	Engenharia Civil, Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade	45	Mestre	TIDE
37.	1º Ten. QOBM André Perine Gomes de Araujo	Biologia	30	Especialista	TIDE
38.	1º Ten. QOBM Cícero Navega Vianna	Bacharel em Segurança Pública	15	Especialista	TIDE
39.	1º Ten. QOBM Eduardo Ortiz Novinski	Bacharel em Segurança Pública	30	Especialista	TIDE
40.	1º Ten. QOBM Elvi José Stofella Neto	Engenharia Mecânica	60	Especialista	TIDE
41.	1º Ten. QOBM Fellipe Pacheco dos Santos Lima	Gestão Pública	15	Especialista	TIDE
42.	1º Ten. QOBM Gabriel	Educação Física	90	Especialista	TIDE

	Martins Marcondes				
43.	1º Ten. QOBM Gabriel Vinicius Medeiros de Oliveira	Ciências Econômicas	30	Especialista	TIDE
44.	1º Ten. QOBM Matheus Venturini Pivotto	Bacharel em Segurança Pública	105	Especialista	TIDE
45.	1º Ten. QOBM Renata Zanetti do Nascimento	Engenharia Civil	30	Especialista	TIDE
46.	1º Ten. QOBM Rodrigo Guilherme Malaquias da Silva	Bacharel em Segurança Pública	30	Especialista	TIDE



13. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública (MACUNA)*. Brasília: SENASP, s.d.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)**. Ensino Fundamental. Brasília. MEC/SEF, 1998.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação CEE-PR nº 04/2006**. Institui as Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2006.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 3, de 03 de julho de 2007**, que dispõe sobre Procedimentos a serem adotados quanto ao Conceito de Hora-aula e dá outras Providências. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2007.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014.

_____. **Lei nº 22.206, de 29 de novembro de 2024**. Dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – CBMPR. Diário Oficial do Estado do Paraná, 29 nov. 2024.

MAGALHÃES, H.: Indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão: tensões e desafios. In: **ETD - Educação Temática Digital 8** (2007), 2, pp. 168-175. Disponível em: < <http://nbnresolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-73594> >.

_____. **Lei Estadual nº 13.283 de 25 de outubro de 2001 para Criação da Unespar**. Curitiba, Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. **Lei Estadual nº 17.590 de 12 de junho de 2013 para Credenciamento da Unespar**. Curitiba, Conselho Nacional de Educação, 2013.



_____. Conselho Estadual da Educação. **Decreto Estadual nº 9.538 de 5 de dezembro de 2013**. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 2013.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação CEE/PR nº 02/2015: Normas estaduais para a Educação em Direitos Humanos**. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 2015.



14. ANEXOS

ANEXO A REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS BOMBEIROS MILITARES

CAPÍTULO I DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º O Estágio Supervisionado do Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares (CFO) constitui componente curricular obrigatório, de natureza teórico-prática, integrante da matriz curricular do curso, tendo por finalidade a articulação entre os conhecimentos acadêmicos e a prática profissional no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR).

Art. 2º O Estágio Supervisionado visa à formação profissional do futuro Oficial Bombeiro Militar, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, as normas institucionais da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e os regulamentos internos do CBMPR.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 3º São objetivos do Estágio Supervisionado:

I – Proporcionar ao Cadete a vivência prática das atividades operacionais, administrativas e de gestão desenvolvidas no âmbito do CBMPR, promovendo a integração entre teoria e prática;



II – Possibilitar o acompanhamento e a participação supervisionada em ocorrências reais, atividades de gerenciamento operacional, fiscalização do efetivo e demais atribuições inerentes ao Oficial Bombeiro Militar;

III – Desenvolver competências técnicas, profissionais, éticas, comportamentais e de liderança compatíveis com o perfil do egresso do CFO;

IV – Avaliar a efetividade dos conteúdos doutrinários, técnicos e científicos ministrados ao longo do curso, por meio da análise do desempenho do Cadete no ambiente profissional;

V – Favorecer a formação crítica e reflexiva do futuro Oficial, com base na observação, análise e execução supervisionada das atividades institucionais.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO ESTÁGIO

Seção I

Dos Períodos de Realização

Art. 4º O Estágio Supervisionado será realizado em períodos definidos no calendário acadêmico do curso, observados:

I – A matriz curricular vigente;

II – A compatibilidade com as demais atividades acadêmicas;

III – O interesse institucional do CBMPR;

IV – O planejamento pedagógico da Escola Superior de Bombeiro Militar (ESBM).

Art. 5º A gestão acadêmica e administrativa do Estágio Supervisionado caberá à Coordenação do Curso, sob supervisão do Comandante da ESBM.



Seção II

Dos Locais de Estágio

Art. 6º O Estágio Supervisionado poderá ser desenvolvido:

I – Nas unidades e subunidades operacionais e administrativas do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, em Curitiba e Região Metropolitana.

II – Em programas institucionais específicos, tais como operações sazonais, projetos especiais e atividades preventivas, desde que vinculadas aos objetivos acadêmicos do curso.

Art. 7º A definição dos locais de estágio observará critérios pedagógicos e institucionais, mediante autorização da ESBM e, quando necessário, homologação do Comando-Geral do CBMPR.

Seção III

Dos Dias e Horários

Art. 8º O Estágio Supervisionado será realizado, preferencialmente:

I – Às sextas-feiras, das 20h às 8h do sábado subsequente;

II – Aos sábados, das 8h às 8h do domingo subsequente;

III – Aos domingos e feriados, das 8h às 20h do mesmo dia, conforme escalas individuais de serviço.

Art. 9º Os dias e horários poderão ser ajustados conforme a natureza das atividades, eventos institucionais ou necessidades acadêmicas.



Art. 10 Poderá haver realização de estágio em dias úteis, desde que não comprometa a rotina acadêmica regular, mediante autorização da Coordenação do Curso.

Art. 11 A participação em operações institucionais específicas observará regulamentação própria, respeitado o planejamento acadêmico.

Seção IV

Da Uniformização e dos Equipamentos

Art. 12 O Cadete deverá apresentar-se devidamente uniformizado, conforme os padrões institucionais do CBMPR.

Art. 13 Para atividades operacionais, será obrigatório o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) compatíveis com a natureza da atividade, incluindo, quando aplicável, conjunto de combate a incêndio estrutural, capacete, botas, luvas e demais itens regulamentares.

Art. 14 O uso adequado dos EPIs constitui condição indispensável para a participação no Estágio Supervisionado.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO CADETE ESTAGIÁRIO

Art. 15 Compete ao Cadete estagiário:

I – Conhecer e cumprir as normas institucionais e operacionais da unidade concedente;

II – Observar e participar, de forma supervisionada, das atividades operacionais e administrativas desenvolvidas;



III – Apresentar-se no local de estágio com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do início das atividades;

IV – Manter postura ética, disciplina, hierarquia e conduta compatíveis com a formação profissional;

V – Elaborar e encaminhar o Relatório de Estágio, conforme modelo e prazo definidos pela Coordenação do Curso;

VI – Comunicar imediatamente à Coordenação do Curso quaisquer ocorrências relevantes;

VII – Cumprir as atividades designadas de acordo com seu nível de formação, respeitadas as limitações pedagógicas e operacionais.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DA UNIDADE CONCEDENTE

Art. 16 Compete à unidade concedente do estágio:

I – Proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades;

II – Designar Oficial responsável pela supervisão direta do Cadete;

III – Orientar o estagiário quanto às rotinas operacionais, administrativas e de gestão;

IV – Avaliar o desempenho do Cadete por meio de relatório próprio;

V – Comunicar à Coordenação do Curso quaisquer ocorrências relevantes;

VI – Garantir o cumprimento das normas de segurança e o uso obrigatório de EPIs.

CAPÍTULO VI



DAS ATRIBUIÇÕES DA ESCOLA SUPERIOR DE BOMBEIRO MILITAR

Art. 17 Compete à ESBM:

- I – Planejar, coordenar e supervisionar o Estágio Supervisionado;
- II – Manter interlocução com as unidades concedentes e com a UNESPAR;
- III – Orientar os Cadetes quanto às normas, procedimentos e instrumentos avaliativos;
- IV – Analisar os relatórios dos discentes e dos supervisores;
- V – Acompanhar o desempenho acadêmico-operacional dos estagiários;
- VI – Adotar as providências acadêmicas cabíveis diante de ocorrências relevantes.

CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO

Art. 18 O Estágio Supervisionado será avaliado com base nos seguintes critérios:

- I – Frequência e cumprimento da carga horária prevista;
- II – Desempenho técnico, comportamental e ético;
- III – Relatório de Estágio elaborado pelo Cadete;
- IV – Relatório de Avaliação do Supervisor de Estágio.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Art. 19 O Cadete estagiário não substituirá profissionais efetivos, atuando sempre sob supervisão.

Art. 20 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Coordenação do Curso, pela ESBM e, quando pertinente, pela UNESPAR.

Art. 21 Este Regulamento integra o Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares.



ANEXO B

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO 1

NATUREZA E OBJETIVO

Art. 1º O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é um trabalho de natureza monográfica, técnica e científica elaborado individualmente pelos Cadetes concluintes do Curso de Formação de Oficiais (CFO/BM) do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMMPR).

Parágrafo único. O Trabalho de Conclusão do Curso constitui-se em uma Monografia, resultante de uma pesquisa, sob orientação de um Oficial do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMMPR), da Polícia Militar do Paraná (PMMPR) ou professor dos quadros da UNESPAR, em uma das linhas de pesquisa definidas por este regulamento.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão do Curso atende a objetivos determinados:

I- Capacitar o Cadete para a elaboração de pesquisas nas áreas de concentração do curso, cabendo a ele escolher uma destas áreas para pesquisar;

II- Estimular a produção científica de bombeiros militares com relação a temas específicos da prática profissional em segurança pública e resposta a emergências.

III- Permitir ao Cadete correlacionar e aprofundar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso;

IV- Propiciar ao Cadete conhecer o processo de investigação e todas as etapas da pesquisa;



V- Investigar problemas relevantes ao CBMPR, à segurança pública, à gestão de emergências e às áreas afins do conhecimento que fundamentam o exercício da função de comando, gestão e tomada de decisões.

CAPÍTULO 2

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

Art. 3º O TCC deve adequar-se aos Eixos Articuladores, bem como enquadrar-se em uma das Áreas Temáticas da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública (MACUNA)

Art. 4º Conforme item 1.5.1 da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública (MACUNA) são eixos articuladores:

- a) Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública;
- b) Sociedade, Poder, Estado e Espaço Público e Segurança Pública;
- c) Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública;
- d) Diversidade Étnico sociocultural, Conflitos e Segurança Pública.

Art. 5º Conforme item 1.5.2 da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública (MACUNA) são áreas temáticas:

- a) Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública;
- b) Violência, Crime e Controle Social;
- c) Conhecimentos Jurídicos;



- d) Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos;
- e) Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador;
- f) Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública;
- g) Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva;
- h) Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.

CAPÍTULO 3

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 6º O TCC **deve** ser desenvolvido a partir de um dos itens abaixo:

I- De cunho científico, no qual o acadêmico discute um tema, com o intuito de realizar uma análise crítica do tema proposto, a partir das contribuições de diferentes pesquisadores.

II- De natureza teórica e empírica, em que o acadêmico elabora, ao lado da pesquisa teórica, uma pesquisa de campo, levantando dados primários e secundários, entrando em contato direto com o universo do seu objeto de estudo, fundamentando assim, a discussão teórica a partir de dados primários catalogados pelo próprio Cadete.

Parágrafo único. As pesquisas relacionadas com seres humanos estarão sujeitas às normas estabelecidas pelo CEP - Comitê de Ética em Pesquisa da ESBM.



Art. 7º A elaboração do TCC iniciará a partir de leituras prévias e da escrita de um pré-projeto de pesquisa desenvolvido sob a orientação do instrutor da disciplina de "Metodologia da Pesquisa Científica".

§ 1º O instrutor da disciplina de "Metodologia da Pesquisa Científica" será designado como Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso pelo restante do curso.

§ 2º Ao término da disciplina de "Metodologia da Pesquisa Científica", o pré-projeto do TCC deverá ser entregue à Divisão de Ensino da ESBM para apreciação, aprovação ou indeferimento do tema proposto, observada a conveniência e a oportunidade do interesse público, a pertinência institucional e a aderência às diretrizes acadêmicas e às demandas estratégicas do CBMPR.

Art. 8º O tema central, bem como as articulações apresentadas não poderão ser modificadas até a apresentação do trabalho, salvo justificativa plausível, no entanto, o título poderá sofrer alterações até a apresentação da versão final para depósito e encaminhamentos.

Art. 9º O TCC deverá ser elaborado individualmente pelo Cadete com a orientação de um Oficial do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, da Polícia Militar do Paraná, ou docente dos quadros da UNESPAR, todos com notório conhecimento na temática abordada, que deverá ser indicado no ato de entrega do pré-projeto.

Art. 10º O TCC deve ter estrutura e corpo textual de acordo com as normas vigentes da ABNT, conforme disponibilizado aos Cadetes.

Art. 11º O prazo para elaboração e apresentação do TCC será de dois semestres ou 1 (um) ano letivo, de acordo com o Projeto Pedagógico do CFO/BM, não podendo ultrapassar os prazos previstos no calendário das atividades de ensino.



CAPÍTULO 4

DO ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO PARCIAL E DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 12º Próximo ao término do primeiro semestre do segundo ano do CFO/BM, durante a disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso – Pesquisa”, o Cadete deverá apresentar o andamento do Trabalho de Conclusão de Curso, demonstrando, obrigatoriamente:

I – a revisão de literatura realizada até o momento;

II – o referencial teórico construído;

III – as referências bibliográficas utilizadas, conforme normas vigentes da ABNT.

Parágrafo único. A avaliação desta etapa será realizada pelo Coordenador de TCC, sendo atribuído ao Cadete o conceito “apto” ou “inapto”.

Art. 13º O Cadete considerado inapto na apresentação do andamento do TCC terá o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para realizar nova apresentação.

Parágrafo único. Persistindo a inaptidão após a reapresentação, o Cadete será considerado reprovado na disciplina, aplicando-se o disposto na portaria de ensino vigente no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, bem como as normas acadêmicas aplicáveis.



CAPÍTULO 5

DA BANCA EXAMINADORA E DA DEFESA DO TCC

Art. 14º As defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso serão agendadas pela Coordenação do CFO/BM, em acordo com o Coordenador do TCC, observando o calendário acadêmico vigente.

Parágrafo único. A data limite para a realização das defesas será de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias antes da data da solenidade de formatura do Aspirantado do ano letivo correspondente.

Art. 15º A banca examinadora do TCC será composta por três membros, assim distribuídos:

I – um membro indicado pelo Cadete, após prévio contato, podendo ser Oficial do CBMPPR, da PMPR ou docente dos quadros da UNESPAR, todos com notório conhecimento na temática abordada;

II – um membro indicado pela Divisão de Ensino da ESBM;

III – o orientador do TCC, que integrará a banca na condição de membro avaliador.

Parágrafo único. A composição da banca estará condicionada à anuência do orientador e à homologação pela Divisão de Ensino da ESBM.

Art. 16º Após a confirmação da banca examinadora, o Cadete deverá encaminhar, em formato digital (PDF), cópia do TCC aos membros da banca.



Parágrafo único. O envio do trabalho deverá ocorrer com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data da defesa.

Art. 17º A defesa do TCC ocorrerá em sessão pública, obedecendo à seguinte organização temporal:

I – até 15 (quinze) minutos, prorrogáveis por mais 5 (cinco) minutos, para exposição oral do Cadete;

II – até 20 (vinte) minutos para arguição do Cadete pelos membros da banca examinadora, tempo este a ser distribuído entre os avaliadores;

III – até 20 (vinte) minutos para deliberação da banca examinadora, realizada em ambiente reservado.

Parágrafo único. Cada sessão de defesa do TCC terá duração máxima de 60 (sessenta) minutos.

§ 1º A apresentação do TCC à banca examinadora, pode ocorrer no formato presencial ou remoto. O formato será definido pela Divisão de Ensino.

§ 2º A apresentação do TCC à banca examinadora no formato presencial é pública e aberta a todos os interessados.

§ 3º A apresentação do TCC à banca examinadora no formato remoto é permitida de forma síncrona por meio da disponibilização do link de acesso. As orientações serão disponibilizadas pelo coordenador de TCC.

§ 4º Sobre o trabalho escrito a banca deve avaliar a adequação aos critérios de elaboração do texto científico.



§ 5º Na apresentação oral a banca examinadora deve observar:

I- Na exposição: a introdução ao tema, domínio de conteúdo, criatividade, forma de apresentação, exemplificação, domínio da linguagem, contribuição para a área;

II- na arguição: argumentação, análise crítica, aprofundamento do assunto, inter-relacionamento com outras áreas, clareza e objetividade, coerência nas respostas, entendimento das perguntas.

Art. 18º Concluída a deliberação, a banca examinadora atribuirá ao Cadete o conceito “apto” ou “inapto”, conforme critérios objetivos estipulados previamente pela Divisão de Ensino, lavrando-se o respectivo registro em ata.

Parágrafo único. O Cadete considerado inapto na defesa final terá prazo máximo de 30 (trinta) dias para realizar nova apresentação do TCC.

Art. 19º Persistindo a inaptidão após a reapresentação do TCC, o Cadete será considerado reprovado, aplicando-se o disposto na portaria de ensino vigente no âmbito do CBMPR e nas normas acadêmicas institucionais.

CAPÍTULO 6

DO DEPÓSITO DA VERSÃO FINAL DO TRABALHO

Art. 20º Após a aprovação na defesa, o Cadete deverá encaminhar a versão final do TCC, conforme correções eventualmente indicadas pela banca examinadora.



Parágrafo único. O envio da versão final ocorrerá até a data definida pela Divisão de Ensino da ESBM, por meio de link eletrônico disponibilizado.

CAPÍTULO 7

ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 21º Compete ao Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso:

- I- Articular-se com a Coordenação do Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares para compatibilizar diretrizes, organização e desenvolvimento dos trabalhos;
- II- Auxiliar os Cadetes na escolha de orientadores, divulgando as áreas de concentração e linhas de pesquisa que possam oferecer orientação de TCC;
- III- Convocar, sempre que necessário, os orientadores para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação da TCC;
- IV- Organizar, junto à Coordenação do CFO/BM, a listagem de Cadetes por orientadores e encaminhá-la à Divisão de Ensino para as devidas providências;
- V- Coordenar, quando for o caso, o processo de substituição de orientadores;
- VI- Elaborar, em conjunto com os orientadores, o cronograma de atividades do TCC;
- VII- Coordenar o processo de constituição das bancas examinadoras e definir a agenda de apresentação dos trabalhos a cada ano letivo, com a homologação da Divisão de Ensino da ESBM.



VII – Se necessário, elaborar modelos de formulários de indicação de orientador, acompanhamento de orientação, autorização para banca e ata de defesa e submeter à aprovação da Divisão de Ensino.

CAPÍTULO 8

ATRIBUIÇÕES DO ORIENTADOR

Art. 22º. Compete ao orientador de Monografia:

I- Orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do trabalho em todas as suas fases;

II- Estabelecer o plano e cronograma do trabalho em conjunto com o orientando;

III- Informar o orientando sobre as normas, procedimentos e critérios de avaliação respectivos;

IV- Presidir a banca examinadora do trabalho por ele orientado;

V- Comparecer às reuniões, convocadas pelo Coordenador de TCC, para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação;

VI- Comunicar o Coordenador de TCC, quando ocorrer problemas, dificuldades e dúvidas relativas ao processo de orientação, para que o mesmo tome as devidas providências;

VII- articular-se junto ao Coordenador de TCC e Divisão de Ensino para definição do cronograma e planejamento das atividades;



VIII- Controlar a frequência do(s) Cadete(s) sob sua orientação.

Parágrafo único: No caso das orientações a distância, bem como das presenciais, o orientador deve utilizar dos instrumentos de controle de frequência para registrar a realização dos acompanhamentos.

CAPÍTULO 9

ATRIBUIÇÕES DO ORIENTANDO

Art. 23º. Compete ao orientando:

I- Definir a temática do TCC, em conformidade com as áreas de concentração e linhas de pesquisas do CFO/BM;

II- Participar do planejamento e estabelecimento de cronograma do TCC com o orientador;

III- Cumprir as normas e regulamentação própria do TCC;

IV- Cumprir o plano e o cronograma estabelecidos em conjunto com seu orientador.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. Os custos da elaboração do TCC ficam a cargo do Cadete.



Art. 25. Os casos omissos do presente regulamento serão resolvidos pelo Coordenador de TCC, em conjunto com a Divisão de Ensino da ESBM, e demais instâncias administrativas da UNESPAR.



ANEXO C
REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE FORMAÇÃO DE
OFICIAIS BOMBEIROS MILITARES

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, FINALIDADE E OBJETIVOS

Art. 1º As Atividades Complementares do Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CFO/BM) constituem componente curricular obrigatório, de caráter formativo, institucional e estratégico, destinadas a complementar a formação acadêmica, profissional, militar, física, científica, cultural e social do Cadete.

Art. 2º As Atividades Complementares têm por finalidade promover a formação integral do futuro Oficial Bombeiro Militar, articulando teoria, prática, preparo físico, valores militares e produção de conhecimento aplicado.

Art. 3º São objetivos das Atividades Complementares:

- I – promover a qualidade de vida, a saúde física e mental e o bem-estar do Cadete;
- II – desenvolver disciplina, liderança, espírito de corpo, cooperação e trabalho em equipe;
- III – fortalecer valores cívicos, éticos, institucionais e militares;
- IV – estimular o desempenho esportivo e a representação institucional do CBMPR;
- V – consolidar o preparo militar por meio de atividades práticas e vivenciais;
- VI – ampliar a formação científica, cultural e acadêmica;
- VII – contribuir para o aprimoramento institucional e a formação para o comando, gestão e tomada de decisões.



CAPÍTULO II

DAS MODALIDADES DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 4º As Atividades Complementares do CFO/BM serão desenvolvidas por meio das seguintes modalidades:

- I – Atividades Esportivas Especializadas;
- II – Atividades Científicas, Culturais e Militares.

Art. 5º As modalidades previstas neste regulamento poderão ser ampliadas, ajustadas ou reorganizadas conforme necessidade institucional, mediante ato da Coordenação do CFO/BM, observado o Projeto Pedagógico do Curso.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS ESPECIALIZADAS

Art. 6º As Atividades Esportivas Especializadas consistem na prática sistematizada de modalidades esportivas individuais ou coletivas, com finalidades formativa, recreativa e competitiva.

Art. 7º Cada Cadete deverá optar por uma modalidade esportiva, conforme oferta anual definida pela Coordenação do CFO/BM.

Art. 8º Poderão ser ofertadas, entre outras, as seguintes modalidades esportivas:

- I – futebol;
- II – futsal;
- III – vôlei;
- IV – basquete;



V – atletismo de pista e campo;

VI – natação;

VII – judô;

VIII – tiro policial;

IX – xadrez;

X – outras modalidades esportivas consideradas pertinentes, conforme conveniência institucional.

Art. 9º As atividades esportivas especializadas serão realizadas, preferencialmente, uma vez por semana, em período posterior às aulas regulares, normalmente no período noturno, conforme cronograma estabelecido pela Coordenação do CFO/BM.

Art. 10º Os treinamentos esportivos têm por objetivos:

I – o aprimoramento técnico e físico dos Cadetes;

II – a formação de equipes representativas do CBMPR;

III – a preparação para competições esportivas oficiais, especialmente a competição nacional anual entre Academias Militares Estaduais.

CAPÍTULO IV

DA COORDENAÇÃO E RESPONSABILIDADE TÉCNICA DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Art. 11º Cada modalidade esportiva contará com um responsável técnico, designado pela Coordenação do CFO/BM.

Art. 12º O responsável técnico deverá ser Oficial do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná ou da Polícia Militar do Paraná, com conhecimento ou experiência compatível com a modalidade esportiva.



Art. 13º Compete ao responsável técnico:

- I – planejar e conduzir os treinamentos;
- II – controlar a frequência dos Cadetes;
- III – acompanhar e avaliar o desempenho individual e coletivo;
- IV – zelar pela disciplina, segurança e adequada utilização de instalações e materiais;
- V – encaminhar registros de frequência e desempenho à Coordenação do CFO/BM.

CAPÍTULO V

DAS ATIVIDADES CIENTÍFICAS, CULTURAIS E MILITARES

Art. 14º As Atividades Científicas, Culturais e Militares constituem modalidade de Atividades Complementares voltada ao fortalecimento do preparo militar, acadêmico, cultural e institucional do Cadete.

Art. 15º São objetivos específicos desta modalidade:

- I – consolidar o preparo militar por meio de atividades práticas e vivenciais;
- II – desenvolver resistência física, disciplina e liderança;
- III – fortalecer valores cívicos e militares;
- IV – ampliar a formação científica e cultural;
- V – promover a integração e a representação institucional do CBMPR.

CAPÍTULO VI

DAS ATIVIDADES MILITARES DE CAMPO E SOLENIDADES



Art. 16º As atividades militares compreendem a execução de manobras e instruções militares em campo, consideradas fundamentais à formação do Cadete.

Art. 17º Enquadram-se como atividades militares de campo, entre outras:

I – acampamentos;

II – marchas;

III - travessias;

IV – instruções não convencionais;

V – exercícios com permanência prolongada em campo;

VI – outras atividades militares definidas pela Coordenação do CFO/BM.

Art. 18º As atividades militares poderão ocorrer em regime contínuo, inclusive em finais de semana e feriados, conforme planejamento institucional.

Art. 19º Integram esta modalidade as solenidades militares oficiais.

Art. 20º Consideram-se solenidades militares, entre outras:

I – desfiles cívico-militares em datas alusivas, tais como:

a) 7 de Setembro – Independência do Brasil;

b) 8 de Outubro – Aniversário do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná;

c) 2 de Julho – Dia Nacional do Bombeiro;

d) 19 de Novembro – Dia da Bandeira;

e) 15 de Novembro – Proclamação da República;

f) 21 de Abril – Tiradentes;

g) 14 de Dezembro - Emancipação administrativa do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.



II – formaturas militares;

III – solenidades e desfiles em unidades militares da capital, região metropolitana, litoral e interior do Estado;

IV – outras solenidades determinadas pelo Comando ou Coordenação do CFO/BM.

CAPÍTULO VII

DAS ATIVIDADES CIENTÍFICAS E CULTURAIS

Art. 21º As atividades científicas compreendem a participação do Cadete em eventos acadêmicos e técnico-científicos pertinentes à formação profissional e militar.

Art. 22º Enquadram-se como atividades científicas, entre outras:

I – simpósios;

II – seminários;

III – congressos;

IV – palestras;

V – encontros técnicos ou acadêmicos;

VI – eventos científicos correlatos.

Art. 23º As atividades culturais compreendem apresentações, eventos e manifestações artísticas, sociais e culturais que possuam afinidade e conveniência com a formação do futuro Oficial Bombeiro Militar.

Art. 24º A participação em atividades científicas e culturais deverá observar a pertinência temática e poderá estar condicionada à autorização da Coordenação do CFO/BM.



CAPÍTULO VIII

DA AVALIAÇÃO, FREQUÊNCIA E APROVEITAMENTO

Art. 25º A participação nas Atividades Complementares é obrigatória, nos termos deste regulamento e do Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 26º A avaliação terá caráter formativo, considerando:

- I – assiduidade;
- II – comprometimento;
- III – disciplina;
- IV – participação efetiva;
- V – desempenho, quando aplicável.

Art. 27º O controle de frequência e participação será realizado pelo responsável pela atividade, devendo os registros ser mantidos para fins acadêmicos.

Art. 28º A participação em competições, eventos ou solenidades poderá ser computada como Atividade Complementar, conforme critérios definidos pela Coordenação do CFO/BM.

CAPÍTULO IX

DA COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO

Art. 29º As Atividades Complementares serão planejadas, coordenadas e supervisionadas pela Coordenação do CFO/BM, em conjunto com a Divisão de Ensino da ESBM.

Art. 30º Compete à Coordenação do CFO/BM:



- I – definir a oferta das atividades;
- II – designar responsáveis técnicos;
- III – aprovar cronogramas;
- IV – supervisionar a execução das atividades;
- V – dirimir dúvidas e encaminhar providências.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31º As Atividades Complementares integram a formação superior militar do Cadete e possuem caráter obrigatório quando previstas no calendário acadêmico ou determinadas por ato institucional.

Art. 32º Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Coordenação do CFO/BM, em conjunto com a Divisão de Ensino da ESBM, observadas as normas institucionais vigentes.



ANEXO D

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACE)

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O presente Regulamento dispõe sobre a Curricularização da Extensão, por meio das Atividades Curriculares de Extensão (ACE), no âmbito do Curso de Formação de Oficiais (CFO) do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR), integrando-se formalmente ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Art. 2º As Atividades Curriculares de Extensão constituem componente curricular obrigatório, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação (MEC) e com as normativas institucionais da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), observando-se o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 3º A extensão, no âmbito do CFO, caracteriza-se como processo educativo, cultural, científico, técnico e social, que promove a interação transformadora entre o CBMPR e a sociedade, contribuindo para a formação integral do futuro oficial bombeiro-militar.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS DA EXTENSÃO NO CFO

Art. 4º As Atividades Curriculares de Extensão têm por objetivos:

I – promover a aplicação prática dos conhecimentos técnico-profissionais adquiridos ao longo do curso;

II – fortalecer a formação cidadã, ética e social dos Cadetes;



III – ampliar a interação institucional entre o CBMPR e a sociedade civil;

IV – difundir conhecimentos técnico-científicos voltados à prevenção, proteção e resposta a emergências;

V – contribuir para a melhoria da qualidade de vida, da segurança e da resiliência das comunidades atendidas;

VI – desenvolver competências de liderança, comunicação, trabalho em equipe e responsabilidade social.

CAPÍTULO III

DA CARGA HORÁRIA E DA INTEGRALIZAÇÃO

Art. 5º A Curricularização da Extensão no CFO, totalizando 300 horas, será integralmente na modalidade ACE II (participação em projetos de extensão registrados), conforme prescreve a Resolução 031/2024 – CEPE/Unespar.

Parágrafo único: Para a validação das horas, os instrutores responsáveis deverão submeter projetos específicos à coordenação da ESBM, detalhando a interação com a comunidade externa, conforme os objetivos previstos neste regulamento.

I – 100 (cem) horas, distribuídas em 25 (vinte e cinco) horas por semestre, com atuação prática junto à comunidade de Curitiba e Região Metropolitana, incluindo ações preventivas, educativas e operacionais, voltadas à promoção da segurança pública, da cultura da prevenção e da proteção da vida;

II – 100 (cem) horas de estágio com caráter extensionista, realizado no contexto da Operação Verão, desenvolvido no litoral do Estado do Paraná, com atuação prática dos Cadetes junto à comunidade, decorrente de atividades extensionistas, abrangendo ações de salvamento aquático, prevenção, orientação à população, atendimento a emergências e apoio às operações institucionais do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, sempre sob supervisão direta de Oficiais formalmente designados;



III – 100 (cem) horas de estágio com caráter extensionista, desenvolvido em unidades operacionais do interior do Estado do Paraná, com atuação prática dos Cadetes junto às comunidades locais, decorrente de atividades extensionistas, envolvendo ações preventivas, educativas, técnico-operacionais e de apoio às atividades de segurança pública e defesa civil, consideradas as especificidades regionais, sempre sob supervisão direta de Oficiais formalmente designados.

Parágrafo único. As atividades previstas nos incisos II e III caracterizam-se como estágios com caráter extensionista, integrando a Curricularização da Extensão por promoverem interação direta com a sociedade, aplicação prática do conhecimento técnico-profissional, fortalecimento da cultura da prevenção e qualificação das ações de segurança pública.

§ 1º A carga horária total destinada à extensão no Curso de Formação de Oficiais corresponde a 300 (trezentas) horas, resultantes da soma das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) e dos estágios com caráter extensionista previstos nos incisos I, II e III deste artigo.

CAPÍTULO IV

DAS MODALIDADES DE ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 6º São consideradas Atividades Curriculares de Extensão (ACE) aquelas desenvolvidas no âmbito do Curso de Formação de Oficiais que envolvam interação direta, sistemática e planejada com a comunidade externa, com finalidade educativa, preventiva, social, ambiental e técnica, não configurando estágio curricular, e voltadas à aplicação do conhecimento técnico-profissional em benefício da sociedade, entre as quais se incluem:

I – instruções, oficinas e orientações práticas em primeiros socorros e atendimento pré-hospitalar;

II – ações educativas, preventivas e demonstrativas relacionadas à prevenção e ao combate a incêndios;



III – orientações de segurança para atividades aquáticas, trilhas, ambientes naturais, áreas de risco e situações de emergência;

IV – ações preventivas e educativas voltadas a escolas, grupos escoteiros, instituições religiosas, clubes de serviço, associações comunitárias, organizações não governamentais, projetos sociais, entidades assistenciais e comunidades em situação de vulnerabilidade social;

V – campanhas educativas e preventivas promovidas ou apoiadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná;

VI – participação em eventos culturais, esportivos e de grande concentração de público, com atuação preventiva, orientativa e educativa;

VII – outras ações de interesse social compatíveis com a formação do Oficial Bombeiro-Militar, voltadas ao fortalecimento da segurança pública, da prevenção de riscos, da proteção da vida e da integração comunitária.

CAPÍTULO V

DA EXTENSÃO DECORRENTE DE ESTÁGIOS COM CARÁTER EXTENSIONISTA

Art. 7º O Estágio Supervisionado do Curso de Formação de Oficiais constitui componente curricular obrigatório distinto, com regulamento próprio, objetivos específicos e carga horária independente, conforme disposto em regulamento específico que integra o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 8º Sem prejuízo do Estágio Supervisionado regular, o Curso de Formação de Oficiais prevê a realização de estágios com caráter extensionista, os quais:

I – mantêm a natureza de estágio supervisionado, com finalidade formativa específica e distinta do Estágio Supervisionado regular;



II – decorrem de atividades extensionistas que promovem interação direta com a sociedade;

III – possuem características, objetivos pedagógicos e cargas horárias próprias, nos termos do art. 5º deste Regulamento;

IV – não se confundem com as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) regulares, nem com o Estágio Supervisionado regular.

Art. 9º Os estágios com caráter extensionista realizados no litoral do Estado do Paraná, no contexto da Operação Verão, correspondem à carga horária prevista no art. 5º, inciso II, e caracterizam-se pela atuação prática dos Cadetes junto à comunidade, sob supervisão direta de Oficiais designados, abrangendo, entre outras:

I – ações de salvamento aquático e prevenção de afogamentos;

II – orientações educativas e preventivas à população e aos veranistas;

III – atendimento a emergências e apoio às operações institucionais do CBMPR;

IV – participação em campanhas educativas e preventivas;

V – apoio às ações operacionais em áreas de grande concentração de público.

Art. 10. Os estágios com caráter extensionista realizados em unidades operacionais do interior do Estado do Paraná correspondem à carga horária prevista no art. 5º, inciso III, e caracterizam-se pela atuação prática dos Cadetes junto às comunidades locais, considerando as especificidades regionais, abrangendo, entre outras:

I – ações educativas e preventivas voltadas à redução de riscos e à promoção da cultura da prevenção;

II – apoio às ações de segurança pública e defesa civil em âmbito municipal e regional;

III – orientações técnicas à população sobre prevenção de incêndios, primeiros socorros e resposta a emergências;

IV – participação em ações integradas com órgãos públicos e comunidades em áreas e populações em situação de risco;

V – apoio às rotinas operacionais e preventivas das unidades do CBMPR, respeitadas as limitações pedagógicas do estágio.

Art. 11. Os estágios com caráter extensionista realizados no litoral e no interior do Estado:



- I – deverão estar previstos no planejamento acadêmico do curso;
- II – terão registro, acompanhamento e avaliação próprios, compatíveis com sua natureza extensionista;
- III – terão sua carga horária contabilizada exclusivamente para fins de integralização da extensão curricular, nos termos do art. 5º deste Regulamento;
- IV – não substituirão nem absorverão a carga horária do Estágio Supervisionado regular.

CAPÍTULO VI

DA ORGANIZAÇÃO, DAS DIRETRIZES E DO ACOMPANHAMENTO

Art. 12. As Atividades Curriculares de Extensão (ACE) e os estágios com caráter extensionista previstos neste Regulamento serão planejados, organizados, executados e acompanhados no âmbito do Curso de Formação de Oficiais, sob responsabilidade institucional do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, com coordenação acadêmica da Escola Superior de Bombeiro Militar (ESBM).

Art. 13. As Atividades Curriculares de Extensão e os estágios com caráter extensionista serão regidos por diretrizes específicas próprias, expedidas pela Escola Superior de Bombeiro Militar e pelo Comando do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, as quais deverão disciplinar, no mínimo:

- I – os objetivos pedagógicos e institucionais das atividades;
- II – as unidades envolvidas e os locais de execução;
- III – a carga horária, a duração e os períodos de realização;
- IV – as atribuições, responsabilidades e limitações dos Cadetes participantes;
- V – as normas de segurança, logística, disciplina e supervisão;
- VI – os critérios de acompanhamento, avaliação e validação da carga horária para fins de integralização curricular.

Art. 14. As Atividades Curriculares de Extensão (ACE) serão desenvolvidas, prioritariamente, nas dependências da Escola Superior de Bombeiro Militar (ESBM) ou em



localidades de Curitiba e da Região Metropolitana, conforme o planejamento acadêmico do curso e as diretrizes específicas expedidas.

Parágrafo único. Os estágios com caráter extensionista, decorrentes de atividades extensionistas, serão desenvolvidos em unidades operacionais do litoral e do interior do Estado do Paraná, observadas as diretrizes específicas, o planejamento institucional e a supervisão direta de Oficiais formalmente designados.

Art. 15. Todas as Atividades Curriculares de Extensão e os estágios com caráter extensionista deverão ser acompanhados e supervisionados por Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná formalmente designados para esse fim, responsáveis pela orientação técnica, pedagógica e disciplinar dos Cadetes, bem como pelo registro, controle e avaliação das atividades desenvolvidas.

CAPÍTULO VII

DO CONTROLE E DA INTEGRALIZAÇÃO DOS CRÉDITOS

Art. 16. O controle das Atividades Curriculares de Extensão dar-se-á por meio do registro de frequência e da comprovação da participação efetiva dos Cadetes nas atividades desenvolvidas.

Art. 17. A integralização da carga horária ocorrerá mediante o cumprimento das horas previstas, devidamente registradas e validadas pela coordenação do curso.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. As Atividades Curriculares de Extensão constituem componente essencial da formação do Oficial Bombeiro-Militar, contribuindo para o desenvolvimento técnico-profissional, social, ético e cidadão do Cadete.



Art. 19. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Coordenação do Curso de Formação de Oficiais, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso e as normas institucionais vigentes.

Art. 20. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação, passando a integrar oficialmente o Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.